

cadernos do

# terceiro mundo

Janeiro/1982 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano V - nº 41

A CRISE NA POLÓNIA  
E A ANEXAÇÃO DO GOLAN

BRASIL

UMA

DEMOCRACIA

RACIAL?



**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES

D  
n  
p  
C  
e  
  
C  
e  
  
A  
T  
F  
T

## Aos leitores

### Uma polémica necessária

○ *problema étnico é uma constante nos países emergentes e quase não há um Estado do Terceiro Mundo que não abrigue dentro das suas fronteiras diferentes dialectos, tribos, religiões, costumes e pigmentação da pele.*

*No caso extremo do apartheid sul-africano, as diferenças raciais são o pretexto para um brutal sistema de exploração da maioria africana por uma minoria também africana, mas descendente dos colonizadores europeus.*

*Em muitos países as desigualdades raciais explodiram em violentos conflitos sociais, enquanto em outros a tensão está latente e só é contida pela repressão.*

*Alguns países reconhecem abertamente a existência desses conflitos e estão empenhados em diversos projectos para solucioná-los ou diminuir-los. Mas somente um anuncia ter já resolvido os seus problemas étnicos: o Brasil.*

*A partir de uma perspectiva jornalística, trazendo mais factos do que análises, mais testemunhos do que interpretações, o assunto de capa deste número aborda – sem esgotá-lo – o problema da suposta «democracia racial» brasileira. No momento em que o país procura a passagem para a democracia política, a polémica sobre as relações inter-raciais é oportuna e necessária, tendo inclusive um interesse que ultrapassa as fronteiras brasileiras.*

*Isso ocorreu também com o debate iniciado no número 37 sobre a Amazônia. Dando continuidade ao tema, este número analisa o problema da maior reserva ecológica do mundo, agora do lado peruano, a partir de uma valiosa contribuição de Roger Rumrill, o maior especialista em temas amazónicos no seu país.*

Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro — Juan Somavia  
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

● *Edições em português*  
ANGOLA — CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição  
Homero Souza  
Fotolito  
Colorio Studio Gráfico Lt.ª  
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Editor  
Altair Campos  
Administrador  
Ernesto Pádua  
Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Leonardo Mourão  
Revisão  
Estevam Reis  
Documentação e arquivo  
Cristina Assis  
Tricontinental Editora Ld.ª  
Calçada do Combro, 10-1.º  
T. 320650 — Lisboa 1200  
Serviços Comerciais e Publicidade  
José C. Figueiredo  
Composição e Impressão  
Renasçença Gráfica e  
Gráfica Europam. Ld.ª  
Distribuição  
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.  
Representantes  
Angola  
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153 — Maputo  
T. 25140

BRASIL  
Director e Editor  
Neiva Moreira  
Director Administrativo  
Altair Campos  
Secretário de Redacção  
Nilton Caparelli  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033  
Arte  
Maria Nakano  
Carmem Saporette  
Tradução e Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães  
Publicidade  
Jesus Antunes

editora terceiro mundo, Lda.  
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106  
tel. 242-1957  
telex: 2133054 CTMB BR.

Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*  
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE  
Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a.c.  
salle California, 98A — Coyocacán  
México, 21 DF — telefono: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal 20 572  
México, 20. DF  
BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA  
(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Telefono 724-712

● *Edições em inglês*  
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO  
Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Belfrage  
Apartado Postal. 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábwe.

Editor e Director: Altair L. Campos  
Propriedade:  
tricontinental Editora, Lda.  
Redacção e Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-1.º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

#### DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE  
Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral  
Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Ca-  
silla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia  
Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de  
Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro,  
Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and  
Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book  
Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones  
Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA  
RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º  
1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,  
Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y  
Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Co-  
lômbia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel.  
517590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Libreria  
Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador —  
El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNI-  
DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago,  
Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl.,  
Chicago, Illinois — Libreria Las Américas, 152 East 23rd  
Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100  
Worcester St. Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo,  
2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers,  
2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom  
Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA  
94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA —  
Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork  
Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA.  
FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portu-  
gaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRA-BRETANHA:  
Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London.  
GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro  
e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenae-  
um Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Li-  
breria Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Au-  
tónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi,  
Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de  
Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma  
— Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi  
Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vo-  
ceadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. —  
Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado  
N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier  
y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publi-  
caciones, Libreria de Cristal y 100 livrarias em todo o país.  
MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi  
Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres,  
Reperto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas  
N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicaragua. PANAMA:  
Libreria Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá.  
PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.  
PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa.  
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave  
Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box  
29918, 65th Inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. REPÚ-  
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educacion,  
Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE,  
S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDE-  
RAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155,  
2102 Hamburgo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Infor-  
mação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB,  
S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas,  
S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

*Editorial*

5 Golan, a nova província do «Grande Israel»

*Matéria de capa: Brasil, uma democracia racial?*

- 8 Negro: Entre a «democracia racial» e o movimento de libertação
- 10 A realidade põe em dúvida a igualdade, *Mário Augusto Jacobskind*
- 20 As estatísticas mostram onde está o racismo
- 25 Quando a «boa aparência» esconde a discriminação
- 30 O jogo de interesses no regresso a África

*América Latina*

- 34 **Honduras:** Um presidente civil sob tutela militar, *Roberto Bardini*
- 36 **El Salvador:** O exército não consegue romper o impasse na guerra, *José Ventura*

*África*

- 41 **Zimbabwe:** Os brancos tentam bloquear o projecto de Robert Mugabe, *Carlos Castilho*
- 35 **África do Sul:** Os brancos ajudam o apartheid, *Timothy Smith*
- 51 A Igreja branca na encruzilhada, *Elizabeth Schmidt*
- 53 **Gana:** Um capitão procura salvar um país destruído
- 57 Do sonho de Nkrumah ao fracasso de Limann

*Mundo Árabe*

- 59 **Sudão:** a rebelião popular, *Beatriz Bissio*
- 62 **Argélia:** FLN altera política económica, *Said Madani*

*Opinião*

- 65 Dos «fantasmas líbios» ao Golan, passando pela Polónia, *Neiva Moreira*

*Cultura*

- 69 Mahmud Darwish, a poesia num pedaço do inferno

*74 Panorama Tricontinental*

*Especial: a Amazónia Peruana*

- 86 O futuro ameaçado, *Roger Rumrill*
- 94 Um paraíso ilusório?



*A Amazonia peruana*

## Portugal e África

As recentes e as futuras viagens do presidente Eanes à África demonstram que, finalmente, os governantes portugueses conseguiram vencer as barreiras levantadas pela direita portuguesa. O pragmatismo político venceu o radicalismo de uma direita in-consequente J. C. Mendes, Lisboa, Portugal.



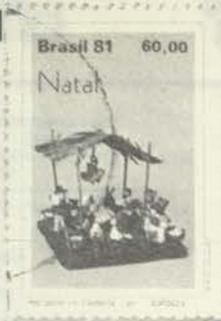
## Chile

Por onde tive ocasião de passar, Europa e América do Sul, o que pude constatar foi a importância extrema que tem sido dada aos problemas internos da Polónia, quando aqui no Cone Sul temos problemas seríssimos como as ditaduras de Pinochet e Stroessner. A desgraça que hoje sofre o povo chileno e a crueldade e desmandos do regime a que estão submetidos aqueles que o contrariam, ultrapassam, na mais elementar das análises, uma eventual maior abertura democrática na Polónia. E até uma certa imprensa dita progressista (brasileira inclusive) entra na jogada norte-americana. J. W. de C., Santiago do Chile.

## Uma questão de siglas

Sou leitor dos cadernos e gostaria de opinar a respeito de muitas siglas que aparecem, principalmente quando são referentes a movimentos de libertação de África. Muitas vezes essas siglas tornam-se incompreensíveis para muitos leitores se não forem acompanhadas de uma certa explicação e apresentação histórica.

Jairo C. da Rosa,  
S. Paulo, Brasil



## Nordeste brasileiro

Se um dos objectivos da política económica do governo é «corrigir os desníveis inter-regionais e a má distribuição do rendimento», porque razão não faz o governo algo para a solução definitiva dos problemas do Nordeste, em vez de implementar soluções paliativas? Como sabemos, a diferença entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil é de um grande desnível. (...) O sistema prefere investir em obras obscuras como é o caso das centrais nucleares, e depois escolhe o Nordeste como depósito de lixo atómico.

José Filgueira Neto,  
Natal, Brasil

## Correspondência com S. Tomé

Desejo manter correspondência com gente desse pequeno país africano chamado S. Tomé e Príncipe. Apenas com esse país.

Mário V. Marra,  
Travessa Macaé, 187, Santa Cruz  
23500 Rio de Janeiro - RJ, Brasil

## «O melhor livro guatemalteco»

Escrevo com o primordial motivo de informar que saiu o melhor livro já escrito por um guatemalteco. O seu título é *12 horas de combate* e o seu autor é César Augusto Silva Girón, e pode ser encontrado (ou pedido) na Livraria Artemis, 5 Av. 12-11, Z 1, Ciudad Guatemala.

Amoc Tzutuhil,  
Guatemala

## Intercâmbio

- **Jairo Corrêa da Rosa**  
R. Albuquerque Lins, 1072  
01230 S. Paulo - SP, Brasil
- **Miriam Franco Guedes**  
R. Aureliano de Gusmão, 15  
07790 Francisco Morato - SP, Brasil
- **Lúcio Marcos da Costa**  
Caixa Postal 45  
36970 Manhumirim - MG, Brasil
- **Mara Helena Borges**  
R. Aureliano Gusmão, 44  
07790 Francisco Morato - SP, Brasil
- **Angelica Guadalupe Vidrales**  
Soltepec n.º 6, Col. La Paz,  
Puebla, Pue., México
- **Pedro Feliciano**  
Ul. Olego Kochevogo - 4  
Obchtch B.N.T. Blok 2B  
Kom 83, URSS
- **Albano Valentin Kawile**  
PO Box 863  
Huambo, R.P. de Angola
- **Noildo Miguel Sobrinho**  
Av. Rio Claro, 2000  
76540 Iporá - GO, Brasil
- **Milton Brito de França**  
Rua 2, casa 12, Filipinho  
65000 São Luis - MA, Brasil
- **José Augusto Souza**  
R. São Judas Tadeu, 86 Ap. 2  
11100 Santos - SP, Brasil
- **Olindo Santos Cardoso**  
R. Medrado de Assis, 403  
65000 São Luis - MA, Brasil
- **Paulo Cândido de Sousa**  
B.º Ce.º Nelito Soares  
R. da Cela, Bloco 33 Apt.º B-1.º  
Luanda, R.P. de Angola
- **Benvindo João Pedro**  
C.P. n.º 16273  
Luanda, R.P. de Angola
- **Eduardo da Cruz**  
C.P. n.º 42 - Machava  
R.P. de Moçambique
- **José Eduardo Ferreira**  
Rua 5 de Outubro, 10, 4.º Dt.º  
2700 Amadora, Portugal
- **Santos Virgílio**  
C.P. n.º 5183 - Luanda  
Rep. Popular de Angola
- **João Baptista Nzatzola**  
C.P. 345 - Moçamedes  
Rep. Popular de Angola
- **Albino Lapalo «Joy»**  
C.P. n.º 15 - Blé, Cunje  
Rep. Popular de Angola
- **Pascoal Clemente da Gama**  
C.P. n.º 18 693 - Luanda  
Rep. Popular de Angola

## Golan: a nova província do «Grande Israel»

**A** anexação dos Montes Golan foi um acto formal por parte de Israel. Mas as reacções surgidas no mundo árabe não se limitaram às formalidades diplomáticas. Elas foram do mesmo nível da importância real e potencial do movimento expansionista sionista.

Com efeito, a anexação decidida no dia 14 de Dezembro pelo primeiro-ministro Menahem Begin representou a reafirmação do projecto imperial dos israelitas no Médio Oriente num momento em que a opinião pública estava com a sua atenção voltada para a crise polaca.

O projecto expansionista leva o nome hebreu de *Eretz Israel* (o Grande Israel) e consiste em criar um estado poderoso, englobando territórios árabes desde o «rio Nilo até ao Eufrates». O plano, usando como pretexto vagas e remotas referências bíblicas, visa anexar terras de milhares de árabes, que vivem ou viviam nessas regiões.

Esse projecto expansionista encontra a sua expressão mais intransigente na figura de Menahem Begin e na coligação que o apoia, o *Likud*, que pretende a reconstrução do Grande Israel nos tempos de hoje, sem levar em conta as fronteiras nacionais existentes, a legislação internacional e as normas de convivência entre as nações. O plano procura criar um Estado hegemónico no Médio Oriente, Estado esse que domine de forma incontestável os demais países da região. Mesmo podendo ser classificado de assombroso e insensato, esse objectivo imperial

vem sendo perseguido, de forma sistemática, pelos dirigentes israelitas desde a criação do Estado em 1948.

Desde essa época, o método tem sido quase sempre o mesmo: a guerra de conquista. Como o projecto não está concluído, cada uma das suas etapas assemelha-se a um intervalo de paz entre guerras sucessivas.

Hoje, Israel reivindica para si as províncias por si denominadas de Judeia e Samaria. Quer dizer, todos os territórios ocupados à excepção do Sinai e da faixa de Gaza. Um deles, os Golan, já foi formalmente anexado em prejuízo da Síria. O outro, a Cisjordânia, espoliado da Jordânia e povoado por palestinos, será brevemente anexado, logo que se apresentem as condições necessárias. A incorporação dessas terras faz parte do programa político do *Likud*, sendo portanto, para Begin, o simples cumprimento de uma promessa eleitoral. Dentro de Israel, o que foi discutido foi a oportunidade da anexação dos Golan, e não o facto em si mesmo.

A oposição trabalhista criticou Begin, por considerar que a anexação formal não era necessária. Bastava manter a ocupação e a colonização que, na prática, já havia incorporado os Golan a Israel. A ser assim, segundo os trabalhistas israelitas, evitar-se-ia uma decisão governamental que irritou e perturbou os aliados ocidentais do Estado judeu.

A própria oposição, quando era governo, foi a responsável directa pela extinção de todos os

# Editorial

direitos da população siria dos Golan, que foi também expulsa das suas terras, à excepção da minoria drusa. No lugar dos sírios, foram instaladas colónias judias nas montanhas dos Golan. Além disso, um sector trabalhista não subscreveu as críticas do líder do partido, Shimon Peres, e aprovou abertamente a decisão de Begin. Isso significa que, diferenças táticas à parte, as duas maiores forças políticas de Israel concordam com o projecto imperial sionista, que implica perpetuar e acirrar o estado de guerra no Médio Oriente. A característica específica da política de Begin é que, levando à prática o desígnio imperial, através das anexações, ela obriga os seus aliados a assumirem os actos israelitas. Portanto, no Médio Oriente, ser aliado do Estado judeu, implica necessariamente ser inimigo das suas vítimas, os povos árabes.

O apoio, mesmo que indirecto, de um país a Israel é visto pelos árabes como antagónico a qualquer tipo de relacionamento normal com os demais países da região. Não existe, portanto, uma posição neutra entre árabes e judeus (a nível governamental), pois a expansão israelita passa pela negação nacional dos primeiros (existe uma pequena minoria progressista e não sionista em Israel, mas ela não tem influência para neutralizar a política oficial).

Partindo desse contexto, pode-se agora estabelecer quais serão as consequências da anexação dos Golan. Israel nasceu e cresceu sob uma aliança estreita e preferencial com os Estados Unidos. Washington garante a segurança israelita, comprometendo inclusive o seu poderio militar global nesse sentido. Ligações étnicas e interesses económicos estão na base dessa relação. Mas o valor estratégico da região também deve ser levado em conta. Porém, os interesses dos EUA não se esgotam em Israel. A superpotência necessita ter boas relações com os estados árabes do Golfo, os possuidores das maiores

reservas mundiais de petróleo, e porque também eles ocupam uma posição estratégica. Essa exigência múltipla e contraditória levou os sucessivos governos norte-americanos a procurarem alianças simultâneas com governos adversários: os do Golfo e o Egipto por um lado; e Israel por outro.

Se os governos árabes aliados de Washington fossem representantes autênticos dos seus povos, há muito tempo que teria ficado claro que a pretensão norte-americana era impraticável. Mas como se trata, em geral, de monarquias ou oligarquias, para continuarem no poder elas fazem qualquer tipo de concessão. Isso vale tanto para os finados Reza Pahlevi e Anuar Sadat, como para os monarcas do Golfo.

Esses interesses não anulam no entanto as contradições. A principal delas é a necessidade de obter uma solução satisfatória da questão palestina, que é inaceitável para o regime judeu. Nesse quadro, o governo Reagan procurou formular concessões simultâneas a um e outro lados. Apesar da irritação de Israel, o presidente norte-americano empenhou-se pessoalmente na concessão de aviões-radar para a Arábia Saudita. Depois disso, para compensar, assinou um acordo de cooperação estratégica com Israel. O governo e o *establishment* israelitas viram com inquietação essa política paralela de Washington.

A preocupação aumentou depois da apresentação do Plano Fahd, prevendo uma solução para o problema palestino. O projecto, baptizado com o nome do príncipe herdeiro saudita, foi recebido positivamente pelos EUA e elogiado calorosamente por vários governos da Europa Ocidental.

O Plano Fahd — que prevê o reconhecimento do Estado de Israel — foi considerado insuficiente no que se refere às aspirações palestinas. Mas

teria para Israel conotações inaceitáveis porque significaria retroceder no caminho que levaria ao *Eretz Israel*. Essa perspectiva e as negociações dos enviados de Reagan no Médio Oriente, provocaram a reacção israelita no sentido de evitar qualquer tipo de mediação.

Por isso, o primeiro-ministro israelita ficou em situação delicada quando o governo norte-americano, que não podia aceitar abertamente a ideia imperial sionista, teve que manifestar a sua desaprovação de uma forma mais ou menos convincente. Diante de um acto tão violento como a anexação, uma mera condenação formal comprometeria seriamente a aproximação com os árabes. Washington viu-se na obrigação de fazer algo mais duro, e assim os Estados Unidos também votaram no Conselho de Segurança da ONU a condenação do acto israelita.

Reagan suspendeu o acordo de cooperação estratégica, mas a par disso advertiu que não esperava um recuo israelita na anexação, mostrando, na prática, que estava disposto a conviver com a situação criada. A aplicação de sanções, por leves que fossem, era inadmissível para Begin, porque isso implicaria dar um mínimo de credibilidade ao papel que os EUA pretendem desenvolver na região.

Por isso, Begin reagiu com violência às atitudes de Reagan, classificando-as de «anti-semitas e desrespeitosas», num comunicado pródigo em insultos. Mas a resposta israelita, além do tom violento, contém um jogo calculado de pressões. Talvez a anexação tivesse como principal objectivo anular os esforços mediadores dos enviados diplomáticos de Reagan. Estes tiveram lugar quando na Europa Ocidental se realizavam acções sinceras e concretas em favor da solução do problema palestino, enquanto a OLP recebia novas demonstrações de reconheci-

mento internacional. Begin espera, dessa maneira, induzir os EUA e seus demais aliados a uma opção clara em favor da posição israelita. O primeiro-ministro sabe que as suas pressões têm em Washington um peso muito maior do que o dos governos árabes conservadores. O resultado imediato da ofensiva de Begin foi um recuo cauteloso do governo norte-americano, que engoliu os insultos e reiterou a forma global da aliança privilegiada com Israel. Cabe agora esperar que esta situação se repita outras vezes, porque no futuro imediato não existe a perspectiva de mudanças essenciais na região. Os Estados Unidos necessitarão cada vez mais do petróleo do Golfo e continuarão a procurar uma aliança com os governos árabes conservadores, sempre que estes não interponham a questão do relacionamento de Washington com Israel nas negociações bilaterais. Isso tornar-se-á cada vez mais difícil, enquanto Begin continuar no poder, e levar por diante a sua política expansionista. A oposição trabalhista só poderá, quando muito, eliminar as arestas mais agudas, mantendo intacta a continuidade dos objectivos imperiais do sionismo.

Quanto aos árabes conservadores, eles não podem romper os laços de subordinação estabelecidos com Washington. Além disso, na falta de resultados concretos no que se refere à mediação com Israel, aumentará o isolamento e a distância entre as monarquias ou oligarquias e as massas dos respectivos países. É nesse aspecto que poderá ser rompida a cadeia de dependências e compromissos estabelecidos por Ronald Reagan. No dia em que as monarquias do Golfo e os regimes conservadores árabes forem derrubados por governos populares, todo o terreno ganho pelos interesses norte-americanos estará perdido, e o projecto de *Eretz Israel* entrará em colapso. Restará então o derradeiro recurso dos imperialismos em perigo: a guerra.

# O negro Entre a «democracia racial» e o movimento de libertação

O problema do negro no Brasil não se esgota numa reportagem, por mais extensa que esta seja. Sabemos, de antemão, que nenhum estudo sobre o tema será completo se excluir uma abordagem histórica, antropológica e sociológica, que lhe dê uma perspectiva cultural e científica mais profunda, e menos conjuntural ou «jornalística». Desde que programámos este trabalho que estávamos conscientes das suas limitações, mas, não obstante, consideramos poder ele constituir um ponto de partida para um debate sério e responsável sobre o problema, que, de modo nenhum, se confina exclusivamente às fronteiras brasileiras. Com os nossos próprios recursos de jornalistas, levantando dados, mergulhando nas situações, reunindo depoimentos, esta primeira abordagem do problema – a primeira na nossa revista – pode contribuir para desnudar um mito alimentado internamente no Brasil e exportado para o exterior: o de que os brasileiros vivem «uma democracia racial».

Seria fácil fotografar uma qualquer jovem negra, esbelta e com «charme», que pelos seus dotes ou por qualquer razão ocasional rompeu as barreiras do jet set e foi aceite na chamada «alta sociedade», que frequentemente nem sequer é alta e quase sempre não é sociedade». De igual modo se podia ir buscar a prova da «democracia racial» com um êxito de um «craque» de futebol como Pelé, um artista

como Milton Nascimento ou uma atriz como Zezé Mota. Naturalmente não é nas excepções que se pode encontrar a real configuração do problema. É como diz o verso famoso de João do Vale, ele que, também só pelo seu excepcional talento, pôde abrir caminho no mundo dos brancos:

*O problema não é bem meu  
É Mané, Pedro e Romão  
Que também foram meus colegas  
E continuam no sertão.  
Não puderam estudar  
E nem sabem fazer baião.*

Estas páginas não foram escritas como um libelo, embora reconheçamos que, no seu conjunto, compõem uma peça acusatória sobre a qual brancos e pretos, mulatos e amarelos, todos os brasileiros, devem meditar.

Não procuramos aqui criar condições para um confronto social, mas despertar consciências atentas à importância do problema, não apenas para a paz social nos dias que vivemos, mas para a unidade do povo brasileiro. Negros que no Brasil estão a despertar para a sua fundamental importância na comunidade do seu país. Facto este tão novo e tão marcante, que talvez, no futuro, esse esforço de reconhecimento da identidade negada e de luta pelo espaço devido no conjunto do país possa ser analisado pelos historiadores como um tipo peculiar de movimento de libertação.





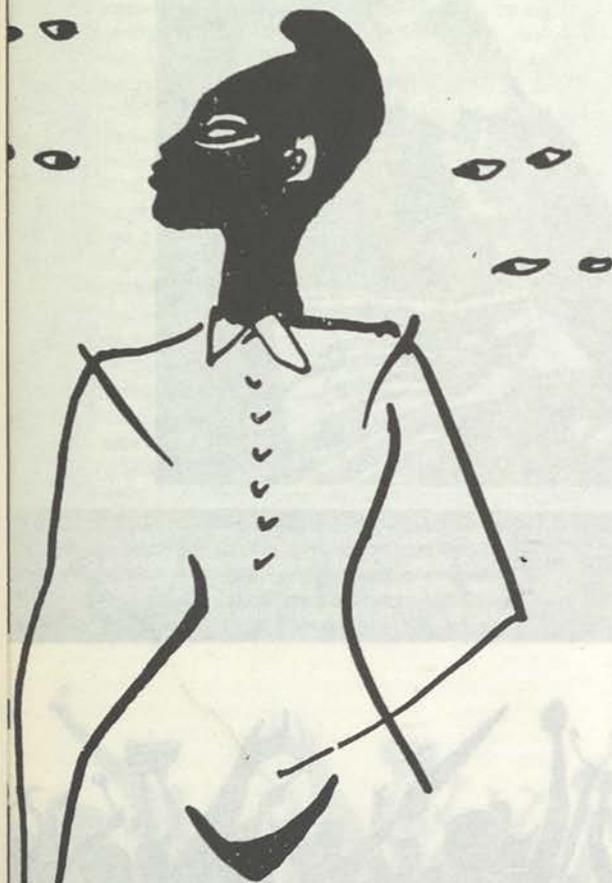
A matéria especial sobre o problema negro do Brasil foi coordenada pelo nosso companheiro Mário Augusto Jakobskind, da equipa permanente de cadernos do terceiro mundo. Colaboraram com

artigos, reportagens e notas, os nossos colegas Chico Viana, Clovis Sena, Nemélia Moreira e Nilson Lage. As ilustrações são do notável Carybé, um argentino «naturalizado» baiano.



## A realidade põe em dúvida a igualdade

*No Brasil, os factos do dia-a-dia mostram que o tão decantado conceito de igualdade social deixou de poder ser considerado válido. A realidade aponta mais no sentido da discriminação do que no da democracia racial*



**D**ESDE há muitos anos que as elites brasileiras tentam vender a ideia, tanto a nível interno como para consumo externo, de que no Brasil existe uma «democracia racial». Com o correr dos tempos, e sobretudo em função do despertar da consciência das comunidades negras nos vários estados do país, o conceito «inventado» pelas elites passou a ser posto em questão porque, na verdade, ele não resiste à menor análise.

Os indicadores da inexistência desse tipo de democracia são muitos e estão aí para quem quiser ver. Muitos segmentos da sociedade brasileira preferem, porém, fazer uma «política de avestruz», ignorando o problema. Hoje, falar ou defender o conceito da «democracia racial» é, no mínimo, uma demonstração de desconhecimento da realidade do país.

Com uma população de aproximadamente 120 milhões de habitantes, é um dado estatisticamente comprovado, que 70% dos brasileiros têm sangue africano nas veias. Não se pode, portanto, considerar o segmento negro da população como se de uma «minoria» se tratasse. Como afirma o ex-deputado Afonso Arinos de Mello Franco, autor de uma lei anti-racista aprovada pelo Parlamento brasileiro em 1951, «no Brasil não há nenhuma família antiga que seja branca, todas com mais de 200 anos têm sangue negro».

Liberto oficialmente da escravidão há menos de 100 anos (13 de Maio de 1888), o negro brasileiro continua ainda em situação precária no país. Na verdade, a Abolição da Escravatura foi apenas um dos muitos actos oficiais da elite brasileira que, então, já não necessitava do sistema escravagista para impor o seu domínio sobre a maioria da população. Por outras palavras: o negro foi dispensado de um tipo de trabalho que estava em desuso, mas a «liberdade» concedida não veio acompanhada de outras medidas importantes para inseri-lo de facto nos «novos tempos».

### Vícios de uma certa sociologia

De um modo geral, boa parte dos sociólogos e intelectuais brasileiros consideravam até há bem pouco tempo a problemática da inserção do negro na sociedade brasileira como uma questão de tempo e que isso ocorreria com o processo de industrialização do país.

Esse ponto de vista acabou, na prática, por cair por terra, como demonstram as estatísticas. Veio a industrialização, sobretudo nos últimos 30 anos — não cabe aqui discutir de que forma foi feita ou a quem serviu, mas não se pode negar a sua existência — mas a mão-de-obra negra continuou apenas a ocupar os mesmos espaços de sempre: agricultura, prestação de serviços e construção civil, sempre a menos remunerada (ver artigo «Quando a boa aparência esconde a discriminação»).

A industrialização, portanto, não abriu espaços para os negros, mesmo havendo um aumento nos índices de alfabetização. Conforme demonstram os números da mais recente pesquisa sobre mão-de-obra

negra através dos dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1976, trabalho elaborado por Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Araújo Costa («O lugar do negro na força de trabalho»).

### Problema específico

Em tempos não muito distantes, em 1938, na rua Direita, na capital de São Paulo, era proibida a passagem dos negros. Hoje, naturalmente, essa abjecta proibição já não existe, mas nem por isso o preconceito desapareceu. Os jornais noticiam, em média, dois casos de discriminação racial por mês. A existência de uma lei contra a discriminação racial desde 1951, não modificou a situação: praticamente, até hoje, ninguém foi punido por infringi-la.

### Lei inócua

Quase todos os movimentos negros consultados são unânimes na condenação da lei Afonso Arinos. Na opinião do escritor Abdias do Nascimento «trata-se de uma lei bem à moda brasileira, não fede nem cheira, só finge que é uma lei, porque não considera crime mas contravenção a discriminação racial, e acaba tornando-se um negócio difícil de ser provado».

Militante do movimento negro desde os anos 30, época em que a Frente Negra Brasileira lutava contra os mais diversos tipos de discriminação racial, inclusive a proibição da entrada de crianças negras em várias escolas, Abdias do Nascimento acha que a lei Afonso Arinos foi um tiro pela culatra para os negros pois «é hoje apresentada pelos opressores para impedir que os negros reivindiquem ou que seja invocada em seu benefício. Uma lei que precisa ser revogada para se fazer realmente uma nova lei».

Raimundo Souza Dantas, único embaixador negro na história do Itamarati, nomeado pelo ex-presidente Jânio Quadros como representante brasileiro no Gana (de 61 a Fevereiro de 64), embora reconheça que a lei Afonso Arinos teve a sua importância num momento em que «a onda de discriminação racial era terrível», acha que ela tornou-se «inoperante».

Segundo Souza Dantas, ao longo do tempo ficou provada a ineficiência judicial da lei Afonso Arinos. «As penalidades são excessivamente brandas, geralmente atingem mais os subordinados que apenas cumprem ordens e os que a invocam acabam mais prejudicados que os que a infringem. Quer dizer: ela foi prejudicial ao próprio negro, em função do problema da testemunha. O acusado geralmente diz que não discriminou, mas que apenas 'a pessoa chegou mal vestida'. A verdade é que toda a vez que um negro procura se valer da lei acaba como vítima devido a toda uma parafamília contra ele. É discriminado duas vezes: quando sofre o preconceito e na própria delegacia de polícia onde não é devidamente levado em conta.»

O próprio autor da lei, o ex-deputado e ex-ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros. Afonso Arinos, admite a existência de muitas falhas no projecto aprovado pelo Parlamento em 1951, mas discorda de Abdias do Nascimento e de Souza Dantas no que se refere à sua aplicabilidade. «A lei não é aplicada porque não há da parte da pessoa protegida a iniciativa de apelar para ela.» E faz um desafio aos seus opositores:

«Façam uma outra lei, por que não fazem uma outra melhor? O Congresso está aí mesmo...»

É o que pretende o escritor Abdias do Nascimento, caso venha a ser eleito nas próximas eleições para a Câmara dos Deputados, em Novembro próximo:

«Necessitamos de uma lei que garanta a quota de trabalho para os negros no mesmo pé de igualdade que os brancos. Do jeito que está, os negros são passados para trás. A sociedade brasileira está enferma em matéria de racismo, sofre da afeição mórbida de querer ser branca. Quer dizer, os negros estão sempre em desvantagem. A lei então tem que ser objectiva nesse ponto, mostrar o direito de tantos e tantos negros pertencerem aos quadros de trabalhadores em todos os níveis, não apenas como faxineiros, entregadores de café, lixeiros etc...»

### Do preto se faz branco

Além do controverso conceito da «democracia racial», uma das grandes preocupações de determinadas elites brasileiras é impor um padrão cultural e estético europeu, negando inclusive o passado histórico do Brasil. No exterior, essa preocupação é ainda maior, não só em termos da diplomacia — não há negros no Instituto Rio Branco que prepara os diplomatas brasileiros, tendência essa que poderá eventualmente vir a modificar-se face à política em relação aos países africanos — como nos folhetos de propaganda divulgados pelas representações brasileiras assinalando que «a população do país é branca, sendo diminuta a percentagem de pessoas de sangue misto» (*Brazil 66*, pg. 125 — publicação oficial em inglês do Ministério do Exterior).

Dentro dessa linha de procedimento, insere-se um facto recente que envolveu o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO), órgão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Quando da realização, no Panamá, do II Congresso das Culturas Negras das Américas, em Março de 1980, ficou decidido, por um plenário integrado por 300 cientistas, pesquisadores, educadores e professores, negros e brancos, representantes de todas as Américas, Caraíbas e África, que o próximo Congresso seria realizado no mês de Agosto de 1982, no Brasil.

As primeiras iniciativas para a realização do encontro foram iniciadas ainda em Agosto de 1980, quando a direcção do IPEAFRO dirigiu-se ao director

do Departamento Cultural do Itamarati, embaixador Guy Brandão, no sentido de encaminhar — via canais diplomáticos — à Organização dos Estados Americanos (OEA) o pedido de ajuda financeira ao Congresso. Outras tentativas foram feitas, inclusive junto do próprio ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, no sentido de se conseguir a verba para a realização do III Congresso das Culturas Negras das Américas.

O Itamarati pura e simplesmente silenciou, apesar de promessas formais segundo as quais daria uma rápida resposta às solicitações da entidade de estudos afro-brasileiros. Só depois de muita insistência e pedidos de explicações de vários parlamentares, até do próprio partido do governo, é que o Ministério do Exterior se pronunciou, mas até hoje negou-se a responder directamente ao IPEAFRO. Para surpresa de muitos, o Itamarati alegou que não encaminharia o pedido (nenhum favor do governo, apenas uma questão burocrática para conseguir a verba) porque «a prioridade do governo para o carreamento de fundos no exterior visa actividades de educação, ciência e tecnologia».

Seria que o Itamarati não considera actividade educativa e científica um Congresso de Culturas Negras das Américas? É impossível que o Itamarati desconheça o objectivo do Congresso: — conhecer a situação do negro e da sua cultura nas Américas.

Volta e meia as autoridades brasileiras são questionadas sobre o problema da discriminação racial no plano interno, embora poucas vezes os grandes órgãos de imprensa divulguem o tema. Recentemente, o ministro Ramiro Saraiva Guerreiro foi instado por uma repórter do jornal «Folha de São Paulo» a posicionar-se sobre uma possível contradição entre a política externa de condenação à África do Sul e a discriminação racial dentro do país que vem sendo denunciada pelos movimentos negros.

Segundo Saraiva Guerreiro, «só uma visão deturpada por estereótipos e experiências alheias sem compromissos com a realidade, encontraria semelhanças entre as situações de facto existentes nos dois países».

Depois de mencionar a prática oficial racista da África do Sul através do *apartheid*, Saraiva Guerreiro observou ser o caso brasileiro completamente diferente e assinalou:

«Não quero dizer que tenhamos atingido a perfeição; mas se entre nós ainda sobram preconceitos, a verdade é que estes são condenados especificamente por lei, pelo senso comum e, sobretudo, pelo comportamento prático da imensa maioria dos cidadãos. O Brasil pretende ser, e se esforça para ser, uma verdadeira democracia racial.»

Em outro trecho da entrevista, o ministro brasileiro aprofunda o seu ponto de vista sobre a questão:

«O aparecimento de movimentos no Brasil empenhados em elevar a condição sócio-económica dos negros não deixa de ser um facto positivo. Na verdade,

o problema é o da promoção de oportunidades para o pobre, independente da sua cor que é, para nós, irrelevante. Somos uma sociedade jovem, um país em construção, e não podemos abdicar das contribuições que a esse processo histórico tragam todos os brasileiros.»

O MNU — Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial — desde a sua criação em 1978, não concorda com esse tipo de interpretação.

Essa entidade, com ramificações em vários estados e que visa a «libertação do povo negro», tem analisado os mais diversos aspectos da discriminação racial no Brasil, particularmente no que se refere às acções policiais nas áreas de baixo poder aquisitivo.

Na opinião da antropóloga Lélia González, militante do MNU, na acção policial contra os cidadãos de baixo poder aquisitivo — na sua maioria negros — dá-se a articulação do aparelho ideológico com o aparelho repressivo do Estado e neste ponto não há muita diferença entre o trabalhador negro e o negro da África do Sul. «Se ideologicamente temos uma sociedade racista que veicula nos meios de comunicação a questão racial, temos também uma repressão racial, que não deixa de ser a dos antigos métodos usados na época escravagista».

Lembra ainda a antropóloga a existência de um ditado na polícia que norteia toda a prática repressiva: «todo negro é marginal até prova em contrário». Enquanto na África do Sul se exige do negro o *pass-book*, no Brasil isso é substituído pela carteira profissional. As maiores taxas de desemprego e subemprego incidem justamente sobre a população negra. Sem carteira de trabalho ou ainda com a carteira sem registo de emprego, o trabalhador negro é preso durante as rusgas policiais nas áreas periféricas das grandes cidades sendo frequentemente torturado nas delegacias policiais onde muitas vezes é obrigado a confessar crimes não praticados. Numa rusga policial, os agentes vão direito aos negros, o sector da população brasileira que constitui o maior contingente de pessoas nos cárceres do país.

O jornalista negro Hamilton Cardoso, editor da secção Afro-América Latina do mensário «Versus», que circulou em São Paulo até 1979, foi testemunha pessoal de um dos inúmeros casos de violência policial com conotações racistas:

«Saímos da redacção do 'Versus', na rua Capote Valente, em São Paulo, num carro de um dos companheiros do jornal. No meio do caminho fomos interceptados por uma viatura policial e os quatro, todos com documentos, obrigados a parar e sofrer uma rigorosa revista. Resolvi anotar a placa da viatura por entender que estávamos sendo vítimas de discriminação. O negócio complicou. Fomos conduzidos à delegacia onde permanecemos mais de cinco horas: queriam-nos enquadrar por desacato à autoridade.»

Factos como este acontecem diariamente em diversas cidades brasileiras causando medo na população, o que dificulta sobremaneira a tentativa de organização dos movimentos negros na grande massa.



Um dos mecanismos do sistema racista de violência policial institucionalizado acontece com a inclusão do próprio negro nos quadros policiais, onde ele se torna — incorporando os valores da ideologia racista branca — o mais eficiente entre os repressores.

Um grande contingente de negros encontra-se nos quadros policiais e das forças militares auxiliares (Polícia Militar), onde «quanto mais ele reprime, mais branco se sente», assinala Lélia González.

### Forças Armadas

Para o historiador Nélson Werneck Sodré, general da Reserva do Exército, inseridas como estão na sociedade brasileira, as Forças Armadas não poderiam ficar imunes ao preconceito racial.

Segundo Sodré, «se há uma população negra numerosa, o facto de não haver numerosos negros nas Forças Armadas indica que há discriminação, não normativa ligada a actos oficiais, mas existente na prática». No Corpo da Armada não há almirantes negros, a Aeronáutica é uma Arma recente (década de 40) e no Exército, assinala Sodré, um dos poucos negros que chegou ao generalato foi o oficial João Baptista de Matos. No Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, que tem raízes negras, ascendeu ao cargo de contra-almirante.

Do ponto de vista normativo, lembra Werneck Sodré, só na época do Estado Novo vigorou uma discriminação «legalizada» pelo então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, proibindo o in-



gresso na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, de negros, mulatos, judeus ou operários. Na época, Nelson Werneck Sodré exercia a função de secretário da Escola e conta no livro de sua autoria «Memórias de um soldado» que a norma restritiva durou pouco tempo. O Brasil entrou na guerra contra o nazi-fascismo e ela caiu em desuso.

### Desporto das multidões

Botafogo e América, dois clubes de futebol do Rio de Janeiro, disputavam uma partida que estava a ser apitada por um dos raros árbitros de cor negra, Wilson Carlos dos Santos. Este, exercendo a autoridade que cabe a um árbitro de futebol, resolveu anular uma determinada jogada. O facto passaria despercebido se não fosse a opinião manifestada pelo comentarista Luís Mendes, de uma emissora do governo, possivelmente ouvida por milhões de pessoas:

— Realmente, crioulo não pode ser árbitro de futebol.

Na mesma semana, o deputado Alceu Colares, líder da bancada do PDT (Partido Democrático Trabalhista) na Câmara, encaminhou uma solicitação ao ministro da Educação, Rubem Ludwig, no sentido de que fossem tomadas providências de acordo com a lei. O referido comentarista continua, no entanto, a exercer normalmente as suas funções na emissora oficial.

Seria o comentário racista apenas um facto isolado no futebol brasileiro e não revelador de uma tendência? A prática do desporto das multidões demonstra o contrário, segundo alguns especialistas do sector.

João Saldanha, um dos mais populares comentaristas de futebol no Brasil, revelou recentemente, num programa de televisão, que nos anos 50 a direcção da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) recomendava aos técnicos da Seleção Brasileira para darem prioridade aos jogadores negros. Negros só em último caso, pois a CBD achava que eles não tinham «espírito de competição».

O escritor Joel Rufino dos Santos, autor do ensaio «História política do futebol brasileiro» e de «O que é racismo», entre outros trabalhos, relata uma série de episódios no futebol brasileiro que demonstram a existência de racismo no desporto das multidões.

Componente básico da sociedade brasileira, explica Rufino ao traçar a história do futebol, o racismo emergiu como um facto importante. Antes de 1930, os negros não entravam nos clubes de futebol ou então só o conseguiam através de um processo de «branqueamento», como no caso do jogador Carlos Alberto, um mulato escuro, que disfarçava a cor da pele utilizando pó-de-arroz. O Fluminense, clube de Carlos Alberto, tem até hoje o apelido de «pó-de-arroz».

«Sai daí, óh macaco», «crioulo burro» são expressões comuns ouvidas nos estádios de futebol, quando jogadores negros perdem um golo certo ou se envolvem em alguma jogada não muito feliz. É Joel Rufino quem conta um episódio acontecido no Estádio do Maracanã:



«Um amigo meu, famoso actor de TV, assistia a um jogo do Flamengo contra o Grémio. Toda vez que Cláudio Adão perdia um golo (e foram vários), um sujeitinho se levantava para berrar: 'Crioulo burro! Sai daí, óh macaco'. Meu amigo engolia em seco. Até que o jogador Carpiani perdeu uma oportunidade 'debaixo dos paus' (em frente à baliza). Ele achou que chegara a sua vez: «Aí, branco burro! Branco tapado!» Instalou-se um súbito e denso mal-estar naquele sector da bancada — o único preto ali, é preciso que se diga, era o meu amigo. Passado um instante o sujeitinho não se conteve: 'Olha aqui, garotão, você levou a mal aquilo. Não sou racista, sou oficial do Exército'. Meu amigo, aparentando naturalidade, encerrou a conversa: 'E eu não sou'.

Ostensivo ou não, o racismo é um facto concreto no futebol brasileiro, embora os apologistas da «democracia racial» afirmem o contrário. Há pouco tempo, Mauro, médio direito do Cruzeiro de Belo Horizonte, foi expulso do campo por um árbitro que, aos berros, gritava «fora macaco». O jogador denunciou o facto lembrando que é comum juizes de futebol tratarem negros de «macaco».

Segundo Joel Rufino dos Santos, uma das formas não-ostensiva de racismo no futebol brasileiro é a discriminação do jogador habilidoso e artístico em proveito de um mais forte e possuidor de uma técnica mais cuidada, técnica entendida no critério europeu de país desenvolvido. «Isso explicaria a diminuição, assinala Rufino, de jogadores negros nas principais equipas de futebol do país».

Conta-se pelos dedos o número de negros que exercem a função de técnicos e juizes de futebol, para não falar dos «cartolas» (dirigentes de clubes), que simplesmente são inexistentes. É um fenómeno explicá-

vel, observa Joel Rufino, pois «no conceito racista brasileiro, negro não serve. É comum dizer-se que negro quando não defeca na entrada, defeca na saída. Onde estão os negros no futebol? Não temos técnicos em proporção correspondente ao número de craques negros que se destacaram no desporto-rei».

Muita gente acredita que o negro é melhor dotado para o futebol e para a dança. Recentemente, quando participava num debate em Brasília, Joel Rufino ouviu um ex-jogador de futebol negro defender com veemência esta tese: «É uma forma de preconceito inculcado no próprio negro, que acha, pelo facto do branco ter sempre dito isto, que ele, negro, só presta para coisas primitivas que dependam dos instintos e da sensualidade. É uma ideia colonialista de que há povos dotados para a civilização e outros para a selvajaria».

Há quem defenda a tese (racista) de que o negro é melhor jogador porque os seus avós corriam como onças nas selvas africanas.

Em termos sociais, o desporto das multidões reproduz também o mesmo esquema de valores predominante na sociedade brasileira. Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, o maior «craque» de futebol de todos os tempos, é um exemplo típico de um cidadão negro brasileiro absorvido pelo sistema, com todos os valores eurocentristas que a sociedade exige, a começar pelo registo dos seus filhos como «brancos».

Durante muito tempo, Pelé foi utilizado como exemplo da «democracia racial» brasileira. Em nenhum momento Pelé se posicionou sobre a questão racial ou teve qualquer tipo de aproximação aos movimentos das comunidades negras.

Nos últimos anos, têm surgido jogadores de futebol considerados «craques» demonstrando consciência de pertencer a um sector da população brasileira que enfrenta problemas de discriminação racial. É o caso do ponta-esquerda Paulo César, considerado até por alguns «torcedores» como um «jogador problema» que se tem posicionado publicamente sobre a questão:

«Gosto de me vestir bem, de frequentar lugares elegantes. E muita gente não suporta ver um negro, um ex-favelado falando francês, com um Cartier no pulso, tomando champanhe Don Perignon. Acontece que esse problema não é meu, é da cabeça das pessoas. Elas me criticam só porque gosto do que é bom. No fundo, é uma questão pura e simples de racismo. Muita gente nem diz, mas pensa o seguinte: Paulo César é um negro metido a branco que não conhece seu lugar.»

Na mesma entrevista concedida a uma revista semanal de circulação nacional no Brasil, o actual jogador do Corinthians (o clube mais popular de São Paulo) vai mais longe ainda nas suas observações:

«Quando eu era rapazinho, fui barrado na porta do Fluminense. Hoje sou sócio dos clubes 'privés' do Rio. Mas o racismo no Brasil é um facto concreto, comprovado diariamente em clubes, hotéis e restaurantes. O facto de não acontecer mais comigo, que sou famoso, não serve como exemplo. Sempre que posso

procuro apoiar os movimentos de valorização da raça negra».

### Meios de comunicação

Nas novelas, como no teatro de um modo geral, e ainda na área da publicidade, o esquema da reprodução dos valores racistas está ao alcance dos telespectadores com um mínimo de espírito crítico. Há pouco tempo, numa entrevista concedida a um programa de televisão, em horário nobre, o veterano humorista da rádio, Nhó Totico, bastante popular em São Paulo, recordava algumas passagens de sua carreira. Uma das rábulas da reportagem apresentava um cidadão bem



sucedido vivendo com tranquilidade na sua casa num bairro da classe média paulista.

Em determinado momento, quase no final da reportagem, Totico vai até à cozinha com o repórter para fazer a apresentação da empregada, uma ancia negra:

«Comprei-a numa feira de escravos por 60 contos. Estou pagando à prestação. Ela aqui não ganha nada, lá fora poderia ganhar mais de mil réis. Pergunta se ela gostaria de sair dessa casa...»

De um modo geral, os milhões de telespectadores brasileiros são induzidos pela publicidade a consumir os mais variados produtos, dos automóveis e apartamentos de luxo, passando pelos artigos de primeira necessidade. Nessa engrenagem publicitária, o negro só aparece como personagem subalterno; lavadeira, lixeiro e muita vez até mesmo como escravo, como no caso de um anúncio publicitário de um café que foi vendido inicialmente por uma escrava de nome «Pimpinela».

Difícilmente uma agência publicitária coloca um negro como veiculador de qualquer produto destinado a um sector de médio poder aquisitivo. Zezé Mota, atriz e cantora de renome nacional, teve um anúncio *out-door* recusado pelo facto de ser negra. Segundo ela, «o anúncio foi recusado porque o dono da loja alegou que a sua clientela era da classe média, que é preconceituosa e não aceitaria a sugestão de uma negra. Os veículos de comunicação não só usam isso como pretexto como reforçam essa tendência racista. «Até me pagaram pelo trabalho mas o *out-door* não foi para a rua».

No início da sua carreira, num período em que estava desempregada, Zezé Mota precisava fazer foto-novela. Pediu a uns amigos de uma revista especializada da Bloch Editores mas a resposta veio pronta: «não tinham autorização para contratar negros em nenhuma história».

Novelas na televisão continuam com um alto índice de audiência e de certa forma abrem um espaço no mercado de trabalho dos actores. Mas esse espaço, observa a actriz negra Léa Garcia, ainda é restrito para os actores e atrizes negras, os quais, geralmente, só são convidados para participar no caso do texto explicar um personagem dessa cor. Os personagens negros mais comuns são os marginalizados na sociedade, e dificilmente ganham uma vida própria no texto, ou seja, acabam por fazer praticamente uma ponta ou figuração.

Há casos excepcionais como a professora de História, interpretada recentemente por Léa Garcia, numa novela das 18 horas (ainda não horário nobre), cuja filha se apaixona por um rapaz branco e rico, sofrendo por isso discriminação racial. Quando a filha já se encontrava desesperada, a mãe (Léa Garcia) faz todo um levantamento histórico do negro, desde a sua chegada da África até aos dias de hoje, dentro de uma perspectiva, segundo a actriz, da visão dos movimentos negros.

Não raras vezes o autor de novelas é obrigado a

modificar o desenvolvimento do enredo face a exigências raciais de telespectadores. Um desses factos aconteceu numa emissora de televisão de São Paulo, segundo conta Zezé Mota:

«Havia um triângulo amoroso — Leila Diniz (branca), Zózimo Bubul (negro) e Aizita Nascimento (negra). As duas eram apaixonadas pelo negro e ficava aquele suspense com quem ele se casaria. Vários telespectadores, sobretudo do município paulista de Campinas, enviaram cartas protestando com a possibilidade que se vislumbra do negro casar com a branca. A preocupação com as pesquisas de opinião pública faz com que as emissoras passem por cima de tudo, até mesmo do talento dos actores negros. Face aos apelos dos telespectadores, o roteiro da novela foi mudado.»

### Racismo nos anúncios

É muito comum os cadernos de publicidade classificada da grande imprensa brasileira veicularem anúncios com a exigência de «boa aparência», forma não muito subtil de algumas empresas negarem a contratação de mão-de-obra negra. Não é raro também a exigência do *curriculum vitae* do interessado acompanhado de uma foto.

Há casos mais gritantes, como o de um anúncio da empresa transnacional *Sears Roebuck* ao instalar-se em Brasília: «*Sears* procura louras, de mais de 18 anos, boa aparência, manequim 42». O anúncio teve repercussões no Congresso com intervenções de parlamentares levantando a possibilidade da empresa ser enquadrada na lei Afonso Arinos. O gerente geral da *Sears* deu uma desculpa esfarrapada: «O anúncio pedia louras porque se adaptam melhor à cor do vestido a ser usado».

Em Agosto de 1980, um anúncio de emprego num curso de dactilografia dizia claramente que «não se aceita gente de cor». A proprietária do curso, Léa Alves Nestler, declarou posteriormente à imprensa que fez restrição a negros porque os seus alunos «têm preconceito contra gente de cor». Ela baseou-se no facto de anteriormente ter despedido uma professora negra pois «quando ela estava aqui, não recebia alunos novos. Como não gostaria de fazer isso outra vez, resolvi não mais aceitar pessoas de cor para trabalhar». A proprietária negou ser racista.

Recentemente, um amigo de Zezé Mota, o engenheiro negro Asfilófilo de Oliveira, desempregado há seis meses, foi o primeiro candidato a telefonar para uma empresa que colocara um anúncio num grande jornal do Rio. Depois de praticamente quase tudo acertado pelo telefone, o doutor Oliveira apresentou-se pessoalmente e o emprego de engenheiro acabou por lhe ser negado. Não chegaram a alegar nada oficialmente, mas um funcionário acabou por confessar que a firma evitava contratar engenheiros negros porque os operários das obras teriam dificuldade em respeitar «um negro na direcção». □



**PROCURA LOURAS!**  
RECEPCIONISTAS DE CREDITO  
BASTA DIZER SIM A TUDO  
CANDIDATE SE AGORA!

## A polémica em torno da lei Afonso Arinos

**E**SSA questão de discriminação tem uma amplitude e profundidade que nunca nenhuma lei poderá abarcar. A discriminação racial não é um problema legal mas cultural. Os problemas culturais são, por si mesmos, dramaticamente inextinguíveis. Acho razoável que os vários grupos das comunidades negras se posicionem criticamente em relação à lei Afonso Arinos, mas considero um pensamento radical afirmar que hoje a lei até favorece o racismo — quem o afirma é o próprio Afonso Arinos, ex-deputado e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros no tempo de Jânio Quadros. E prossegue:

«O perigoso no racismo é quando ele se insere nas massas populares e não nas elites intelectuais. A diferença entre o Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, é que o racismo aqui está nas chamadas elites culturais ou sociais. No Brasil, não há nenhuma família antiga que seja branca; todas com mais de 200 anos têm sangue negro.

«As pessoas que ascendem socialmente são muitas vezes mulatas, mas existe uma espécie de preconceito antinegro. Na massa popular

não se encontra isso. Na Inglaterra, vão mudar a Lei da Comunidade Britânica para excluir os negros, não porque os intelectuais do Parlamento inglês queiram, mas por desejo das massas trabalhadoras. O racismo no Brasil está na elite social, não no povo.

«Acho que a lei Afonso Arinos tem muitas falhas. Para aplicação, a lei depende de ser solicitada. Ela não é aplicada porque não há da parte da pessoa protegida pela lei a iniciativa de apelar para ela. As pessoas ficam acanhadas. A lei é fraca, não fala em edifícios de apartamentos quando a elaborei em 1951. Façam uma outra... Qual a razão de não fazerem uma outra melhor?

«Peço aos críticos da lei Afonso Arinos que façam uma melhor. A declaração dos direitos de 1967 foi escrita por mim. O texto existe mas não é cumprido. Pela primeira vez, em todas as constituições do mundo, está escrito: «a discriminação racial será punida pela lei». Transformar a discriminação racial em crimes no texto constitucional. Isto é um incitamento para que façam uma lei boa.»

Segundo o seu autor, a lei surgiu numa tarde de sábado de 1951, quando José Augusto, o motorista negro do parlamentar e jurista lhe contou que tinha sido proibido, por ser negro, de entrar numa sorveteria no centro da cidade.

### A lei Afonso Arinos

Lei nº 1.390 - de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou cor.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte do estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber clientes, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º - Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Prisão simples de três meses, a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitaria e lojas semelhantes abertos ao público, onde se sirvam

alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º - Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleiros por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º - Recusar inscrições de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em Inquérito regular.

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo de funcionalismo público ou a qualquer ramo das Forças Armadas por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade, em Inquérito regular para o funcionário dirimido a repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º - Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor.

Pena - Prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso da empresa privada; perda do cargo pelo responsável pela recusa, no caso da autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º - Nos casos de reincidência havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor 15 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 3 de julho de 1951  
Getúlio Vargas, Presidente.



Afonso Arinos



Abdias Nascimento

## A contestação à lei

O escritor Abdias do Nascimento tem uma versão diferente sobre a origem da lei Afonso Arinos:

«Em 1944, fundámos o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, com vários propósitos. Era na verdade um movimento de muitas frentes, uma delas de natureza política. O Teatro Negro criou um movimento chamado Convenção Nacional do Negro, cuja primeira reunião nacional aconteceu em São Paulo. A Convenção votou como um dos seus pontos de reivindicações prioritárias uma lei anti-racista, uma lei que deixasse bem claro como crime de lesa-pátria a prática da discriminação racial, propugnando também medidas de carácter económico para que o brasileiro de origem africana tivesse reais possibilidades de usufruir dessa igualdade perante a lei.

«Quando se reuniu a Assembléia Constituinte de 1946, a Convenção dirigiu-se a todos os partidos e parlamentares enviando o seu programa de reivindicações. Recebeu então esse apoio retórico e convencional dos partidos. Mas o senador Hamilton Nogueira, da ex-UDN do então Distrito Federal, fez um discurso mostrando que o racismo no Brasil era uma questão de facto e não subjectiva. Apresentou um projecto de lei anti-racista, assumindo, portanto, todo um programa da Convenção do Negro.

«Houve então várias manifestações contra a lei sob a alegação de que primeiro precisava existirem factos concretos de racismo para que a lei pudesse ser votada. O único deputado negro na Assembléia Constituinte, Claudino José da Silva, deputado pelo Partido Comunista do Estado do Rio de Janeiro, foi contra a lei dizendo que aquilo restringiria o conceito amplo da democracia.

«A lei não foi aprovada. Ficou para ser discutida quando houvesse um facto concreto. Isso aconteceu em 1950, quando a coreógrafa internacional Natherine Dunhan foi discriminada num hotel de São Paulo. Aí, entra o sr. Afonso Arinos e apresenta a lei. Hoje ele faz toda uma teoria dizendo que foi por causa de um motorista...

### O quilombismo

«Não se pode falar em democracia neste país sem levar em conta a voz, os problemas, as aspirações e os valores do negro, isto é, dessa grande maioria de descendentes de africanos que construiu o Brasil.

«Desde que começou a vinda das grandes levas de emigrantes europeus, os negros foram excluídos, até mesmo do sector agrário, onde é inegável que foi construído unicamente com o suor e trabalho dos escravos. No meu livro «O negro revoltado», publico uma estatística da Sociedade Brasileira de Agricultura mostrando que a grande maioria do sector agrário não queria saber do trabalhador negro. A grande parcela

da população negra brasileira continua actualmente como pária no campo. Daí para nós, negros, é importante uma reforma agrária.

«A teoria quilombista que eu prego no meu livro afirma e reivindica que a terra deve ser propriedade colectiva da sociedade e não ficar como propriedade de alguns para usufruto de poucos proprietários.

«O negro precisa fazer a sua própria ciência se quiser libertar-se dessas tutelas académicas ditas científicas. É o que estamos fazendo no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros, da PUC de São Paulo. Criado com a cooperação de dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, o Instituto pretende fazer um levantamento exaustivo da realidade afro-brasileira. Seu projecto-piloto e básico de tudo o que vai acontecer depois é o conhecimento das comunidades de origem africana que estão isoladas do fluxo convencional da nossa sociedade. O exemplo mais ilustre é o de Cafundó, em São Paulo. Existem centenas dessas comunidades, como Bom Jesus, Cajoeira e Jacaré dos Pretos, no Estado do Maranhão.

«Os heróis de cor negra que a história do Brasil celebra são exactamente aqueles que fizeram o jogo do opressor, como Henrique Dias, Marçílio Dias etc. Os heróis que realmente contribuíram para a libertação das massas negras figuram de uma maneira muito episódica, como no caso de Zumbi. Não se fala do preto Pio, das fugas em massa das fazendas de São Paulo. Não se fala do preto Cosme do Maranhão. Não se fala dos quatro Tiradentes (um dos mártires da independência brasileira) negros dos Alfiates, da guerra dos Farrapos do Rio Grande do Sul. Não se enfatizam esses grandes gestos colectivos de heroísmo. Não se trata de indivíduos, mas das grandes massas de origem africana que tanto lutaram para serem livres e ajudarem o Brasil a se libertar.

«A República dos Palmares foi um exemplo magnífico de convivência racial. Ninguém era inferior por que era branco, preto ou índio. Ali todo mundo era igualitário.

«De 1975 para cá, houve um despertar mais amplo da comunidade negra. Sem dúvida contribuiu a libertação dos países da África e também as revoltas da década de 60 nos Estados Unidos. Os meios de comunicação do Brasil tinham a intenção de glorificar a democracia racial daqui, mostrando os protestos nos Estados Unidos. Sem que se dessem conta, estavam também mostrando aos negros brasileiros a sua real situação.

«Com a vinda dos representantes diplomáticos da África e o noticiário da imprensa sobre o continente onde viemos, mesmo que distorcido a favor das classes dominantes, sentimos que o negro não está só. Pertence a uma Nação que tem uma comunidade com um relacionamento profundo em cultura e situação étnica.»

## As estatísticas mostram onde está o racismo

*Para lá do debate teórico, os números sobre a população brasileira não deixam dúvidas: não existem oportunidades iguais para brancos e negros*



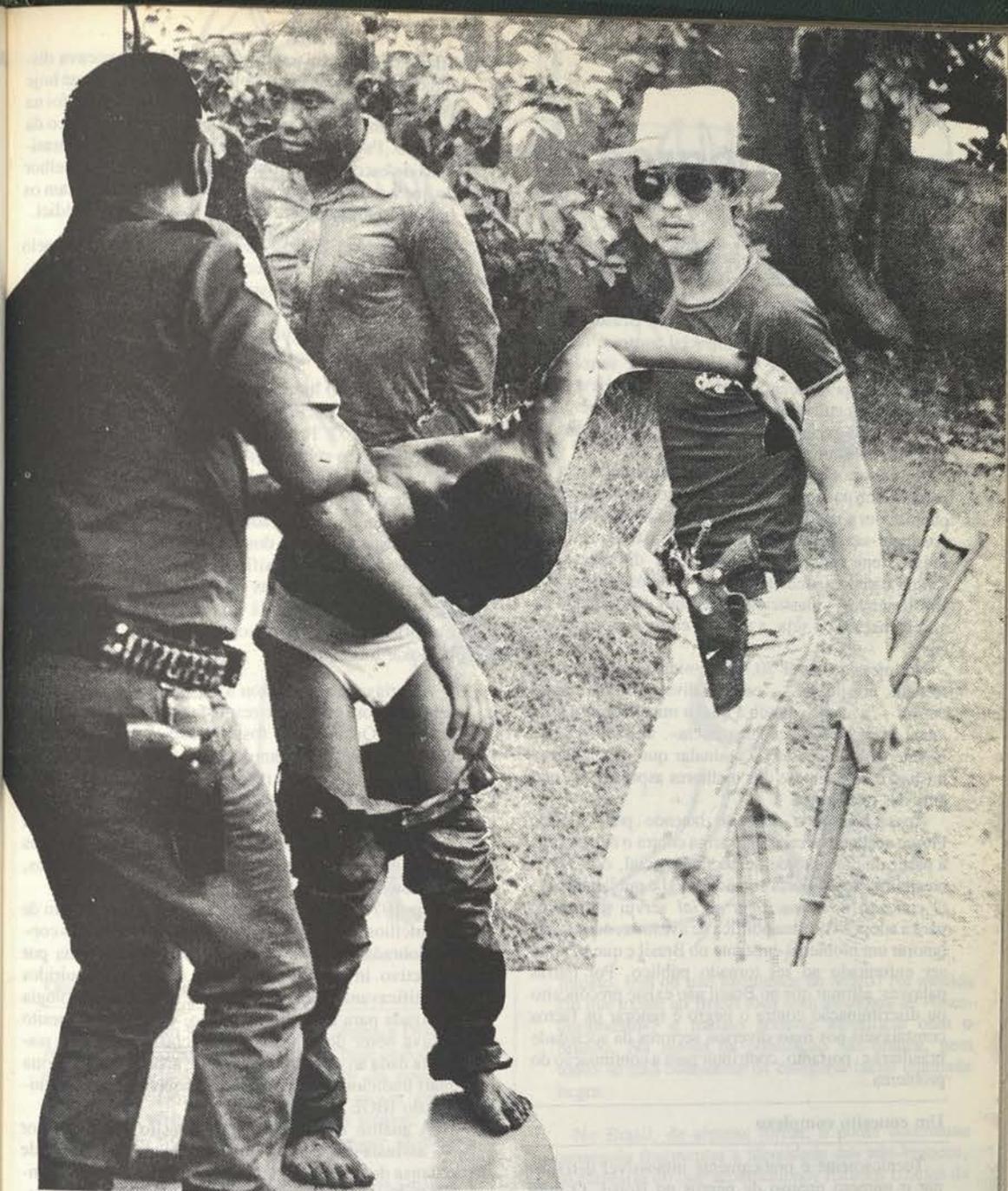
**N**UM levantamento feito nos mais diversos sectores, civis e militares, da sociedade brasileira, e mesmo em alguns da chamada *élite*, constatou-se que o negro (assim como o mulato) não ocupa um espaço compatível com, pelo menos, a proporcionalidade do seu número existente oficialmente no país que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1976 — corresponde a 41% (pretos e mulatos = negros) da população. No Exército, dos 17 generais do Exército (posto mais alto da oficialidade), incluídos quatro ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e o ministro do Exército, nenhum é negro ou mulato. Dos 11 almirantes de Esquadra (posto mais alto da Marinha), incluídos três ministros do STM e um do Tribunal Marítimo e o ministro da Marinha, nenhum é negro ou mulato. Na Aeronáutica, dos sete tenentes-brigadeiros membros do Alto Comando, inclusive o ministro da Aeronáutica, nenhum é negro ou mulato.

Na área política, o quadro é o seguinte: dos 22 governadores eleitos por vias indirectas em 1978, nenhum é negro ou mulato. Dos 20 ministros do governo João Batista Figueiredo também não se encontra nenhum negro ou mulato. Dos 420 deputados eleitos em 1978, dois são negros e dois mulatos (só representantes do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul), enquanto entre os 67 senadores, um é negro e um é mulato (Mato Grosso e Rio).

Na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), dos 20 membros da direcção, quatro são mulatos e nenhum é negro. Dos 9 directores efectivos da Federação Nacional dos Economistas, nenhum é negro e um é mulato, enquanto dos 30 elementos da direcção da Federação Nacional dos Jornalistas, um é negro e nenhum é mulato. Da direcção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, entre os 24 integrantes, um é negro, o presidente do Sindicato, Carlos Alberto de Oliveira. Dos 92 conselheiros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um é negro (representante de Minas Gerais), enquanto na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos 11 directores, nenhum é negro ou mulato.

Na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), entre os 27 membros da direcção, efectivos e suplentes, nenhum é negro, o mesmo acontecendo na Confederação Nacional do Comércio, em que dos 28 membros, efectivos e suplentes, nenhum é negro.

Entre os 11 maiores banqueiros do jogo-do-bicho (jogo chamado de azar ainda considerado ilegal, mas cujos banqueiros têm um poder de facto, inclusive o de corromper a polícia) que controlam a área do Rio e Grande Rio (incluindo a Baixada Fluminense e



algumas cidades vizinhas do Rio, como Niterói), nenhum é negro.

Dos 11 titulares da actual Selecção Brasileira, que possivelmente deverá representar o Brasil no próximo Campeonato do Mundo de Futebol em Espanha, encontram-se quatro negros e mulatos.

Na Academia Brasileira de Letras, entre os 40

escritores considerados imortais, nenhum é negro ou mulato.

No Rio, o quadro nos sindicatos dos Artistas e dos Metalúrgicos é o seguinte: dos 24 membros da direcção dos artistas, um é negro, enquanto entre os metalúrgicos, dos 24 dirigentes, cinco são negros e três mulatos.

# Quantos são os negros?

**E**LABORADO pelo sociólogo Gilberto Freyre no início dos anos 30, o conceito de democracia racial tem servido até hoje o poder dominante para mostrar ao mundo que no Brasil não há preconceito ou discriminação racial contra o negro.

Segundo o autor de «Casa grande & senzala» a ausência de preconceito ou discriminação deve-se a «plasticidade cultural» do colonizador português, que já tivera uma experiência prévia com a escravidão ao submeter os mouros em Portugal.

Ainda para Freyre, houve uma tolerância racial do colonizador português com o escravo negro, se comparada com a rigidez nas atitudes raciais do colonizador anglo-saxão, particularmente nos Estados Unidos. Freyre, em suma, superenfatiza as diferenças no campo racial existentes entre os Estados Unidos e o Brasil, tendo a «plasticidade cultural» se traduzido na miscigenação, ou seja, a mistura entre negros e brancos.

No início dos anos 30, predominava entre os intelectuais brasileiros — como Oliveira Viana, entre outros — a ideia segundo a qual a mistura criaria uma «raça fraca e em degenerescência». Gilberto Freyre inverte essa tendência ao assinalar que justamente a mistura é uma síntese dos melhores aspectos de cada uma das três raças.

Apesar disso, o conceito lançado por Gilberto Freyre acabou por criar uma arma contra o negro, pois a partir do conceito de democracia racial, o governo brasileiro adoptou essa versão oficial e publicamente. O conceito de *democracia racial* serviu na prática para a adopção de uma política de avestruz, ou seja, de ignorar um problema existente no Brasil e que só pode ser enfrentado ao ser tornado público. Por outras palavras: afirmar que no Brasil não existe preconceito ou discriminação contra o negro é ignorar os factos constatáveis nos mais diversos sectores da sociedade brasileira e, portanto, contribuir para a continuação do problema.

## Um conceito complexo

Tecnicamente é praticamente impossível determinar o número preciso de negros no Brasil. O mais recente dado estatístico, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 1976, conclui que 41% da população que compõe a força de trabalho é negra, valor este que resulta da soma de pretos e mulatos.

O quesito «cor» nos censos demográficos tem provocado os mais diversos tipos de controvérsias. Em 1970, o quesito foi retirado do censo sob a alegação

oficial de que não sendo bem aferido provocava distorções. A retirada provocou muita polémica e até hoje paira a suspeita de que o motivo técnico alegado foi na verdade uma capa para esconder o aspecto político da questão. Por outras palavras: o velho esquema brasileiro de esconder a problemática racial; nada melhor do que a omissão para acabar com a celeuma. Eram os trágicos tempos de arbítrio total do governo Médici.

Finalmente, depois de inúmeras campanhas pelo restabelecimento do quesito «cor» e um abaixo-assinado de 120 cientistas sociais, o movimento comandado pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) conseguiu obter uma vitória com o retorno do quesito do PNAD-76.

No ensaio «O lugar do negro na força de trabalho», elaborado por Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Araújo Costa, há um breve histórico sobre o quesito «cor» nos censos. Em 1872, a população foi subdividida em livre e escrava e, segundo o professor Mortara, a declaração da cor foi deixada ao recenseado livre, que definiu não somente a sua cor mas a dos seus escravos. Os entrevistados foram assim classificados: se fossem livres, em brancos, mulatos, pretos ou caboclos; e se escravos, em mulatos e pretos. Já em 1890, a população foi classificada, segundo a cor, em brancos, pretos, caboclos e mestiços.

A variável cor só voltou a ser pesquisada no Censo de 1940, com opções de resposta entre preto, branco e amarelo. Quando não fosse possível essa qualificação, o entrevistador lançaria um traço horizontal no lugar reservado para a resposta. Isto resultou na classificação da população em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos), além da constituição de um grupo genérico sob a designação de «outros» (para os que se designaram como caboclos, mulatos, morenos, etc., ou se limitaram ao lançamento do traço).

Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios incluiu no seu suplemento a variável «cor» desdobrada em dois quesitos. O primeiro tinha por objectivo investigar a maneira como os inquiridos identificavam a sua cor, ou seja, qual a terminologia utilizada para essa identificação. O segundo quesito visava obter do inquirido uma classificação da resposta dada ao quesito anterior, de acordo com a forma mais tradicional de investigação sobre cor nas pesquisas do IBGE.

A análise das respostas do quesito aberto de cor — assinala o ensaio — indicou, apesar da quantidade extensa de designações, haver uma elevadíssima concentração em alguns poucos termos. Aproximadamente 95% das respostas estavam concentradas em apenas sete designações de cor diferentes, sendo quatro delas comuns às usadas no quesito fechado, ou seja: branca (41,9%), preta (7,6%), amarela (0,97%) e mulata (7,6%). As outras três categorias mais frequentes foram as designações: clara (2,5%), morena clara (2,8%) e morena (34,4%).



### Questão política

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial considera — tendo por base os conceitos elaborados pela Unesco — que 70% da população brasileira é negra ou mestiça, com algum grau de ascendência africana. Ou, por outros termos: para o MNU, quem tiver algum tipo de sangue africano é negro.

Analisada politicamente, a questão torna-se ainda mais complexa. A categoria mulata, assinala o sociólogo Carlos Hasenbalg, é residual, resulta de misturas, nem preto, nem branco. Partindo do critério que só é branco quem tem ascendência europeia pura, menos de 50% da população brasileira é branca.

A questão não é apenas de identificação de cor mas sim de identidade, explica Hasenbalg. No caso do

mulato, tem ou não identidade de negro? Na medida em que existe no Brasil toda uma ideologia de «branqueamento», o mulato pode-se identificar com o branco. Na massa da população não-branca, nem todos se irão considerar da categoria racial chamada negra.

No Brasil, de alguma forma, o poder dominante conseguiu fragmentar a identidade dos não-brancos, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos da América, onde se é negro ou branco.

Agora, nestes anos 80, a complexa questão da identidade racial é um ponto fundamental que se coloca politicamente para o movimento negro brasileiro.

M. A. Jacobskind) □

O 1.º VOLUME À VENDA NAS LIVRARIAS



COLEÇÃO SAÚDE

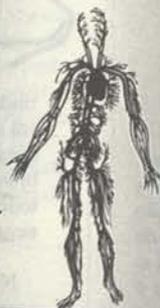
uma nova coleção para quem  
se preocupa com a saúde: você  
próprio, o seu médico, enfermeiros...

Uma iniciativa de Publicações  
Europa-América

cada volume oferece a garantia de  
ser escrito por um grande especialista  
suíço

Professor FRANÇOIS REUBI

**A  
HIPERTENSÃO  
ARTERIAL**



PRÓXIMOS VOLUMES

PROBLEMAS CIRCULATORIOS E ARTERIOSCLEROSE  
ENFARTE DO MIOCÁRDIO  
DOENÇAS ALÉRGICAS



**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**

APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX

tem  
me  
e a  
nat  
val  
nac  
fin  
inc  
«m  
xar  
po  
ant  
out  
br  
ve  
me  
tex  
via  
nid  
Ar  
130  
po  
pas  
per  
gra  
épi  
and  
cor  
sac  
riq  
san  
nor  
nel  
do  
suj  
Am  
lum  
ling  
com  
hon  
bra  
alie  
nov  
pat  
vid  
par  
«di  
«pc  
esp  
inú  
ran

Ag

me  
dac

98

# Quando a «boa aparência» esconde a discriminação

*A inserção (e a exploração) do negro e mulato no mercado de trabalho*

O mercado de trabalho discrimina o negro de todas as formas. Não é só nos anúncios escondidos nas páginas dos classificados dos jornais que o racismo transparece, cuidadosamente disfarçado em exigências de candidatos de boa aparência e cor clara. O problema é muito mais profundo e está presente em todas as profissões, mesmo nas de status social mais baixo, onde ao negro é sempre reservado o lugar inferior e o salário mais baixo.

Os dados desta estranha realidade são estarrecedores para um país que se autodefine como uma democracia racial: 81,4% dos empresários, administradores e profissionais de nível superior são brancos; os brancos ocupam ainda 75% do mercado profissional de nível médio e têm as melhores posições e salários na indústria, na agricultura e no sector da prestação de serviços, este o mais fortemente discriminador do negro. No trabalho autónomo, o quadro repete-se: é aí onde há maior desproporção salarial entre negros, mulatos e brancos. Em média, os negros e os mulatos ganham metade do rendimento dos brancos.

Todos esses dados constam de um trabalho elaborado pelas sociólogas Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Araújo Costa, sob o título «O lugar do negro na força de trabalho».

Baseado em dados de 1976, aí se mostra a marginalização do negro em todos os níveis do mercado de trabalho, onde representa, inclusive, o maior contingente da população pobre do país. Segundo a pesquisa, do total de 47% dos brasileiros com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo, o contingente de brancos é de apenas 38% contra 63% da população negra e 57,8% da população mulata.

## Discriminação racial

Em linhas gerais, a pesquisa chega a algumas conclusões básicas: em todas as categorias profissionais estudadas, o negro ocupa posição inferior ao branco; na categoria «ocupações de nível superior, empresários e administradores» é onde existem maiores desigualdades, com os pretos e os mulatos a ganharem, respectivamente, 36,9% e 49,6% do rendimento médio dos brancos; nas ocupações manuais urbanas, a relação de anos médios de estudo entre brancos e negros é sempre menor que a relação encontrada entre rendimentos médios, o que significa a pior remuneração da força de trabalho negra mesmo quando esta possui nível educacional igual ou superior ao da força de trabalho branca.

A partir dessas constatações, a pesquisa procura colocar em evidência um aspecto da realidade brasileira: a importância decisiva que a estrutura ocupacional joga na distribuição do rendimento e na própria posição social do indivíduo e seus familiares. Para ilustrar, cita um dado expressivo: os trabalhadores não-manuais, que representam apenas 18% da força de trabalho, detêm 47,8% dos rendimentos, enquanto os trabalhadores manuais urbanos, que correspondem a



44,3% da força de trabalho, possuem apenas 39,4% dos rendimentos.

Esse é um aspecto que a pesquisa levanta. Tentando aprofundar a questão das desigualdades, conclui também pela existência de um dado complementar: a desigualdade existente em função da própria diferenciação racial. Concluem as autoras do trabalho: «Quando comparamos a composição da força de trabalho segundo os grupos com a parcela de rendimentos apropriada por cada um desses grupos temos que os brancos, que representam pouco mais de metade da força de trabalho, recebem quase três quartos do rendimento, ficando a parcela restante do rendimento para os demais grupos raciais. Em que medida essa maior concentração do rendimento nas mãos dos brancos está relacionada à própria distribuição ocupacional da força de trabalho, onde as funções de maior status são preenchidas basicamente por brancos?»

São as próprias autoras que respondem:

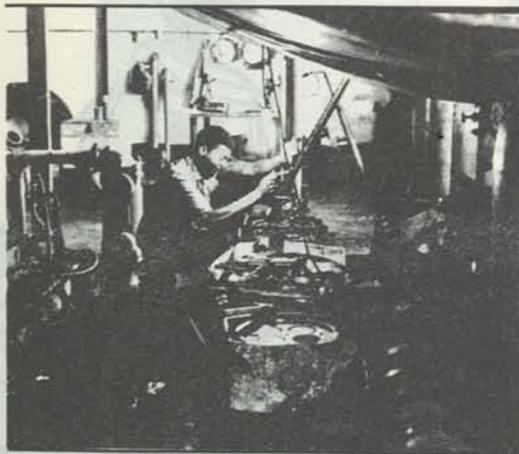
«A maior parcela do rendimento fica nas mãos dos brancos, independentemente das categorias ocupacionais em que estejam.»

Para ilustrar, citam os seguintes dados: os brancos detêm 85,4% dos rendimentos dos trabalhadores não-manuais; 65,8% dos rendimentos dos trabalhadores manuais urbanos; e 57% dos rendimentos dos trabalhadores manuais rurais.

«Mesmo na categoria de trabalhadores manuais rurais, onde os brancos representam uma parcela de força de trabalho inferior (48,3%) à dos negros, a proporção de rendimentos deles é superior.

«Na categoria de trabalhadores não-manuais, 77% das pessoas são brancas. Essas pessoas recebem 85,4% do rendimento. Os negros, que representam 20,5% das pessoas da categoria, recebem apenas 11,5% dos rendimentos.

«Dentre os trabalhadores manuais urbanos, o rendimento dos empregados é mais uniformemente distribuído entre os grupos raciais que entre os que trabalham por conta própria. Os empregados urbanos brancos representam 54% das pessoas nessa categoria e



recebem 63% do rendimento; já os brancos com posição ocupacional por conta própria representam 58% das pessoas nessa categoria e ficam com a «parte de leão» desses rendimentos: 71%».

A desproporção de rendimento tende a acentuar-se nas ocupações que exigem maior qualificação, habilidade ou mesmo a propriedade de alguns instrumentos de trabalho para desempenho de atividades liberais.

As desigualdades fazem-se sentir também entre os brancos e negros ricos. Dos 5% da força de trabalho considerados mais ricos, 85,5% são brancos; os negros e mulatos correspondem respectivamente a 1 e 9,9%. É também entre os brancos onde a concentração de rendimento é maior: o estudo constatou que 1% dos brancos mais ricos se apropriaram de 17,9% do rendimento total dos brancos; a mesma proporção de mulatos mais ricos fica com 14,4% do rendimento dos mulatos, enquanto os negros ricos se apropriam de 8,9% do rendimento do seu grupo racial. Se traduzido em números, os brancos ganhariam seis vezes mais que os negros e três vezes mais que os mulatos.

### Reprodução das desigualdades

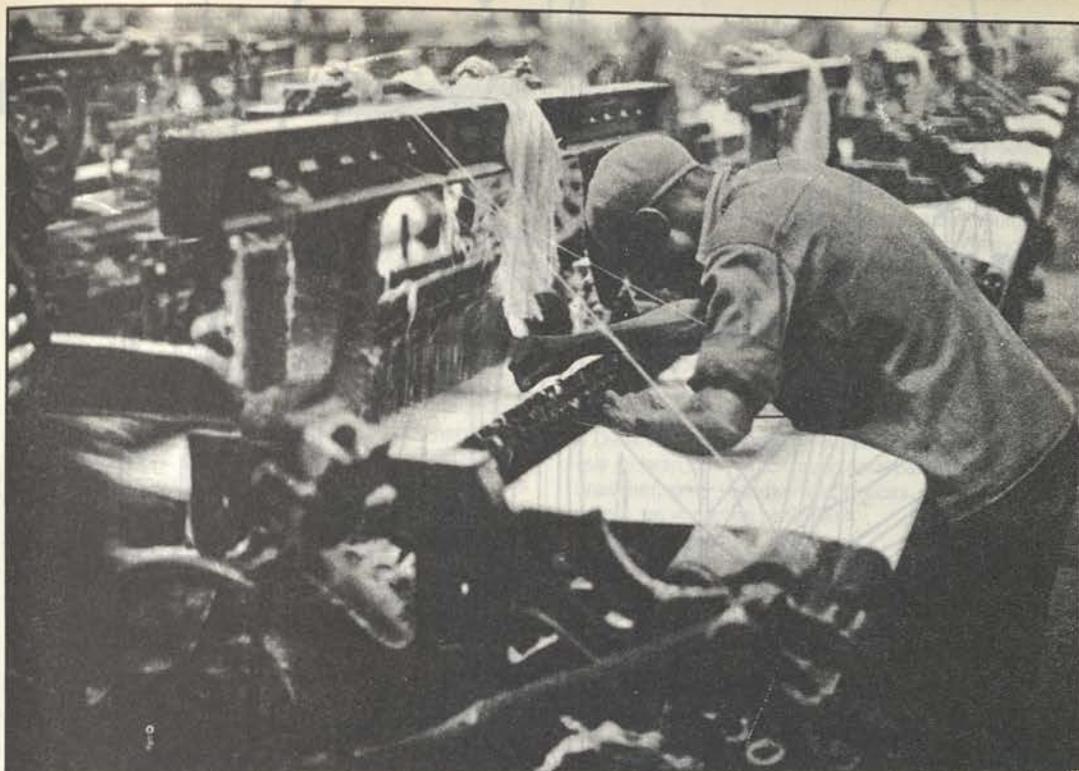
Segundo os levantamentos das pesquisadoras de «O lugar do negro na força de trabalho», as desigualdades reproduzem-se a partir de um ciclo vicioso que poderia ser sintetizado da seguinte maneira: a família ganha pouco, emprega cedo os seus filhos para completar o rendimento; estes, no futuro, não têm condições de galgar melhores postos e, assim, a discriminação econômica continua de geração em geração, agravada por todas as distorções do modelo sócio-econômico e político brasileiro.

Para explicar melhor esse aspecto da reprodução das desigualdades, as autoras recorreram a dados do Plano Nacional de Amostragem Domiciliar — PNAD e a estudos de mobilidade de cor e mão-de-obra, do IBGE. Os dados levantados indicam que o trabalho

ten  
me  
e a  
nat  
val  
nac  
fin  
ind  
«m  
xar  
  
po  
ant  
out  
bro  
vec  
me  
tex  
via  
nid  
Ar  
130  
poe  
pas  
per  
gra  
épi  
anc  
con  
sac  
riq  
sam  
non  
nel  
do  
suj  
Am  
lum  
ling  
com  
hom  
bra  
alie  
nov  
pati  
vid  
par  
«di  
«po  
espe  
inúr  
ram

Ag

me  
dad



premature do menor é um drama nacional, que atinge indistintamente pessoas de todas as raças: até aos 17 anos, 83,5% dos brasileiros são obrigados a inserirem-se no mercado de trabalho para ajudar as suas famílias.

Mas, no caso dos negros e dos mulatos, a desproporção é maior que entre os brancos: 90,9% dos negros e 87,3% dos mulatos recorrem a um emprego qualquer até aos 17 anos, enquanto o percentual de brancos é de 80% — o que não deixa de ser uma taxa altíssima, que traduz o estado de pobreza geral da população, independentemente de raças.

O trabalho dos 5 aos 14 anos é igualmente uma questão dramática para todos: atinge 63,5% dos brasileiros, sendo 61,4% dos brancos, 73,1% dos negros e 70,9% dos mulatos.

Igualmente dramática é a situação da mulher negra. As chefes-de-família de cor negra e mulata correspondem a 36,7% do total de famílias brasileiras, enquanto as brancas correspondem a 13,4%.

Os seus rendimentos são duplamente aviltados, em relação aos chefes-de-família homens, que ganham quase o dobro que elas, e em relação às chefes-de-família brancas, que ganham, também, salário superior. Enquanto que o rendimento de uma família che-

fiada por um homem branco é da ordem de 6,2 salários mínimo, a família de um negro ou de um mulato tem o rendimento médio de três salários; se essa família for chefiada por uma mulher, o rendimento será de 1,3 salários para a mulher preta e 1,7 para mulher mulata. Nas famílias chefiadas por mulheres brancas, o rendimento médio é de 3,2 salários mínimos.

A pesquisa desmistifica também as questões da miscigenação racial e da possibilidade de mobilidade dos brancos, ambas consideradas pela ideologia oficial como forças de decompressão. Não é nada disso: o casamento entre negros e brancos não atenua a questão da discriminação racial, nem da discriminação dos pretos e mulatos dentro do mercado de trabalho pela simples razão de que o problema está relacionado com a estrutura económica e social do país como um todo, que já de si discrimina o negro no momento em que ele nasce, pela sua condição de pobreza.

Outro detalhe que a pesquisa mostra com clareza linear: a pobreza geral dos brasileiros. Segundo os seus dados, 60,6% das famílias brasileiras têm rendimento até três salários, entre os quais a presença de famílias negras e mulatas é maciça: 80,5% de famílias de pretos e 74,7% de mulatos. Um dado que por si só destrói o mito da democracia racial brasileira e evidencia as distorções do modelo político como profundamente nefastas para negros e brancos. □

tem  
me.  
e a  
nat  
val  
naç  
fin.  
ind  
"m  
xar  
  
poc  
ant  
out  
bro  
vec  
me  
tex  
via  
nid  
Arc  
130  
poc  
pas  
per  
gra  
épi  
anc  
con  
sac  
riq  
sam  
non  
nel  
do  
suj  
Am  
lum  
lín  
com  
hom  
bra  
alie  
nov  
pati  
vida  
para  
"di  
"po  
espe  
inúr  
ram



**Categorias Ocupacionais**

	<b>BRANCOS</b>
<b>Participação na força de trabalho</b> .....	<b>57,1</b>
<b>Acima da % na força de trabalho</b>	
Profissionais de nível superior .....	81,4
Profissionais de nível médio .....	75,0
Empregados em ocupações de comércio .....	65,6
Empregados na indústria de transformação .....	60,5
Empregados em ocupações dos transportes .....	59,9

Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, construção civil, do comércio, e da prestação de serviços . 58,2

<b>Abaixo da % na força de trabalho</b>	
Empregados na agro-pecuária .....	43,6
Empregados na construção civil .....	45,6
Empregados na prestação de serviços .....	47,2
Autônomos e não remunerados na agro-pecuária .....	50,7

Ag

me  
dad

## SÓ DOIS BISPOS

A ausência do negro atinge também a Igreja. Dos 339 bispos do Brasil, apenas dois são negros: dom Jairo de Mattos, bispo do Bonfim, na Bahia, e dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa. Mas esta «falha», como diz dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, decorre, segundo ele, «muito mais da falta de vocações nacionais do que propriamente do problema sócio-económico dos negros».

Na verdade, grande parte do clero brasileiro é constituído por missionários estrangeiros ou descendentes dos imigrantes europeus, principalmente daqueles

que vivem nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A presidência da CNBB é um exemplo disso. O presidente, dom Ivo Lorscheiter, que substituiu o seu primo Aloisio Lorscheiter, é descendente de alemães do Rio Grande do Sul. O vice-presidente, dom Clemente Isnard, bispo de Friburgo, descende de franceses. Apenas dom Luciano Mendes de Almeida, o secretário-geral, é de família tradicionalmente brasileira e a vocação religiosa da sua família tem uma história.

Comentando o reduzido número de bispos negros no Brasil, dom Luciano diz que «lamenta profundamente» essa realidade e explica que «o facto reside na falha da promoção vocacional que está, agora, graças a Deus, sendo lentamente superada». Diz ele ainda que «o facto vale, de um modo geral para todo o clero brasileiro, uma vez que são poucas, proporcionalmente, as vocações nacionais».



NASCIDO em Minas Gerais, 40 anos, o arcebispo de João Pessoa, Paraíba, dom José Maria Pires – o «dom Pelé» ou «dom Zumbi», como é conhecido – destinou a sua mensagem de Natal a todos os negros do Brasil:

«A todos os negros, descendentes como eu de um povo livre que foi escravizado; a todos os negros que aceitam ser negros e aos que se envergonham de sê-lo; a quantos, mesmo não sendo negros, vivem na sua condição de negros cativos e a todos os não-negros e não-marginalizados que se comprometeram com a causa da libertação dos oprimidos, Feliz Natal e um Ano Novo de prosperidade.»



D. José Maria Pires

## O jogo de interesses no regresso a África

**S**E o Brasil tivesse atingido a maturidade do seu processo cultural em condições menos dependentes, o contacto com as jovens nações africanas representaria um retorno estimulante às raízes de fenómenos que se manifestam tanto no modo de pensar dos brasileiros em geral como na sua música, na dança, na culinária e na literatura popular.

No entanto, embora o diálogo com os africanos seja um dos aspectos mais positivos da política externa brasileira, ele não tem sido sempre fácil. Primeiro, o Brasil teve que superar uma série de pressões, descartando, no início da década de 70, a hipótese de uma aliança com Portugal para manter o domínio sobre Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, a África provou ser uma absoluta novidade para os diplomatas brasileiros que, pertencendo à elite do país, pouco conhecem dos costumes do seu próprio povo. Para o Itamarati, as dificuldades, foram muito mais sérias do que para a chancelaria de qualquer potência colonial, que tinha como ponto de referência as antigas relações de dominação.

Uma das primeiras coisas que os jovens diplomatas aprenderam é que as relações raciais no Brasil são rigorosamente incompreensíveis para as nações recém-libertas da África. Parece evidente aos africanos que a ausência de negros entre os executivos e administradores de empresas brasileiras reflecte uma situação genérica de racismo tão ou mais intensa do que a que existe nos Estados Unidos. As tentativas iniciais de se seleccionar pessoal negro para os contactos com funcionários dos governos há pouco indepen-

des tiveram de ser abandonadas, por um facto simples: são poucos os negros disponíveis para isso e eles simplesmente são inexistentes nas direcções de firmas particulares ou estatais. São também raríssimos os casos entre oficiais superiores das Forças Armadas.

O mais embaraçoso é que a explicação convencional para isso, além de pouco significativa do ponto de vista africano, não pode ser veiculada pelo Itamarati: de que maneira iria um órgão oficial proclamar que o país é controlado por um número limitado de pessoas que tudo decidem, excluindo a massa do povo, na qual estão os negros, na sua quase totalidade? E nem mesmo para observadores mais independentes se mostra clara a distinção entre esse preconceito social genérico e as formas de racismo localizadas, por exemplo, em certas áreas do Nordeste, como resultado da competição pelo trabalho, ou nos estados do Sul, por influência cultural dos imigrantes. E o preconceito das elites em relação aos negros, aos índios do Norte e Centro-Oeste, aos caboclos do Nordeste, aos estrangeiros pobres do sul da Europa ou do Oriente, não impede que a miscigenação prossiga intensamente, o que perturba qualquer raciocínio simplista.

Se a suposta democracia racial não constitui uma ideologia exportável, o Brasil poderia mesmo assim apresentar-se às nações africanas como opção para o desenvolvimento sem implicações colonialistas: o país não dispõe de poder económico ou força militar capazes de representar ameaça. Tem sido esse o caminho procurado. Mas, ainda assim, tortuosamente.

### As bolsas modestas

Ocorreram erros fantásticos, por conta da desinformação e da urgência em aproximar-se dos africanos. Em 1975, o Brasil ofereceu 16 bolsas de estudo a jovens do Gabão — antes mesmo do estabelecimento de relações diplomáticas regulares — para cursos de formação de oficiais da Marinha Mercante, de que havia lá grande necessidade. Apenas um dos inscritos, no entanto, terminou o curso no Rio de Janeiro, porque eram todos bacharéis pela Universidade de Libreville, uma escola que funciona segundo o padrão francês, enquanto que o curso oferecido está, no Brasil, a nível do ensino médio.

A contenção de verbas, ainda nessa área de tanta prioridade, cria outros constrangimentos. Há, no momento, mais de 100 bolseiros africanos no Brasil — dos países de expressão oficial portuguesa, da Nigéria, do Gabão, de vários outros — mas a dotação orçamental prevê o pagamento apenas a uns 70, de modo que a bolsa tem de ser contida ao nível de dois e meio salários mínimos, o que é pouco, considerando que nada mais é oferecido: nem habitação, nem livros, nem ajuda alimentar especial.

Para a maioria desses estudantes, a atracção máxima das escolas brasileiras (fora o idioma, para os guineenses, cabo-verdeanos, angolanos e moçambicanos, que falam português) resulta das próprias con-



Após anos de indiferença, o Brasil tem tentado, nomeadamente através da acção do Ministro dos Negócios Estrangeiros Saralva Guerreiro, uma aproximação a líderes africanos como Robert Mugabe (em cima), Julius Nyerere (ao centro), Samora Machel (em baixo)





dições sociais do Brasil, em que eles reconhecem semelhança com as suas pátrias. «As soluções adoptadas aqui podem ser transplantadas», diz um aluno da Faculdade de Administração. E o próprio desenvolvimento das pesquisas relacionadas com o cacau e o café ou a semelhança da geologia (as costas do Brasil e da África formaram, em outras eras, um mesmo continente) podem constituir motivações decisivas.

A África não é um continente homogêneo. Um bolsheiro gabonês observa que o seu país, com 1,2 milhões de habitantes num território de 267.667 Km<sup>2</sup>, oferece ensino gratuito e obrigatório em todos os níveis e tem um índice mínimo de analfabetismo: a grande maioria da população fala e escreve em francês e em, pelo menos, um dos 42 dialectos. Noutros casos, é justamente a tecnologia do ensino de massa e das redes escolares públicas que mais interessa aos bolsheiros. Especificidades desse tipo nem sempre têm sido consideradas na modesta oferta de oportunidades de formação no Brasil. Por outro lado, a paranóia da segurança nacional que atinge o governo tem forçado muitos estudantes estrangeiros a frequentarem faculdades piores que as suas, porém politicamente menos activas. E depressa eles descobrem que não é o Brasil o melhor lugar para obter informações, por exemplo, sobre o método de alfabetização de Paulo Freire, de grande aplicação nos países do Terceiro Mundo.

#### Quanto valem as intenções

O quadro não é diferente quando se trata das relações culturais no sentido do Brasil para a África. Há acordos específicos com o Senegal, Gana, Benin, Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Quênia, Togo, Zaire e outros. São documentos de cooperação cultural ou técnica que ocupam, cada um, 16 páginas, na versão em dois idiomas, e que prevêem um intercâmbio extenso, desde o cinema à ciência, à troca de livros e às competições desportivas. A realização dessas belas intenções é outro problema.

Alguns dos sectores mais ricos de promessas — como a exportação de música brasileira e de programas de televisão — esbarra com dificuldades de um mesmo tipo: o Brasil não dispõe de autonomia nesses campos. No caso dos discos, os de música brasileira são gravados por subsidiárias de transnacionais que têm a sua visão própria do mercado africano, de modo que só chegam à maioria dos países as canções de Roberto Carlos, distribuídas igualmente por toda a América Latina. E até Jorge Ben é raridade.

Em muitas nações africanas, a televisão ou não existe (como na Guiné-Bissau ou Cabo Verde), ou dá os primeiros passos (é o caso de Moçambique), ou é tecnicamente precária; de qualquer maneira, a rede brasileira que monopoliza o sector tem vinculações internacionais, de modo que a sua produção penetra complementando os enlatados americanos e apenas pode ocupar o lugar deles nos países que resistem à mensagem ideológica dos Estados Unidos. De qualquer maneira, são exportadas principalmente novelas que não transmitem um mínimo da originalidade cultural que poderia tornar o Brasil interessante para a África. Também nesse sector, há episódios de guerra comercial que lembram intrigas de espionagem: em 1980, uma série de oito fitas convencionais de uma hora cada, com programas de música popular, infantis e jogos de futebol, foram remetidas para a Televisão Popular de Angola pela TV Educativa do Rio de Janeiro, através do Departamento Cultural do Itamarati, que propusera o intercâmbio. Mas nunca chegaram, nem se tem ideia de onde foram parar.

Em outros campos, os problemas são de mentalidade. Sectores do governo vêem com inconformismo as viagens de artistas (que no Brasil são contestadores) a países de vanguarda como Angola e Moçambique. Editores de livros e a Embrafilme consideram pouco interessantes os mercados africanos ou não dispõem de produtos que, nesses países, possam ser veiculados. Mas o que se passa de mais grave é, sem dúvida, a cortina de silêncio no que se refere ao intercâmbio de informações. As notícias são veiculadas entre o Brasil e a África exclusivamente pelas grandes agências internacionais, que fazem o jogo dos seus países de origem ou dos capitais que as controlam. Têm sido inúteis os esforços para estabelecer canais mais adequados. Equipas brasileiras de televisão foram duas vezes a Angola (por ocasião da morte do presidente Agostinho Neto e durante a invasão do território angolano por tropas da África do Sul), mas tudo o que a emissora achou conveniente transmitir foram reportagens de menos de um minuto, uma para cada viagem. Alguns aspectos da visita do ministro Saraiva Guerreiro a Moçambique, transmitidos prioritariamente, nada tinham a ver com a importância das entrevistas. Para os meios de comunicação do Brasil, mergulhados numa trama de interesses que se perde no mundo dos altos negócios, a África é apenas exótica.

(Nilson Lage)



# nós somos a Portucel

**Nós fazemos crescer a floresta.**



A importância da floresta  
é, em Portugal, velha de séculos.

Das florestas depende hoje  
um vasto sector da nossa economia,  
com particular relevo na exportação.

Do abate à reflorestação  
cumpre-se um ciclo vital.

A floresta exige  
que se não cometam erros,  
que se coordenem esforços,  
que se cumpram objectivos.

60.000 hectares  
de novas florestas até 1985.

Este um dos nossos objectivos.

A aceitação pela Portucel  
da responsabilidade  
que o país lhe impõe:  
fazer crescer a floresta.



**PORTUCEL**  
EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL, EP.

# AMÉRICA LATINA

Honduras

## Um presidente civil sob tutela militar

*O novo presidente civil das Honduras assume o poder no momento em que uma séria dúvida se coloca. É que os políticos hondurenhos não sabem se ele vai durar seis meses ou um ano antes de um novo golpe militar*

Roberto Bardini

« **N**AS Honduras o chumbo flutua, a cortiça afunda-se e os autocarros chocam com os aviões», asseguram os naturais desse país centro-americano de 3 milhões e 700 mil habitantes. A frase foi repetida com insistência aos jornalistas estrangeiros quando um milhão e meio de hondurenhos foram às urnas no dia 29 de Novembro para eleger um presidente por quatro anos, 78 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte (Congresso) e 283 presidentes de câmaras municipais. Foram as primeiras eleições depois de quase 20 anos de governos militares surgidos de três golpes de Estado.

Na noite de 29, quando o apuramento ainda não tinha acabado, já se descortinava o triunfo do Partido Liberal, representado por Roberto Suazo Córdoba, «O Homem», como lhe chamam os seus correligionários. Pouco distante, seguia-o o seu tradicional adversário, o Partido Nacional, liderado por Ricardo Zúñiga Agustinus, «Mister Z». Os outros dois agrupamentos que se apresentaram na disputa eleitoral — o Partido Inovação e Unidade (PINU) e a Democracia Cristã (DC) — fica-



Roberto Suazo Córdoba

ram bastante atrás nos resultados: obtiveram pouco mais de dois e um por cento dos votos, respectivamente.

Segundo se comentava, muitos dos filiados e simpatizantes do PINU e da Democracia Cristã preferiram votar nos liberais para que os nacionalistas não ganhassem. Se foi verdadeira essa decisão — espontânea, inesperada, colectiva — ela foi também mais sentimental do

que política e, de certo modo, o resultado foi quase o mesmo: entre Suazo Córdoba e Zúñiga Agustinus não existem diferenças de fundo. O líder é ligeiramente menos ligado aos militares e o dirigente nacionalista é somente um pouco mais anti-comunista. Ambos os políticos coincidiam na necessidade de um regresso à democracia e em que segundo eles, a principal ameaça contra as Honduras vem da importação de «ideias revolucionárias exóticas». Nenhum dos dois partidos difere essencialmente nas suas posições de apoio ao investimento privado e de fortalecimento da capacidade económica do Estado. Existe, sem dúvida — asseguram os hondurenhos — uma diferença entre as duas correntes tradicionais: quando se dá um golpe de Estado, a embaixada norte-americana avisa primeiro o Partido Nacional.

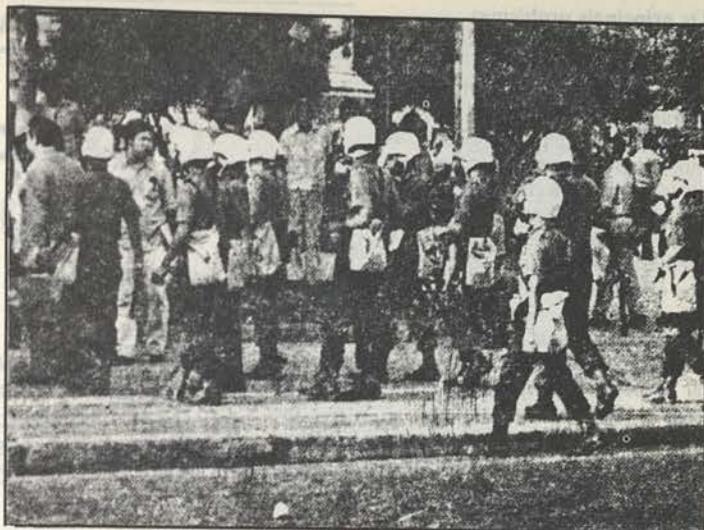
### Um «comanda... civil»

«Como novo comandante geral do Exército vou fortalecer as Forças Armadas para que continuem a profissionalizar-se também para que

velem pela segurança da nossa nação...» A pessoa que assim falava no dia seguinte às eleições não era um típico general latino-americano nem um coronel com vocação de comando. É um médico de 54 anos de idade, de orientação liberal-conservadora, apelidado «O Homem» e chamado Roberto Suazo Córdoba, que no dia 27 de Janeiro foi investido oficialmente como presidente.

Suazo Córdoba assegurou, em entrevista à imprensa diante de enviados estrangeiros e repórteres locais, que «o Exército deve estar devidamente equipado para que, por si mesmo e com o apoio do povo, possa combater a subversão». Mais adiante, como se fosse necessário entrar em detalhes reiterou: «Estou plenamente convencido de que o povo hondurenho e o Partido Liberal estão lado a lado com o Exército a fim de preservar a paz e a tranquilidade e combater a subversão, venha de onde vier». Depois de afirmar que as Honduras «não podem permanecer com os braços cruzados diante de qualquer perigo que a ameace» e assegurar que proximamente reunir-se-á com os membros do Conselho Superior das Forças Armadas para analisar detalhadamente este problema, Suazo Córdoba acrescentou: «Estamos rodeados por três países que se estão a armar e que enfrentam situações irregulares que poderiam estender-se às Honduras. O que não vamos admitir aqui é a subversão que está a assolar El Salvador e a Guatemala.»

As declarações do novo presidente foram consideradas mais anti-subversivas e militaristas que as dos próprios militares hondurenhos, pouco simpáticos às soluções políticas. Em todo o caso, tornaram-se exageradas na boca do chefe do liberalismo, sobretudo tendo em conta que era apenas a segunda vez que o seu partido chegava ao governo em 50 anos, depois de 18 após o seu último dirigente na presidência ter sido derrubado por um golpe das Forças Armadas. Suazo Córdoba tinha os seus motivos e sabia o que estava a dizer. Os destinatários das suas afirmações não eram na reali-



A tutela militar torna duvidoso o futuro do novo governo

dade dos jornalistas e sim os militares hondurenhos.

#### Um «acordo» prévio entre cavaleiros

O novo «comandante geral» — como imediatamente o povo hondurenho — inclusive muitos dos seus correligionários — apelidou Suazo Córdoba, não fazia mais do que confirmar com as suas palavras o que há muito tempo antes das eleições era um segredo conhecido: existia um «acordo» prévio entre os candidatos dos partidos tradicionais e as Forças Armadas.

O Exército — consciente da grave situação económica do país, do seu desprestígio internacional em virtude da corrupção estatal e da necessidade estratégica de alinhar-se à Guatemala e a El Salvador — permitiu as eleições depois de conseguir vários compromissos por parte dos aspirantes à presidência. Em primeiro lugar, os militares obtiveram garantias de que — ganhasse quem ganhasse — não seriam investigadas as denúncias contra o regime do general Policarpo Paz García sobre negócios escuros e enriquecimento ilícito de funcioná-

rios. Outro tanto sucederia com respeito a assassinatos políticos não esclarecidos e «desaparecimentos» de dirigentes oposicionistas.

Em segundo lugar, ficaria nas mãos das Forças Armadas o controlo total da segurança interna e externa. Ou, por outras palavras, ficavam com os militares a repressão à oposição não reconhecida oficialmente, bem como a liberdade de decisão para actuar da forma que considerarem mais conveniente com respeito aos seus colegas guatemaltecos e salvadorenhos, e, ainda, em relação ao regime sandinista da Nicarágua. Mais, tiveram o compromisso dos civis que não seria diminuído o orçamento para a compra de armamentos, equipamentos e adestramento no exterior.

Finalmente, os candidatos reconheceram ao Exército o poder de veto sobre qualquer possível membro do gabinete que não fosse do seu agrado. Mais tarde, várias semanas antes da realização das eleições, quando o Partido Liberal aparecia como possível vencedor e assegurava-se que essa vitória provocaria um golpe, os liberais estabeleceram negociações directas com os militares com o objectivo de lhes garantirem um tratamento privilegiado e certa quota de poder.

## Os principais problemas subsistem

As ameaças do golpe de Estado, a corrupção administrativa, o desemprego no campo e na cidade, as mobilizações camponesas, o descontentamento na classe operária, o descalabro económico, mais a actuação dos «esquadrões da morte» e a repressão sem limites, caracterizaram o processo político interno nos últimos tempos. Nada faz pensar que a situação mude a partir da realização das eleições. O Partido Liberal herdou um pesado fardo e — pelos compromissos adquiridos — nenhuma das possíveis soluções que não conte com o aval militar será viável.

Recentemente, o secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores, Felcito Avila Ordóñez (que foi candidato a vice-presidente pela Democracia Cristã), expressou que «os incalculáveis índices de desemprego, a miséria, a paralisação da reforma agrária, a desatenção na saúde e educação do povo, a incoerência na política educacional e o não-cumprimento da política de neutralidade e respeito ao direito de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados» eram a principal causa da violência nas Honduras. A isto se deverá acrescentar — a nível externo — a total coincidência ideológico-política dos militares hondurenhos com os seus homólogos de El Salvador e Guatemala, a sua participação na repressão contra os guerrilheiros e refugiados salvadorenhos, a protecção aos ex-guardas nacionais somozistas envolvidos em ataques contra a Nicarágua e as reiteradas provocações armadas e diplomáticas no país vizinho.

Com todos esses antecedentes, a pergunta que fazia a maioria dos jornalistas enviados a Tegucigalpa era se o próximo governo liberal chegaria a completar um ano ou somente seis meses de vida. As Forças Armadas, entretanto, continuam a ser um verdadeiro poder «atrás do trono», vigiando para que o processo «não se desvie». A história das Honduras — como assinalou um poeta local — «poderia ser escrita numa lágrima». □

## El Salvador

# O exército não consegue romper o impasse na guerra

*Nos últimos seis meses de 81, a Junta salvadorenha desencadeou cinco grandes ofensivas contra os guerrilheiros. O balanço dos combates mostra que o impasse militar continua*

José Ventura (\*)

O último semestre de 1981 registou maior intensidade de combates na guerra em El Salvador. As forças rebeldes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) conseguiram sobreviver às sucessivas acções do Exército salvadorenho, levando a guerra a um impasse que provocou problemas militares, políticos e económicos na Junta Militar Democrata Cristã. O impasse pode ser avaliado pelo desabafo do General Wallace Nutting, Comandante Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos no Panamá. Para aquele militar «as forças salvadorenhas não estão a ganhar esta guerra, e quem não ganha está a perder, quando se tem pela frente uma guerrilha».

Os combates foram mais intensos em quatro frentes: na região Ocidental (Santa Ana, Sonsonate e Ahuachapán), Central (La Libertad, San Salvador, Chalatenango, e Cuscatlán), Centro-Oriental (San Vicente, Cabañas e La Paz), e finalmente na região Oriental (San Miguel, Usulután, La Unión e Morazán). Nestas regiões operam respectivamente as frentes guerrilheiras denominadas Feliciano Ama, Modesto Ramirez, Anastasio Aquino e Francisco Sanchez.

Nos últimos meses de 81, os combates não se limitaram às zonas

rurais. Nas grandes cidades salvadorenhas a acção de sabotadores provocou inúmeros cortes no fornecimento de energia eléctrica, bem como a paralisação temporária ou definitiva de várias indústrias consideradas chaves pelo governo. Também a indústria açucareira foi atingida, bem como plantações de algodão, e firmas processadoras de leite ou pescado.

A ampliação da guerra agravou violentamente a crise económica enfrentada pela Junta que, no ano passado, viu esgotarem-se boa parte das suas reservas monetárias, bem como deixou de receber divisas internacionais oriundas da exportação no valor de quase mil milhões de dólares. Todas estas circunstâncias acentuaram a dependência da Junta em relação aos Estados Unidos e a outros países, como a Venezuela, Chile, Argentina e Uruguai, que apoiam a posição norte-americana em El Salvador.

### Golpes estratégicos

Com o Exército regular paralisado, os guerrilheiros conseguiram executar algumas acções de enver-

\* Jornalista salvadorenho da *Salpress*

gadura, como por exemplo a tomada da cidade de Perquin, ao norte no Departamento de Morazán; o ataque comando contra o Quartel Central da Polícia Nacional, em São Salvador, e o ataque a San José Guayabal, na zona de Guazapa. Impossibilitado de aniquilar os rebeldes, o Exército empenhou-se exclusivamente na estratégia de contra-ofensivas destinadas a tentar isolar as populações civis e procurar cortar o suposto fluxo de suprimentos logísticos através de outros países. A nível diplomático e também militar, a Junta procurou a colaboração da Costa Rica, Honduras e Guatemala.

Dentro deste quadro, as Forças Armadas de El Salvador foram obrigadas nos últimos quatro meses de 1981, a desencadear cinco grandes ofensivas anti-guerrilheiras. Apesar de contar com superioridade numérica e logística, o Exército é obrigado a ficar quase sempre na defensiva, porque não sabe onde atacar. Não existe uma guerra de posições, por isso as forças regulares só atacam em resposta a uma ofensiva dos guerrilheiros que são quem escolhe o local e o momento do ataque.

Entre 9 e 15 de Setembro, no Departamento de Usulután, o Exército regular sofreu numerosas baixas em combates registados nas zonas de San Agustín, Tres Calles e Jiquilisco. A segunda grande ofensiva começou no final de Setembro e terminou a dez de Outubro nos municípios de Las Vueltas, El Carrizal e Ojos de Agua. A terceira «operação de limpeza» promovida pelo Exército regular aconteceu entre 6 e 20 de Outubro na zona de Jucuarán, situada entre os Departamentos de Usulután e San Miguel. A quarta operação, concentrou-se em San Vicente e foi executada basicamente pela artilharia e aviação. O vulcão Chinchontepec foi duramente bombardeado entre os dias 2 e cinco de Novembro, ao mesmo tempo que as tropas governamentais enfrentavam sucessivas emboscadas na Rodovia Panamericana.

A quinta ofensiva governamental contra a FMLN aconteceu no Departamento de Cabañas, estendendo-se entre 19 e 16 de Novembro, quando efectivos regulares invadiram as



Os guerrilheiros procuram dar protecção aos civis durante os combates

Honduras e capturaram pelo menos 50 refugiados, conforme foi denunciado pela directora do Comité Evangélico de Emergência Nacional, Noemi Espinoza, e pelo Doutor Willy de Meyer, da organização Médicos sem Fronteiras. Contando aparentemente com a ajuda do Exército hondurenho, as tropas de El Salvador destruíram um hospital de refugiados e mataram cerca de 200 camponeses que tentavam encontrar protecção nos centros de recolhimento de refugiados.

### A batalha de Usulután

De acordo com informações oficiais e da FMLN, a ofensiva em Usulután mobilizou cerca de 1.800 homens do exército regular, apoiados por comandos da Brigada Atlacatl (grupo de dois mil homens treinados em guerra de guerrilha pelos Boínas Verdes norte-americanos), por destacamentos da infantaria de Ahuachapan, Usulután e La Unión. Também foram utilizados cinco helicópteros com artilharia, aviões caça *Fugga Magister*, aviões de transporte, veículos blindados, artilharia com obuses de 105 mm e morteiros de grosso calibre.

Mas ainda segundo dados oficiais, o custo da operação não chegou a valer a pena. O exército sofreu sérias perdas em soldados e equipa-

mento bélico, tudo «por culpa» do sistemático uso de emboscadas pelos guerrilheiros. Não foi possível desalojar os rebeldes nem tampouco desequilibrar a relação de forças militares em favor da Junta.

Na ofensiva de Chalatenango, no final de Setembro e começo de Outubro, o exército usou efectivos ainda mais numerosos. Pensa-se que cerca de sete mil homens tenham sido usados nos combates, sem falar em helicópteros, canhões e blindados. Segundo os guerrilheiros, alguns helicópteros chegaram a realizar cinquenta viagens num só dia para transportar soldados e munições. Foram usadas bombas incendiárias de fósforo branco e canhões sem recuo de 90 mm.

Nos primeiros dias de Outubro, o Exército bombardeou indiscriminadamente pequenos aglomerados de casas, enquanto os helicópteros transportavam tropas para locais estratégicos como Nueva Trindad, Arcatao e Ojos de Agua. Foi a partir destas localidades que os efectivos regulares iniciaram um avanço em forma de cruz, utilizando cerca de 2.500 homens. Por seu lado os guerrilheiros trataram também de pôr em prática a sua estratégia de proteger a população para resguardar apoio.

Ao fim de quatro dias de combates, os rebeldes conseguiram romper o cerco em vários pontos, havendo

ocasiões em que os efectivos regulares se mostravam completamente exaustos e sem motivação. Dez dias depois de iniciada a ofensiva, o exército começou a retirar os seus homens, permitindo que os rebeldes realizassem inúmeras emboscadas, aproveitando o cansaço dos soldados. O coronel Rafael Flores Lima, chefe do Estado-Maior, anunciou que 110 guerrilheiros foram mortos, sem no entanto apresentar nenhuma prova das suas afirmações. O FMLN negou a versão oficial, afirmando por seu turno que as baixas do Exército haviam sido de 30 mortos e 34 feridos, além de grande quantidade de material bélico capturado. Tendo a guerrilha reconhecido a perda de 10 homens.

Em Outubro, noutra ofensiva, o exército utilizou quase três mil soldados numa «operação de limpeza» promovida na região oriental, perto de Usulután e San Miguel. Esta região, situada na costa do Pacífico, é uma das mais ricas de El Salvador, graças às suas plantações de algodão, cereais e campos de pastagens. Trata-se de um terreno plano e por isto desfavorável à guerrilha.

Segundo a FMLN, o exército cortou o abastecimento de água potável e bombardeou indiscriminadamente grupos de casas e pequenas aldeias de camponeses. Nas margens do rio Lempa, as forças governamentais mataram cerca de 145 civis. Camponeses que conseguiram escapar disseram que os soldados transportaram pelo menos 50 presos de helicóptero até ao mar, onde os detidos foram atirados vivos nas águas do Pacífico.

### O vulcão Chinchontepec

Para o exército, as bases guerrilheiras situadas perto do vulcão Chinchontepec sempre foram uma espécie de obsessão. Nesta região situada a 68 km a leste de San Salvador, operam as colunas rebeldes responsáveis pela maior parte das emboscadas nas estradas do Litoral e na Rodovia Panamericana. Foram os guerrilheiros estacionados nesta região que dinamitaram a estratégica Ponte de Oro.

O vulcão Chinchontepec tem uma

altura de 2450 metros e nas suas encostas existem grandes plantações de café, cana de açúcar e árvores frutíferas. Tem também enormes rochedos que funcionam como abrigos anti-aéreos e habitações subterráneas construídas pelos guerrilheiros. A maior parte das trincheiras da região foram construídas pelo próprio exército, que provocou o aparecimento de enormes crateras, depois dos intensos bombardeamentos com bombas de 200 e 500 libras.

Os danos causados à ecologia da região foram enormes, e seguramente serão necessários vários anos até que a fauna e a flora possam recuperar dos efeitos dos bombardeamentos com fósforo branco e outros agentes químicos. O vulcão Chinchontepec é estratégico, não só pela sua altura e pelas matas que o cobrem, como também pelo facto de estar situado nas proximidades de importantes departamentos como San Vicente e La Paz, sem falar no acesso às duas principais rodovias do país (a do Litoral e a Panamericana).

Actualmente o exército parece ter-se conformado com a impossibilidade de controlar toda a área. Os seus efectivos estão agora concentrados em povoados próximos como Santa Clara, Tecoluca, Apastepec, San Lorenzo e San Esteban Catarina. Depois da destruição da Ponte de Oro, as forças regulares foram obrigadas a deslocar-se pela Rodovia Panamericana, onde sofrem constantes emboscadas dos guerrilheiros. Este era o principal objectivo da FMLN, visando isolar os efectivos da Junta, obrigando-os a deslocarem-se em terreno aberto, diminuindo assim a sua mobilidade. Além disso, a destruição da ponte trouxe grandes prejuízos económicos ao governo, já que o transporte de cereais, algodão e produtos do mato ficou seriamente prejudicado.

### A ofensiva em Cabañas

O Departamento de Cabañas está situado ao norte de El Salvador e confina com o Departamento hondurenho de La Paz. As forças guerrilheiras estão acantonadas na região semimontanhosa de Cinquera, Teju-

tepeque, e Vila Dolores, situadas a uma distância média de 85 km de San Salvador, numa área dotada de poucas elevações, com muitos rios secundários e inúmeras cavernas. A população da região é considerada simpática aos guerrilheiros.

Para os estrategos do exército salvadorenho, os redutos rebeldes de Cabañas são considerados o ponto fraco da FMLN. Pelo menos era esta a opinião dos militares antes do início da ofensiva de Novembro. Cerca de 1500 soldados foram enviados para a área, mas acabaram por ter que recuar até dentro do território das Honduras depois de uma série de combates mal sucedidos. Houve uma segunda tentativa no final de Novembro, quando o exército chegou a levar jornalistas até à cidade de Cinquera para mostrar como a região tinha sido «limpa» de guerrilheiros. A tática do exército foi tentar cercar os rebeldes em três pontos, procurando obrigá-los a fugir para o território hondurenho. Mas os guerrilheiros dividiram-se em pequenos grupos, conseguindo furar o cerco governamental.

Apesar dos resultados obtidos nos combates durante o ano de 81 e sobretudo pela ampliação da área territorial sob o seu controlo, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional não pode falar ainda de uma guerra de posições já que não dispõe do material e do equipamento necessários para desenvolver este tipo de guerra em condições de igualdade com as forças regulares. Também não dispõe de grandes retaguardas estratégicas donde possa fluir a produção de guerra.

A Frente deve continuar a adoptar a tática de guerrilha ainda por um tempo razoável, levando em conta principalmente as características geográficas de El Salvador. Trata-se de um país pequeno, com 21 mil quilómetros quadrados, com poucas zonas montanhosas e muito povoado (há uma piada que diz mesmo que a montanha do guerrilheiro salvadorenho é «a montanha humana»). Estas condições geopolíticas permitem que o exército possa chegar facilmente a qualquer região sob o controlo político dos rebeldes.

Mas segundo os próprios strate-

gos militares, se existem vantagens para os efectivos regulares, estas são parcialmente anuladas pela extrema mobilidade dos guerrilheiros. Eles podem abandonar rapidamente uma região submetida a ataque, reagrupar forças numa área não atacada e passar a ofensiva noutra ponto. Esta situação é totalmente distinta da guerra convencional onde o grande objectivo é a conquista de cidades e grandes áreas rurais. No caso de El Salvador, o tipo de guerra travado visa o desgaste económico, militar, político e diplomático. São estes elementos que vão determinar quem está a ganhar ou a perder.

### O desgaste do exército

Neste panorama, as forças regulares enfrentam dificuldades crescentes para cumprir as suas missões táticas e estratégicas, exigindo cada vez mais a assessoria militar dos Estados Unidos. No ano fiscal de Outubro de 80 a Outubro de 81, a ajuda militar dos EUA totalizou 35 milhões de dólares. Se for efectuada a solicitação do presidente Reagan de conceder mais 66 milhões de dólares para o ano de 82, o aumento da contribuição norte-americana crescerá de 40% em relação ao total fornecido nos últimos 20 anos.

A primeira alternativa dos EUA para fazer face ao crescimento da guerrilha foi criar a *Brigada Atlacalt*, um corpo de elite, treinado e equipado para a contra-insurreição. Cerca de três grupos de cinco assessores norte-americanos em cada um, treinaram perto de dois mil soldados salvadoreños, cujo principal objectivo era procurar fixar os rebeldes em áreas rurais isoladas, tentando evitar que eles tivessem acesso aos centros urbanos.

O principal centro de treino desta brigada situa-se nos arredores da antiga Escola Normal Alberto Masferrer, onde os assessores norte-americanos dispõem hoje de excelentes instalações, com campo de treinamento, piscina e dormitórios com ar condicionado, podendo ter acesso fácil a San Salvador (distante 30 km) e nas proximidades de im-

portantes quartéis militares como os de artilharia e cavalaria blindada.

Porém, na prática, os comandos preparados pelos Boínas Verdes norte-americanos não corresponderam às exigências. Pelo contrário, são os que mais baixas têm sofrido nos combates com a guerrilha. A *Brigada Atlacalt* aprendeu as táticas de deslocação rápida e os procedimentos para aterrorizar a população usando métodos já testados no Vietname. Mas ela falha no que se refere ao conhecimento do terreno e não demonstra a flexibilidade necessária para acompanhar as constantes mudanças de tática adoptadas pelas forças guerrilheiras.

Isto tem provocado a quebra do moral entre os soldados, que se mostram lentos e até mesmo contrários às ordens superiores. Entre os próprios militares salvadoreños existem fortes divergências com os norte-americanos, que assumiram o controlo de várias operações, relegando os nacionais para um segundo plano.

Um caso concreto deste tipo de atitude foi mencionado há pouco tempo por um repórter do *Washington Post*, que visitou a pequena guarnição de Arcatao e esteve também com os soldados do Sétimo Batalhão de Infantaria, em Chalatenango. O repórter escreveu: «Desde a chegada observámos que vários soldados ingeriam bebidas alcoólicas e fumavam. Também namoravam com as moças da região. Os oficiais estavam igualmente num estado de tal embriaguez que era difícil lidar com eles. O seu moral é muito baixo e parece que para enfrentar os guerrilheiros necessitam estar num estado tal de embriaguez que não tenham medo da morte, ou de serem feridos. Com este tipo de exército não se pode chegar muito longe. Também ficam muito irritados com o isolamento e com a demora na chegada de abastecimentos. Estavam sem cigarros e praticamente assaltaram-nos para ficarem com os nossos.»

As cinco últimas ofensivas desencadeadas pelo exército regular de El Salvador não lograram desalojar os guerrilheiros dos seus redutos. Isto levou a que vários países vizi-



nhos passassem também a ficar preocupados, o que mostra claramente que o conflito salvadoreño tende a regionalizar-se, com a previsível intervenção dos exércitos das Honduras e Guatemala.

Embora o Governo não o tenha confirmado oficialmente, crescem os indícios de que nestes primeiros meses de 1982 deverá ser lançada uma grande ofensiva contra a região de Morazán. A rádio *Venceremos*, da FMLN, tem denunciado constantes movimentos de tropas também do lado hondurenho da fronteira. Isto mostra que as forças regulares dos dois países pretendem cercar os guerrilheiros tanto de um lado como do outro da fronteira entre El Salvador e Honduras.

Os guerrilheiros também já se estão a preparar para a ofensiva. Eles tiveram tempo para reagrupar forças, intensificar o treino militar e inclusive preparar novos quadros. Os combates devem ser bastante difíceis, especialmente para o exército regular salvadoreño, que não tem muito conhecimento da região. O sistema de comunicações do governo está debilitado por recentes atentados e emboscadas.

É muito pouco provável que a situação militar presente grandes mudanças a curto prazo. O desgaste das forças regulares deve continuar, agravando o impasse surgido em torno da guerra. Cresce a cada dia a certeza de que, mantendo-se o impasse militar, a solução passa a ser iminente política. A FMLN e o seu organismo político, a Frente Democrática Revolucionária (FDR), já se ofereceram para negociar politicamente o fim da guerra, mas esta proposta foi rejeitada pela Junta, que ainda acredita numa vitória militar. □

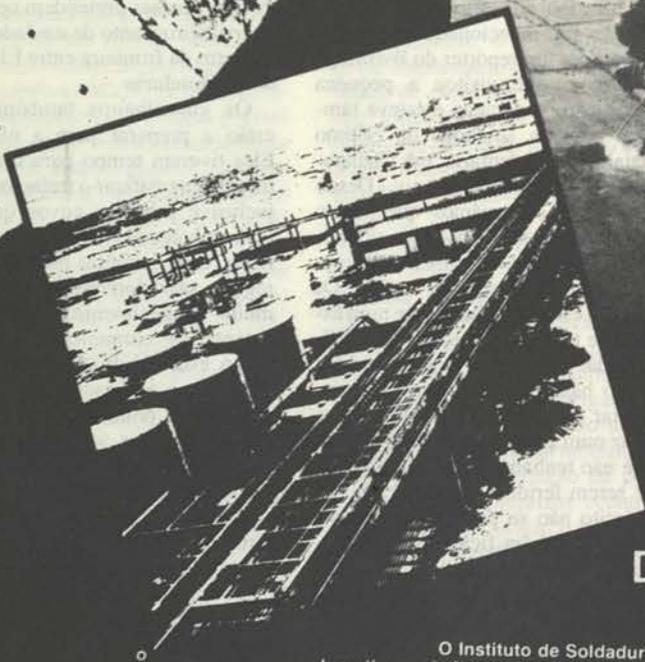
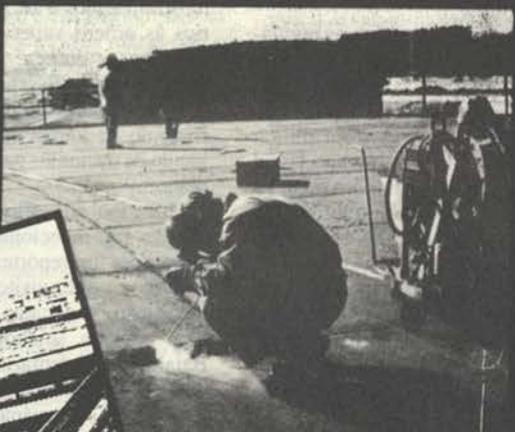
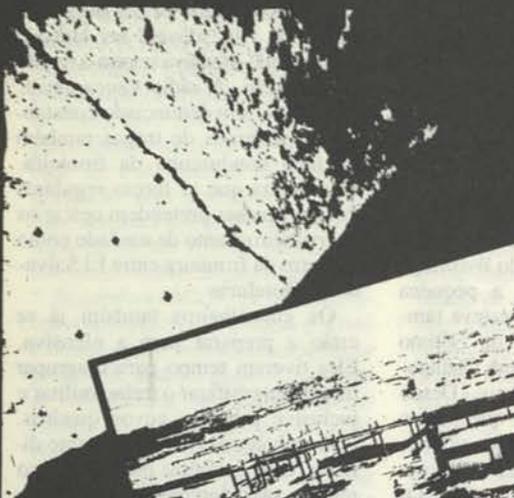
tem  
mes  
e ac  
nati  
vale  
naç  
fine  
ind  
«ma  
xar

po  
ant  
out  
bro  
vec  
mer  
text  
via  
nida  
Arc  
130  
po  
pas  
per  
gra  
ép  
ano  
con  
sac  
riq  
san  
non  
nel  
do  
suj  
Am  
lum  
ling  
com  
hom  
bran  
alien  
nove  
patí  
vida  
para  
«dig  
«po  
espe  
inún  
ram

Ag

mer  
dad

98



## INSTITUTO DE SOLDADURA

O Instituto de Soldadura é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1965 para o Progresso da Tecnologia da Soldadura. O acompanhamento de grandes projectos industriais e a obtenção de conhecimentos através de ligações internacionais, proporcionaram ao Instituto de Soldadura,

alargar as suas actividades aos campos do **CONTROLE DE QUALIDADE, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.** No seu quadro técnico figuram 50 Engenheiros dos quais 12 pós-graduados em Universidades e Institutos estrangeiros, nos vários campos técnicos relacionados com a Indústria Metal-Mecânica.

A Indústria pode contar com o total apoio do Instituto de Soldadura, nos seus esforços de evolução tecnológica e de promoção de qualidade.

**INSTITUTO DE SOLDADURA** Rua Tomás de Figueiredo, 16-A - 1500 LISBOA - Telef. 70 75 82 - 70 57 85 - 70 37 88

Zimbabwe

## Os brancos tentam bloquear o projecto de Robert Mugabe

*Depois de uma trégua de quase um ano, os partidos racistas e os seus aliados procuram desestabilizar o governo da ZANU utilizando o estrangulamento económico*

Carlos Castilho

**A** bomba que destruiu a sede da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) foi o sinal mais dramático da escalada de pressões contra o governo do primeiro-ministro Robert Mugabe. Vinte pessoas morreram em consequência do atentado terrorista ocorrido ao meio-dia de 18 de Dezembro, em pleno centro de Salisbúria. A explosão ocorreu horas antes de uma importante reunião marcada para a sede da ZANU e da qual possivelmente participaria o próprio Robert Mugabe, além de vários ministros.

O governo Mugabe está a sofrer, há quase quatro meses, o impacto de uma campanha desestabilizadora movida por grupos políticos brancos, muitos dos quais simpatizantes abertos do regime racista derrotado pela guerrilha da ZANU. Na verdade, o bloqueio teve início em Abril, quando o governo racista sul-africano começou a apertar o torniquete económico do Zimbabwe. Primeiro, foi o cancelamento do empréstimo de locomotivas, feito pela África do Sul há vários anos; depois, foi o aumento das restrições alfandegárias aos produ-



O governo Mugabe pensa que a «lua de mel» com os brancos poderá estar em vias de acabar

tos que entram ou saem da antiga Rodésia. Mais recentemente, a escalada sul-africana ganhou corpo com o bloqueio parcial dos embarques de combustíveis para o Zimbabwe, tornando evidente a decisão sul-africana de procurar estrangular o regime de Mugabe.

Sendo um país mediterrâneo, o Zimbabwe depende em 90% da

África do Sul para o seu comércio externo. A partir de Setembro, o país começou a perder em média cinco milhões de dólares por semana, porque a África do Sul congestionou as linhas férreas que servem as exportações do Zimbabwe.

Em consequência, uma das maiores safras de milho que o país já teve foi seriamente prejudicada, justamente

num momento em que o primeiro-ministro Robert Mugabe tenta romper a dependência económica herdada do sistema colonial que vigorou até Abril de 1980, quando o Zimbabwe se tornou independente.

O bloqueio das linhas férreas teve também consequências negativas na importação de fertilizantes no momento em que começou o plantio da safra agrícola de 1982. Assim, a área plantada acabou por ser menor do que a planeada, o que significará uma queda nas exportações e uma possível redução na quantidade de alimentos disponíveis para a população. Após a independência, quando a população negra conquistou a igualdade de direitos com os brancos, o Governo prometeu distribuir os «stoks» de alimentos de maneira mais justa, para contrabalançar os efeitos da destruição das culturas locais pelos sete anos de guerra contra o regime de minoria racista. Além disso, o consumo interno cresceu em consequência do aumento do poder aquisitivo da maioria negra, que, pela primeira vez na história do país, passou a ter os mesmos direitos económicos que os brancos de origem europeia.

Por isso, o bloqueio sul-africano tem um objectivo político claro: quebrar o ritmo do crescimento económico do Zimbabwe, que alcançou resultados surpreendentes, até mesmo para os empresários brancos que prognosticavam o caos após a independência. A obstrução na entrega de combustíveis forçou um racionamento nas vendas de gasolina e uma redução sensível no tráfego de camiões.

Os responsáveis do sector económico do Zimbabwe já esperavam um bloqueio da África do Sul, e haviam acelerado os planos para intensificar o trânsito de combóios através do porto moçambicano da Beira. Actualmente, cerca de 27% das exportações do Zimbabwe já saem por Moçambique, mas o caminho de ferro Beira-Umtali foi recen-

temente alvo de uma série de atentados promovidos pela organização terrorista Movimento de Resistência Nacional, ligado à África do Sul. A linha férrea Beira-Umtali percorre uma longa distância passando por áreas escassamente povoadas, onde a vigilância constante se torna muito difícil.

### Oposição interna

A escalada económica sul-africana serviu também de pretexto para que grupos racistas e adversários do governo actual intensificassem internamente as manobras de desestabilização política. O partido branco Frente Republicana, liderado pelo ex-primeiro-ministro racista Ian Smith, juntamente com os partidários do bispo Abel Muzorewa e do reverendo Ndabaningi Sithole, começaram a responsabilizar o primeiro-ministro Mugabe pelos problemas económicos existentes no país, acusando ao mesmo tempo o Governo de estar a preparar a implantação de um regime ditatorial.

Ian Smith foi o responsável pela declaração unilateral da independência em 1965, que instaurou na antiga Rodésia um regime racista mundialmente condenado. O bispo Abel Muzorewa foi o personagem de uma melancólica manobra dos racistas para criarem um governo títere negro a fim de tentarem impedir a ascensão dos nacionalistas ao poder. E o reverendo Ndabaningi Sithole está totalmente desmoralizado e desautorizado politicamente há mais de dez anos.

Ian Smith procura reconquistar prestígio junto dos quase 200 mil brancos que decidiram permanecer no país após a independência. O líder da Frente Republicana usa como grande cavalo de batalha a criação da chamada Quinta Brigada, cuja estruturação está sendo feita com a assessoria de militares norte-coreanos. A criação dessa brigada foi decidida pelo partido de Mugabe

diante dos problemas surgidos com o processo de integração dos antigos guerrilheiros da ZANU e os do partido União Popular Africana do Zimbabwe (ZAPU), liderado por Joshua Nkomo. A ZANU e a ZAPU uniram as suas forças guerrilheiras na Frente Patriótica, depois dissolvida quando os dois grupos concorreram separadamente às eleições de Fevereiro de 1980.

Os dois exércitos guerrilheiros estão sendo integrados nas forças armadas regulares por instrutores ingleses, conforme ficou estabelecido nos Acordos de Lancaster House, assinados em Londres em Dezembro de 1979 e que estabeleceram os princípios para a independência do Zimbabwe. Usando das suas prerrogativas legais, Mugabe resolveu criar paralelamente uma Quinta Brigada militar para absorver os quase dez mil ex-guerrilheiros que não puderam ser integrados pelos instrutores britânicos. Além disso, o chefe do Governo do Zimbabwe quer impedir que os ingleses, os antigos colonizadores do país, estabeleçam uma espécie de monopólio ideológico nas Forças Armadas do Zimbabwe. A Quinta Brigada seria assim a tropa de elite, totalmente identificada com o programa ideológico da ZANU.

Ian Smith tem feito muito barulho em torno da presença de instrutores norte-coreanos, procurando apresentá-los como os «cubanos do Zimbabwe». O ex-primeiro-ministro racista, que um dia afirmou que a maioria negra não chegaria ao poder no país antes do ano dois mil, não vem no entanto conseguindo êxito na sua campanha. A Frente Republicana «ganhou» vinte lugares no Parlamento de 100 cadeiras eleito em Fevereiro de 80. Esse «presente» foi acertado nos Acordos de Lancaster House para reservar aos brancos uma representação parlamentar, que eles não teriam se as eleições fossem directas (neste caso, eles teriam, no máximo, dez assentos, já que a pro-



As dificuldades económicas motivadas pela escalada sul-africana têm sido aproveitadas politicamente pelos diferentes opositores de Mugabe: (em cima à esquerda) o reverendo negro Sithole e Ian Smith; (em cima à direita) o bispo Muzorewa e (em baixo) Jushua Nkomo



porção é de sete negros para cada branco, no conjunto da população). Recentemente, um grupo branco rompeu com a Frente Republicana, formando um novo partido, que acusa Smith de não representar os interesses de muitos brancos que hoje se sentem integrados no governo de maioria negra.

Os outros sócios de Smith na conspiração também estão isolados politicamente. O bispo Muzorewa e o reverendo Sithole controlam uma parcela mínima do Parlamento (3 cadeiras), depois de terem sido esmagados nas eleições de 1979. Os dois resolveram concentrar os seus ataques na suposta lentidão com que o Governo está a incorporar a comunidade negra na administração pública. Além disso, manipulam focos de insatisfação nos sectores africanos urbanos usando recursos como as reivindicações salariais.

Mas tanto Muzorewa (que teve o aberto apoio da África do Sul quando foi primeiro-ministro) como Sithole, ainda estão profundamente desmoralizados pelo seu comprometimento com o regime racista anterior. Têm, no entanto, usado as liberdades democráticas garantidas



pelo Governo Mugabe para semear a discórdia. Os dois são particularmente violentos contra a campanha iniciada pela ZANU para criar o sistema de partido único no país.

Muzorewa e Sithole apresentam-se agora como democratas autênticos ocultando que não se preocuparam em defender esses mesmos princípios quando estavam no poder.

### Os problemas de Mugabe

Nos seus vinte meses de Governo, Robert Mugabe conseguiu registar êxitos notáveis. Mas também não são poucos os problemas que enfrenta actualmente. Mugabe conseguiu evitar o caos que era previsto com unanimidade quase total pela maioria dos jornais europeus. Após sete anos de uma sangrenta guerra, onde os ódios raciais foram levados ao extremo, foi quase um milagre a sobrevivência de um governo de maioria negra, comprometido com um programa socialista e revolucionário. É verdade que a vitória eleitoral de Mugabe foi tão esmagadora que até os seus adversários se sentiram impotentes para contestar os resultados. A ZANU conquistou 57 cadeiras do parlamento, alcançando sozinha uma confortável maioria, que deu a Mugabe a tranquilidade de não necessitar do apoio da ZAPU, liderada por Joshua Nkomo. Este, apesar do seu passado como líder da resistência anti-racista, foi envolvido recentemente por grupos económicos ingleses interessados numa solução meramente reformista da crise no Zimbabwe.



A escassez de gasolina poderá vir a ser solucionada com a ajuda de Moçambique



Mas apesar dos êxitos, o governo de Mugabe herdou do regime colonial uma estrutura agrária distorcida pela hegemonia dos interesses brancos. Os europeus controlam 75 a 90% das terras agrícolas e 80% da indústria. Além disso, eram hegemônicos na administração pública, nas forças armadas e no sistema financeiro. Segundo um levantamento publicado pela revista norte-americana *Voice*, cerca de 40% dos fazendeiros brancos enfrentam no momento uma situação de insolvência económica, determinada basicamente pela sua resistência em investir. Eles esperam créditos do governo, que no momento enfrenta o problema de reintegrar quase três milhões de negros que tiveram que abandonar as suas terras durante a guerra. Apenas 15% dos fazendeiros brancos pagam os seus impostos em dia; com isso, a sobrecarga é enorme, porque Mugabe tem que atender simultaneamente os fazendeiros brancos para impedir que a produção agrícola caia e falte comida, e ao mesmo tempo tentar re-

organizar o sistema agrícola das populações negras.

É claro que nestas condições, nem todos ficaram satisfeitos. No sector urbano, 6% da população controla 80% do Rendimento Nacional, uma desproporção herdada do sistema colonial branco. Mugabe usou uma política cautelosa na redistribuição do Rendimento para evitar que o êxodo dos brancos provocasse o colapso da economia do país. Era impossível um tratamento de choque porque o país mergulharia certamente no caos e, com ele, fracassava a procura de um mínimo de tranquilidade após longos anos de guerra.

Esta dicotomia entre o tratamento gradual e o de choque afectou até mesmo a estrutura interna da ZANU, onde homens como o ex-ministro Edgar Tekere e Herbert Ushwokunze acabaram por entrar em conflito com Mugabe, apesar de ambos serem veteranos da guerrilha. Esses dois ex-membros do Governo são os exemplos mais conhecidos de uma difícil adaptação de

homens que passaram quase a vida inteira a lutar na selva e que agora são obrigados a enfrentar tarefas enervantes em gabinetes e reuniões. Tekere, especialmente, deixou-se envolver por um perigoso imediatismo político.

### O partido único

A nível de base, surgiram recentemente movimentos reivindicativos de professores e enfermeiras. Eles entraram em greve reclamando aumentos salariais num momento em que o Governo vive uma conjuntura económica difícil por causa do bloqueio sul-africano. Para muitos dirigentes da ZANU foi um movimento certo numa hora errada porque o Governo tem enormes dificuldades no comércio externo. Mas, mesmo assim, foi autorizada uma elevação do salário mínimo que passou para 115 dólares por mês (cerca de 7 500 escudos portugueses).

Diante do espectro cada vez mais amplo de problemas, o governo resolveu optar por uma discussão nas bases como forma de tentar mostrar à população as origens e as consequências das dificuldades actuais. Além disso, Mugabe colocou como grande objectivo político a criação do sistema de partido único. O primeiro-ministro empenhou-se por inteiro num debate com as bases sobre este problema, e sobre a necessidade de reforçar a unidade interna da ZANU. Percorreu oito províncias, entre elas a região de Matabele, um forte reduto de Joshua Nkomo.

O plano de Mugabe é restabelecer a discussão política como elemento fundamental da mobilização popular. Ainda não estão perfeitamente claros os princípios que orientarão o projecto do partido único. Uma coisa, no entanto, já foi anunciada pelo governo: o partido não será criado por imposição, mas por consenso. Do ponto de vista institucional, isso será difícil já que a Constituição do Zimbabwe está moldada no espírito dos Acordos de Lancaster House, nos quais, pelo menos até 1987, havia uma representação branca de, no mínimo, 20 deputados

no Parlamento. Além disso, qualquer reforma constitucional deverá ser aprovada pela unanimidade dos votos no Parlamento. Assim, a quase certa obstrução dos brancos provocará um alastrar da discussão.

Mas, por outro lado, ela funcionará como um elemento de politização, que é justamente o objectivo procurado por Robert Mugabe. Os bons resultados obtidos pelo primeiro-ministro tornam quase certo que o seu partido aumentará ainda mais a sua representação no parlamento nas eleições de 1984. Na prática, o Zimbabwe começará a partir de então a viver um sistema de partido único, porque as diferenças entre os vários grupos políticos negros tenderão a minimizar-se à medida em que, pela discussão política, a ZANU consiga acabar com o elemento tribal que ainda existe e é forte, particularmente na região de Matabele.

O debate lançado pelo governo visa também eliminar as contradições surgidas recentemente entre as bases da ZANU, que constituíram o grosso do exército guerrilheiro e a nova burocracia estatal surgida após a independência. Os veteranos da guerrilha não tiveram pleno acesso às melhorias económicas após a independência, porque o país ainda não conseguiu a sua total autonomia nesse sector. A herança colonial é forte, e o governo não tem o controlo total dos mecanismos económicos. Por outro lado, a nova burocracia assumiu imediatamente posições de mando no aparelho estatal, passando portanto a gozar de uma série de garantias funcionais como salários altos e vantagens de assistência social. Surgiu, por isso, dentro da ZANU uma polémica que provocou crises como a da demissão do ministro do Trabalho, Edgar Tekere e, mais recentemente, o afastamento do ministro da Saúde, Herbert Ushewokuse. Esses problemas tornaram urgente a necessidade de reorganizar a direcção da ZANU.

Num quadro de manobras desestabilizadoras internas e externas, torna-se muito difícil e até arriscado, promover um amplo debate político. Mas Mugabe, ao que tudo indica, resolveu aceitar o desafio. □

## Os bancos ajudam o apartheid

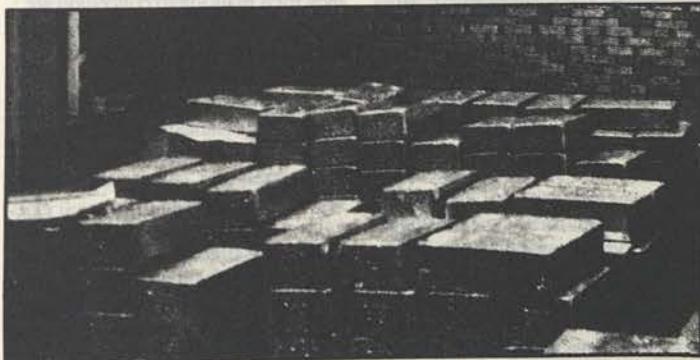
*Quatrocentos bancos, quase todos eles da Europa, Estados Unidos e Japão, forneceram créditos avaliados em quinze mil milhões de dólares à África do Sul nos últimos dez anos. Essas cifras constam de um estudo preparado para a ONU sobre as ligações bancárias do Ocidente ao regime do apartheid*

Timothy Smith (\*)

**A** grande disponibilidade de investimentos estrangeiros na África do Sul e de capital externo para empréstimos a este país tem constituído um factor relevante para o desenvolvimento económico do regime de *apartheid*. Actualmente, o governo da África do Sul ainda depende de financiadores estrangeiros para o bom desenvolvimento dos seus programas de comércio externo e de investimentos, bem como de projectos militares e nucleares. O capital estrangeiro penetra na África do Sul sob a forma de empréstimos comerciais, obriga-

ções internacionais e créditos de vulto, e empréstimos bancários directos a sacadores sul-africanos, bem como através de financiamento de projectos. Entre 1972 e 1980, os empréstimos publicamente reconhecidos totalizaram mais de 7 mil milhões de dólares e tinham a participação de mais de 400 bancos de 22 países diferentes. Só entre 1979 e

*\* Director-executivo do Centro Interfaith de Responsabilidade Empresarial — Nova Iorque.*



A África do Sul usa as suas imensas reservas de ouro para obter empréstimos no mercado internacional

1980, foram concedidos 30 empréstimos no valor total de 1.200 milhões de dólares.

Os grandes empréstimos solicitados pelo governo sul-africano na última década tinham, geralmente, as seguintes três justificativas básicas:

(1) o programa governamental de investir e expandir projectos estratégicos e de infra-estrutura, necessários para atender a procura de uma economia crescente e para reduzir a vulnerabilidade da África do Sul a eventuais sanções internacionais; (2) os enormes aumentos dos gastos de defesa decorrentes do custo crescente de policiar o regime do *apartheid*, e da necessidade de criar uma indústria bélica nacional; e (3) um súbito aumento das contas de importação de petróleo decorrente do aumento dos preços internacionais e, em especial, dos custos de aquisição, que foram agravados para a África do Sul após o boicote do petróleo, imposto em 1973 pela Liga Árabe ao regime de Pretória. Os empréstimos contraídos pela África do Sul nos mercados internacionais de capital atingiram o auge em 1976, com operações comprovadas de cerca de 1800 milhões de dólares só naquele ano.

Um conjunto de factores, em que se incluem o massacre de Soweto e a recessão económica, provocou um acentuado decréscimo de empréstimos contraídos por parte da África do Sul após 1976. A crescente repressão adoptada pelo governo provocou um recrudescimento dos protestos e campanhas internacionais contra a África do Sul, levando os banqueiros a considerarem o país como um pretendente de empréstimos politicamente arriscado». Além disso, do ponto de vista económico, a África do Sul vinha reduzindo os seus gastos públicos em virtude da recessão e procurava não onerar ainda mais a dívida externa que havia contraído nos anos anteriores a 1976. Assim, foi só em 1980 que a África do Sul ressurgiu como forte aceitante de empréstimos nos mercados estrangeiros.

#### O regresso aos mercados externos

Nesse ano, a economia sul-

-africana entrou numa fase de bonança provocada pelos drásticos aumentos do preço do ouro. A receita realizada pela venda do metal precioso — a mais importante *commodity* exportada pela África do Sul — trouxe um período de expansão económica que o país não experimentava desde o início da década de 70. A despeito da ideia generalizada de que as enormes receitas do ouro tornavam desnecessário à África do Sul obter empréstimos externos, o que ocorreu foi exactamente o oposto. Foi em grande parte devido ao aumento do preço do ouro que a África do Sul pôde voltar a apresentar-se aos seus credores estrangeiros.

Em 1980, os empréstimos contraídos pela África do Sul atingiram 854 milhões de dólares, um aumento de quase 300% em relação ao ano anterior.

No último trimestre desse ano, a África do Sul ressurgiu no mercado de títulos europeus com um lançamento de papéis no valor de 120 milhões de marcos (67 milhões de dólares), na primeira grande transacção desse tipo realizada pelo governo sul-africano desde 1972. Na ocasião, disseram as autoridades sul-africanas que a operação se destinava a assinalar o «retorno» da África do Sul aos mercados externos e a tirar proveito de condições favoráveis para o saque de quantias consideráveis destinadas a saldar dívidas externas contraídas anteriormente a taxas mais elevadas. O empréstimo foi feito em condições muito vantajosas, e o prazo de sete anos foi o mais longo concedido até então a uma emissão de títulos sul-africanos. O facto da emissão ter apresentado inicialmente uma subscrição 25% superior ao que era necessário demonstra a disposição dos bancos estrangeiros de renovar as suas relações comerciais com o regime do *apartheid*.

Essa transacção desencadeou uma nova série de emissões de títulos públicos da África do Sul e a abertura de novos créditos durante todo o resto do ano. Em fins de 1980, mais de 60% dos empréstimos à África do Sul vinham do mercado europeu, especialmente em virtude

de um crédito de 25 milhões de eurodólares concedido, em Outubro, ao governo sul-africano. Esses empréstimos davam a entender, pela maneira como foram feitos, que a África do Sul podia contar com os seus amigos financeiros do Ocidente, apesar das condenações verbais dos governos ocidentais. Os novos empréstimos contribuíram para reforçar a respeitabilidade internacional da África do Sul.

Do ponto de vista financeiro, o ano de 1980 foi importante para o regime de Pretória, não só pelo total muito maior de créditos obtidos, mas também porque os empréstimos foram muito mais públicos e em condições mais favoráveis que os dos anos anteriores. Embora alguns bancos procurassem justificar esses empréstimos dando-lhes a designação de «transacção socialmente produtiva», era óbvio que isso não passava de uma tentativa de silenciar os críticos do *apartheid* enquanto mantinham abertos os canais económicos. A disposição, por parte de bancos estrangeiros, de se envolverem publicamente com a África do Sul tem uma enorme importância económica e política para o regime do *apartheid*.

O volume dos empréstimos que vem a ser conhecido do público mal se compara com o valor real do total de empréstimos estrangeiros contraídos pela África do Sul, dado o sigilo com que são conduzidas as transacções financeiras. *O Bank for International Settlements* revela que, em Junho de 1980, havia uma concessão de créditos num total de 10,1 mil milhões de dólares entre os bancos estrangeiros, a favor de sacadores sul-africanos. Mas nem mesmo esse total representa o valor real dos créditos concedidos a Pretória, uma vez que nem todos os bancos revelam o valor total dos seus activos em países estrangeiros; além disso — o que é mais importante —, os dados abrangem somente actividades de bancos comerciais, excluindo os bancos de investimento e de transacções cambiais. Segundo os cálculos do Ministério das Finanças da África do Sul, o total da dívida externa, a longo prazo, dos sectores público e pri-

vado em fins de 1979, era muito próximo dos 12 mil milhões de dólares.

A diferença entre as estimativas do total de empréstimos e o dos créditos passíveis de identificação deve-se, basicamente, ao grande volume de capital oferecido fora das vistas do público. Outra fonte importante é o financiamento do comércio externo. Embora os banqueiros tendam a minimizar a importância desse financiamento, dado o baixo valor e o rápido *turnover* desse tipo de empréstimos, foi exactamente esta fonte que facilitou a assinatura, em 1980, de contratos da ESCOM (*Electricity Supply Commission*), no valor de centenas de milhões de dólares, com companhias estrangeiras.

Os pagamentos das contas de petróleo e armamentos, as quais, somadas, constituíram quase um terço das importações sul-africanas nos primeiros sete meses de 1980, foram também colocados sob os auspícios do financiamento do comércio externo.

#### Apoio de governos estrangeiros

Frequentemente, o comércio exterior com a África do Sul recebe o apoio explícito de governos estrangeiros sob a forma de créditos, garantias e seguros fornecidos por órgãos estatais de exportação e importação. A importância de tais créditos concedidos à África do Sul ficou patente com o financiamento dos projectos da SASOL (extração de petróleo a partir de carvão mineral), dos quais 20% de todas as necessidades financeiras foram satisfeitas por créditos de exportação, quase todos garantidos por governos estrangeiros.

Nos últimos anos, os bancos suíços e alemães-ocidentais desempenharam um papel muito especial no financiamento de empréstimos à África do Sul. Desde 1976, a vasta maioria de empréstimos identificáveis foram levantados como títulos privados nos mercados financeiros desses dois países. Os depósitos dos bancos suíços na África do Sul representam aproximadamente me-



Os bancos funcionam sob lei militar

tade de todos os depósitos bancários suíços em todos os países africanos ao sul do Sahara. Essa dependência especial de Pretória em relação aos banqueiros suíços é demonstrada pelo facto de quase metade do aumento da dívida bancária sul-africana a países estrangeiros, de fins de 1974 até 1976, ter sido coberta por bancos suíços. Cerca de 60% do ouro sul-africano é vendido através do *pool* de ouro de Zurique, e os bancos suíços fizeram esforços especiais para ajudarem o regime de minoria branca sul-africana mediante acordos de troca de ouro entre a Suíça e a África do Sul em 1976 e 1977. Essa preferência de Pretória em lidar com bancos suíços deve-se, em parte, à tradição de extremo sigilo que envolve as transacções financeiras da Suíça.

Os bancos da Alemanha Ocidental estão também enormemente envolvidos no financiamento do comércio externo da África do Sul; além disso, a Alemanha Ocidental é o maior fornecedor de mercadorias à África do Sul e o terceiro maior comprador de exportações sul-africanas. Os bancos alemães são também maiores associados a empréstimos identificáveis à África do Sul que os de qualquer outro país, tanto do ponto de vista do número de

transacções como do valor dessas transacções.

#### Uma sociedade cada vez mais militarista

A pergunta que obviamente nos ocorre quanto a esse recente aumento de empréstimos contraídos pela África do Sul é por que é que este país recorre a financiamentos estrangeiros num momento em que os *superavits* da sua balança de pagamentos vêm alcançando níveis recordes. Um dos principais motivos prende-se com a sua receita com as vendas de ouro ter proporcionado um período de expansão económica, com o decorrente aumento de investimentos e importações — duas actividades que exigem enormes quantidades de capital. Um outro motivo deriva do custo de financiar uma sociedade cada vez mais militarista que se depara com a possibilidade de sanções internacionais.

O crescente orçamento de defesa da África do Sul, a sua contínua armazenagem de petróleo e os seus enormes investimentos em sectores estratégicos da economia acarretam gastos consideráveis que persistirão enquanto existir o sistema de supremacia branca. Além disso, a África do Sul debate-se com uma grande dívida externa contraída no período de grandes empréstimos em meados da década de 70. Aparentemente, o país está a procurar tirar todo o proveito possível daquilo que talvez venha a ser um *boom* económico passageiro a fim de obter o máximo de empréstimos estrangeiros.

A ajuda económica e política fornecida por bancos estrangeiros à África do Sul vai muito além da concessão de empréstimos. Muitos bancos estrangeiros têm filiais ou escritórios de representação na África do Sul e mantêm relações como correspondentes com bancos sul-africanos. Além de prestarem valiosos serviços tecnológicos, financeiros e comerciais, esses bancos fazem contribuições directas ao governo da África do Sul através do pagamento de impostos e inversões

de capital em investimentos ditados pelo governo, tais como bónus para a defesa e compra de instrumentos e serviços do governo central e de empresas estatais.

Os bancos estrangeiros sediados na África do Sul, especialmente aqueles que lidam com grandes depósitos, tais como o *Standard* e o *Barclays*, são enquadrados na Lei Nacional de Pontos Estratégicos de 1980. Essa lei permite que o Ministro da Defesa classifique qualquer edifício ou instalação como «ponto estratégico nacional», exigindo assim que o proprietário tome precauções especiais de segurança. Uma vez que, nos últimos doze meses, os bancos foram visados como alvos para acções de guerrilha urbana, é possível que os bancos estrangeiros estejam incluídos em operações ultra-secretas que envolvem a organização de unidades militares de reserva, constituídas exclusivamente por brancos, e o armazenamento de armas e de equipamento de comunicação. Consta ainda que uma verba de 2 mil milhões de dólares, destinada à Companhia Sul-Africana de Armamentos (ARMSCOR), foi depositada no *Union Bank*, da Suíça, em nome do *South African Reserve Bank*.

Quase toda a transferência de capital para a África do Sul tem implicações militares. Os empréstimos a linhas ferroviárias e sistemas portuários servem de ajuda à mobilização das forças armadas. O financiamento de importações abrange muitas «áreas indefinidas», tais como computadores e equipamentos de telecomunicações, vitais ao bom funcionamento de um exército moderno.

A energia é outro sector industrial estratégico na África do Sul. Sem petróleo, tanto o sector privado como as forças armadas ficariam paralisadas; assim, os empréstimos feitos ao Fundo Estatal do Petróleo e aos projectos do SASOL têm ramificações militares directas. Os bancos estrangeiros que operam na África do Sul têm também interesses na Namíbia, e, ao financiarem os militares sul-africanos, estão a permitir que o regime leve a cabo a

sua guerra de repressão naquele território ocupado.

### O argumento de serem «apolíticos»

A fim de justificarem a ajuda que prestam à África do Sul, os bancos usam alguns dos seguintes argumentos:

1. «Nenhum banco se deve meter em política». Usando esse argumento, os bancos procuram enganar-se a si próprios e ao público, alegando que a concessão de empréstimos não tem natureza política, e que o mundo dos negócios é ética e politicamente neutro. Isso não é verdade. Qualquer decisão comercial destina-se, a longo prazo, a beneficiar accionistas e gerentes. Não obstante afectarem a vida de muitas outras pessoas, quase sempre ignoradas no decorrer do processo decisório.

2. «Cabe ao povo da África do Sul fazer as mudanças políticas necessárias». Mas o povo sul-africano pode ser ajudado nessa tarefa por elementos de fora que não queiram participar no sistema repressivo da África do Sul. O facto de não ser ilegal emprestar dinheiro à África do Sul não significa que os bancos sejam obrigados a fazê-lo.

3. «A África do Sul não é o único país contra o qual se fazem objecções políticas». Um erro não justifica outro. Seria inteiramente imoral dizer que, quando nos defrontamos com uma série de decisões de natureza ética, o melhor é ignorá-las e tratar de satisfazer os nossos próprios interesses.

4. «A melhor táctica é a reforma, não o isolamento». Seria miopia esperar que a população negra da África do Sul progredisse socialmente em virtude de uma simples concessão de salários mínimos e «pagamento igual para trabalho igual»; isso só levaria à preservação do sistema do *apartheid*.

Se os bancos internacionais passassem a negar empréstimos, isso teria profundas repercussões na África do Sul. Actualmente, os empréstimos são encarados como expressão de confiança na estabilidade e no crescimento económico

desse país. Além do mais, muitos sul-africanos acreditam que essa estabilidade e esse crescimento são possíveis exactamente graças àquilo que vêem como uma sólida política interna — o *apartheid*. Para agravar ainda mais o problema, as centenas de milhões de dólares em empréstimos e os vários milhares de milhões de dólares em investimentos constituem um considerável direito adquirido pelos bancos na África do Sul, e estes tomam-se, *de facto*, sócios dos respectivos projectos. É claro que os círculos bancários norte-americanos não ficariam satisfeitos se, em virtude de distúrbios raciais, o caos económico se instalasse na África do Sul. A eles interessa que haja estabilidade económica e social.

Os empréstimos estrangeiros garantem um orçamento global equilibrado e a viabilidade da economia. Subvencionando o potencial militar da África do Sul, esses empréstimos transformam-se num recurso directo para a opressão da maioria negra.

### Campanha contra empréstimos bancários à África do Sul

Damos abaixo um resumo das principais medidas tomadas por grupos de diferentes países como parte da Campanha Bancária Internacional Contra a África do Sul, na qual participam sindicatos, igrejas, organizações estudantis e anti-*apartheid*, entre outras.

No Reino Unido, campanhas de organizações bancárias, chefiadas pela ELTSA (*End Loans to South Africa*), resultaram na formação de uma «Direcção Fantasma» do *Barclays*, composta por cidadãos eminentes de vários sectores da sociedade. A «Direcção» publicou um «Relatório Fantasma» sobre as actividades do *Barclays*, em Abril de 1981, e pretende fiscalizar as actividades desse banco em relação à África do Sul. A campanha recebeu forte apoio com a retirada de uma importante conta que o bairro londrino de Lambeth mantinha no *Barclays Bank*, com um movimento anual de 1200 milhões de libras esterlinas.

O *Citibank* vem sendo o alvo



Tanto na Europa, como nos Estados Unidos e Canadá surgiram recentemente amplas campanhas de boicote aos bancos que emprestam dinheiro ao governo sul-africano

principal de recentes campanhas bancárias nos Estados Unidos. Em Março de 1980, o Conselho Eclesiástico Nacional, a Directoria Metodista Unida dos Ministérios Universais, o Seminário Teológico da União e a agência norte-americana do Conselho Mundial das Igrejas anunciaram ter retirado do Citibank contas no valor de 65 milhões de dólares. Em virtude da participação dessa entidade bancária num empréstimo de 250 milhões de dólares ao governo da África do Sul em fins de 1980, a Universidade de Harvard pôs à venda 52 milhões de dólares em acções do Citibank em começos de 1981.

Em Março de 1981, o dr. Leon Sullivan, autor dos Seis Princípios Sullivan — código voluntário de conduta ética comercial — e o dr. William Howard, presidente do Conselho Eclesiástico Nacional, manifestando a sua oposição à concessão de empréstimos à África do Sul por bancos norte-americanos, anunciaram à Imprensa certas medidas específicas a serem tomadas de modo a fortalecer a campanha contra tais empréstimos. Recentemente, foram aprovadas leis esta-

duais e municipais destinadas a limitar ou proibir o investimento de fundos públicos em companhias e bancos que operem na África do Sul.

No Canadá, o *Toronto Dominion Bank* anunciou que não faria quaisquer empréstimos à África do Sul «nas condições actuais».

Na Holanda, um boicote de dimensões nacionais e prolongadas discussões com os principais bancos financiadores resultaram numa promessa, por parte do *AMRO Bank* e do *Algemore Bank Nederland*, de suspender quaisquer empréstimos à África do Sul até que o racismo legalizado tenha sido abolido.

Em França, campanhas bancárias a nível individual vêm recebendo considerável cobertura da Imprensa, enquanto se planeiam medidas contra a colectividade bancária, com especial ênfase nos bancos estatais intensamente envolvidos em concessões de empréstimos à África do Sul.

Dado o importante papel desempenhado pelos bancos da Suíça e da Alemanha Ocidental na concessão



de recentes empréstimos à África do Sul, as campanhas nesses países assumem especial importância. Em 1978, um grupo de 27 mil cidadãos suíços firmaram um abaixo-assinado exigindo que o Conselho Federal e o Parlamento tomassem medidas contra o tratamento especial concedido à África do Sul. O Seminário Internacional das Nações Unidas sobre Empréstimos à África do Sul, realizado em Zurique em Abril de 1981, alertou o público suíço para a importância do financiamento ao sistema do *apartheid* pelos bancos suíços. Milhares de cartas estão sendo enviadas a instituições e indivíduos na Suíça, exortando-os a retirarem as suas contas de importantes bancos suíços que concedem empréstimos à África do Sul.



Os bancos ocidentais tomaram-se sócios do projecto do apartheid

Na Alemanha Ocidental, a campanha é dirigida principalmente contra o envolvimento do governo, através das actividades de 16 bancos estatais do país, do programa oficial de subsídio de exportações e de um acordo que resulta em dupla isenção de impostos em favor da África do Sul. A campanha inclui ainda um protesto especial contra o *Dresdner Bank*, em virtude da aquisição do *SWABANK*, na Namíbia, e da venda do *Krugerrands*.

Como parte da sua tradicional oposição à contribuição económica estrangeira a favor do sistema do *apartheid*, o Comité Executivo do Conselho Mundial de Igrejas adoptou em Genebra uma série de directrizes para determinar se continua ou não a manter relações com bancos envolvidos em transacções com a África do Sul. Os critérios adoptados destinam-se a determinar se o banco mantém escritórios na África do Sul; se regularmente «administra» empréstimos à África do Sul; se teve ou não a ver com empréstimos substanciais feitos à África do Sul desde o massacre de Soweto em 1976; e se concede empréstimos de natureza militar, directa ou indirecta, ou empréstimos que beneficiem a indústria nuclear. O Comité Executivo admitiu poder continuar as suas relações com os bancos em

questão se estes adoptassem publicamente uma norma de não fazer empréstimos ao governo da África do Sul ou às suas agências, e observassem claramente essas normas.

#### Recomendações

Foram submetidas também à apreciação das Nações Unidas, dos Governos e organizações, recomendações referentes à campanha contra empréstimos bancários à África do Sul.

*Medidas a serem tomadas pelas Nações Unidas.* As audiências e investigações realizadas pelo Comité Especial Contra o *apartheid* devem continuar.

A Assembleia Geral deve ser incentivada na sua oposição à concessão de empréstimos à África do Sul e na negação de facilidades a bancos que negociem com Pretória. A pressão exercida pelas Nações Unidas, através das suas relações bancárias e dos seus investimentos, pode ter um considerável impacto sobre os bancos, muitos dos quais estão já a reconsiderar a sua política em relação a esse país.

Devem-se estudar medidas destinadas à recusa de créditos actualmente concedidos pelo Fundo Monetário Internacional ao regime sul-africano.

#### Medidas governamentais.

Qualquer governo contrário à concessão de empréstimos à África do Sul pode expressar as suas opiniões directamente aos bancos com os quais negocia, ou aos quais permite operar no país. Nenhum banqueiro deixará de prestar atenção quando o governo de um país, juntamente com os seus órgãos estatais, começar a exercer pressão económica contra um banco. A Nigéria, por exemplo, anunciou que as companhias estrangeiras que colaboram com a África do Sul podem sofrer penalidades ao negociarem com a Nigéria.

Medidas independentes da parte de órgãos governamentais — a nível nacional, regional e local — devem ser apoiadas e estimuladas. No Canadá, por exemplo, o *Canadian University Service Overseas (CUSO)*, órgão para-estatal, fechou as suas contas no banco com o qual operava, em sinal de protesto contra a política adoptada por este último em relação à África do Sul. O bairro londrino de Lambeth, no Reino Unido, fechou uma vultosa conta que mantinha no *Barclays Bank*. Nos Estados Unidos, o Estado de Michigan decidiu não se servir de bancos que operem com a África do Sul.

*Organizações não-governamentais.* Igrejas, sindicatos, universidades, fundações e organizações anti-*apartheid* vêm-se mostrando internacionalmente activas na campanha para impedir empréstimos à África do Sul. Os protestos contra bancos envolvidos com os sul-africanos vêm ganhando vulto, através de diálogos com as gerências bancárias, formulação de resoluções de accionistas (que são incentivados a comparecer às assembleias gerais), publicidade e educação pública, recomendação de bancos que adoptem normas positivas, fecho de contas individuais e institucionais, e venda pura e simples de acções de bancos recalcitantes. Essas várias medidas têm tido considerável impacto, despertando a atenção do público e modificando a posição de muitos bancos em relação à África do Sul, e devem ser ampliadas. □

## A Igreja branca na encruzilhada

**A** República da África do Sul autoproclama-se um país cristão. Embora a maioria africana de origem negra tenha sido privada da sua cidadania, das suas terras e não usufrua qualquer direito político, os dirigentes brancos consideram o sistema do *apartheid* como uma espécie de dádiva divina. Muitos brancos, especialmente os pertencentes à Igreja Reformada da Holanda, acreditam que Deus criou os brancos para que eles governem e dominem os negros. Insistem que a liberalização da sociedade sul-africana poderá levar a uma mistura racial contrária aos interesses de Deus.

A maioria dos cristãos brancos apoia o governo actual da África do Sul e a sua política repressiva. Eles encaram os protestos negros como «inspirados pelo comunismo ateu», ao mesmo tempo que justificam como cristãos os esforços para tentar suprimir a rebeldia das vítimas do *apartheid*. Segundo o primeiro-ministro P. W. Botha, a batalha dos brancos sul-africanos é uma «luta entre a civilização ocidental e cristã contra o marxismo, e não apenas uma luta racial». Este ponto de vista é compartilhado pelo eleitorado branco.

Os negros sul-africanos têm uma visão completamente distinta do cristianismo. O bispo Desmond Tutu, secretário geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, classificou o *apartheid* como «mais cruel do que o nazismo». O bispo Tutu já pediu formalmente a excomunhão dos dirigentes racistas brancos, sem ter tido qualquer resposta dos seus superiores eclesiásticos.

Os militantes negros têm usado a Bíblia para justificar a sua luta pela igualdade de direitos. Rejeitando a noção de que os brancos europeus «são um povo escolhido por Deus».

*As tensões dentro da Igreja sul-africana estão a atingir um ponto crítico. Tanto entre católicos como entre os protestantes, anglicanos ou metodistas aumentam as divergências quanto à atitude a tomar face ao racismo. A questão preocupa também os dirigentes religiosos fora da África do Sul já que cresce o risco de uma ruptura completa entre as bases comprometidas com o combate pelo fim do racismo e a hierarquia branca associada ao apartheid. O texto que publicamos foi escrito por um membro da ordem católica de Maryknoll que recentemente esteve na África do Sul para estudar a crise da Igreja*

Elizabeth Schmidt



declaram que «Ele não fez nenhuma opção racial». No ano passado, um líder sindical negro disse a cinco mil espectadores que, segundo o «Genesis, capítulo I, versículo 27, Deus criou o homem à sua própria imagem, e acrescentou: «Esta não é a imagem do branco nem do negro. Deus não é governado por distinções de cor. Deus criou as pessoas de maneira a que nenhuma delas se sentisse inferior às outras». Ao finalizar o seu discurso, o orador garantiu, no meio de aplausos, que «Deus não conhece o *apartheid* e que, portanto, tal prática constitui um pecado».

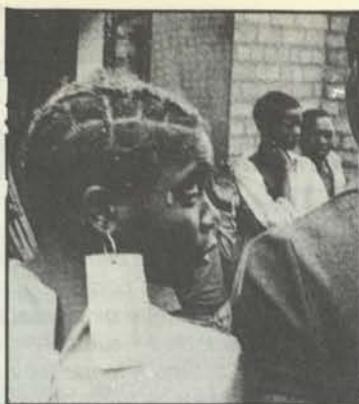
### Os dirigentes e o povo

Olhando superficialmente, a África do Sul parece um campo fácil para a expansão das ideias da teologia da libertação. Existem, no entanto, numerosos obstáculos. Enquanto 90% dos católicos e 80% dos anglicanos ou metodistas da África do Sul são negros, a alta hierarquia dessas igrejas é formada quase que integralmente por brancos. Até mesmo o clero negro tem tendência para alinhar com os elementos mais conservadores da população negra.

A variedade de seitas, denominações e linguagens torna a comunicação e a construção de um movimento ecuménico extremamente difícil. Enquanto os trabalhadores e os jovens tentam radicalizar a acção da Igreja e elevar o seu nível de ocupação, eles continuam a ser forças marginais dentro dos seus respectivos credos. A hierarquia religiosa dá-lhes um apoio mínimo.

À excepção de algumas centenas de activistas envolvidos em grupos como os Jovens Estudantes Cristãos e os Jovens Trabalhadores Cristãos, a maioria da juventude negra afastou-se da igreja. Eles tendem a encarar a religião e os seus representantes como cúmplices do sistema repressivo. Até mesmo o clero liberal é visto com desconfiança pelos jovens negros, porque, segundo eles, esse sector eclesiástico mostra apenas boas intenções, sem nunca tomar nenhuma atitude concreta para acabar com o *apartheid*.

Poucos negros se mostram sur-



O *apartheid* na sua forma mais brutal: marcar os negros como se de gado se tratasse

preendidos com a inactividade e passividade da igreja branca. De acordo com um padre católico do bairro negro de Soweto, os «brancos cristãos estão preocupados com segurança, bens e propriedades. Eles estão com as suas atenções voltadas para o que consideram a ameaça comunista às fronteiras da África do Sul e pensam apenas num governo forte que possa proteger as suas fazendas, casas e fábricas. Eles não têm o menor interesse em apoiar acções antigovernamentais que possam prejudicar a economia».

Até mesmo a ala mais empenhada do Conselho Sul-Africano de Igrejas ficou aquém de uma postura militante. Embora o bispo Desmond Tutu e muitos dos seus assessores demonstrem um claro interesse em alinhar o Conselho de forma mais aberta às reclamações populares, eles não podem agir sem o apoio das suas igrejas. De facto, esse apoio é tão pequeno que 95% dos recursos do Conselho Sul-Africano de Igrejas vem de fora do país.

A maioria da alta hierarquia das igrejas ligada ao Conselho está directamente ligada aos sectores brancos mais ricos e está firmemente envolvida no sistema político e económico do *apartheid*. A hierarquia está disposta a patrocinar programas de auto-ajuda, socorro em tempo de catástrofe, mas não mostra nenhum empenho em procurar uma reestruturação completa da sociedade.

Alguns cristãos temem que a igreja sul-africana não se esteja a

mover com a necessária rapidez. Esses sectores acreditam que, uma vez alcançada a libertação dos negros, a igreja será vista como uma associada do *apartheid* e rejeitada na nova sociedade. Outros acreditam que são poucas as esperanças de que a igreja, como um todo, venha a envolver-se no projecto de libertação. Para estes, o trabalho reformador vai ser feito por indivíduos e organizações inspiradas na doutrina cristã e que levarão essa mensagem até às suas últimas consequências. Um número crescente de padres, freiras, clérigos e pastores tomou já uma posição clara sobre o *apartheid*. Eles arriscam-se ao ostracismo dentro das suas comunidades brancas, a perder amigos, família, e até mesmo a própria carreira caso mantenham o seu compromisso com a igualdade racial.

### Igreja polarizada

Não há neutralidade possível na África do Sul. A Igreja não pode evitar uma escolha, alegando não poder ligar-se a questões de natureza política. Como me dizia um pastor protestante, a «igreja está ou do lado dos opressores ou do lado dos oprimidos». Há uma enorme tensão dentro da igreja sul-africana. Ela está-se a polarizar, ne medida em que os seus membros começam a escolher de que lado vão ficar. Na primavera de 1981, o primeiro-ministro P. W. Botha advertiu as igrejas para que «se mantenha ocupadas a pregar o Evangelho», acrescentando que, se dentro delas «alguns sectores interferirem em questões políticas e apoiarem elementos radicais interessados em desestabilizar o país, eles serão combatidos com todos os instrumentos disponíveis pelo poder».

Em resposta, o bispo Desmond Tutu declarou: «As igrejas precisam ser como Cristo. Elas devem estar do lado dos que não podem falar e dos pobres. A nossa mensagem libertadora vem dos ensinamentos da Igreja. Não é o meu credo político que determina o que vou dizer ou como me vou comportar. É o meu encontro com Jesus Cristo que me orienta nas questões sociais». □

## Um capitão procura salvar um país destruído

*O primeiro país africano a conquistar a independência na época da descolonização em massa, completa vinte e cinco anos de vida autónoma à beira do caos. Este o quadro que o capitão J. Rawlings tenta mudar ao assumir pela segunda vez em três anos o poder*

que a maioria dos habitantes do Gana já esperava há algum tempo acabou por acontecer na madrugada do dia 31 de Dezembro passado. O presidente Hilla Limann foi derrubado por um golpe de Estado que reconduziu o capitão da Força Aérea Jerry Rawlings ao poder, quando se vive a pior crise política e económica da história deste país africano.

Rawlings, um jovem capitão filho de pai escocês e mãe africana, apelidado de J.J., chega pela segunda vez ao poder, num momento em que o país atingiu o ponto mais baixo da sua desagregação política e económica. Todos os sistemas políticos institucionais não marxistas foram já tentados no Gana, sem dar resultado. Todos os modelos económicos capitalistas e neocapitalistas foram aplicados com consequências catastróficas. O projecto nacionalista e socializante foi posto em prática logo após a independência, mas acabou por ser sufocado pelo boicote financeiro e político internacional.

Politicamente o país chegou ao impasse total diante da falência de todos os partidos tradicionais. O Partido da Convenção do Povo (CPP), fundado por Kwame Nkrumah antes da independência, foi dis-

solvido 20 anos mais tarde pelos militares, sem ter conseguido levar à prática o seu programa nacionalista.

A grande popularidade de Nkrumah acabou por se desvanecer um tanto devido à repressão militar dos Governos posteriores e aos supostos herdeiros do «pai da independência do Gana», que usaram oportunisticamente as consignas do partido. O último a fazer isso mesmo foi o deposto presidente Hilla Limann, eleito como herdeiro de Nkrumah e que, uma vez no poder, pôs em prática todos os princípios económicos condenados pelo seu suposto inspirador.

Os demais partidos de tendência conservadora, liberal, tribal ou tipicamente personalistas só tiveram alguma consistência e unidade interna quando faziam oposição ao governo de Kwame Nkrumah. Depois de o fundador do Gana ter sido derrubado, em 1966, esses partidos perderam qualquer conteúdo, e, praticamente, equipararam-se na corrupção ou na luta pura e simples pelo poder. Divididos entre si numa disputa personalista, eles tornaram-se presa fácil dos militares, que diante da falência dos partidos, não encontraram nenhum freio às suas ambições, usando o fácil recurso da força.



## Fortunas imensas

Após o derrube de Nkrumah, o Gana tornou-se uma espécie de paraíso da corrupção, concentrada no contrabando de cacau e ouro. O país foi até 1978 o maior exportador mundial de cacau mas essa posição foi perdida porque durante quase dez anos cerca de 30 % da produção era contrabandeada para os países vizinhos. O mesmo aconteceu com o ouro. Fortunas imensas foram criadas em pouco tempo e a rede de suborno envolveu toda a cúpula política, financeira e administrativa do país.

Essa situação foi responsável, em grande parte, pelas oito tentativas de golpe registadas durante os cinco anos de governo do general Ignatius Acheampong. Foi institucionalizado o jogo de rivalidades entre grupos de empresários, políticos e militares, todos eles lutando entre si por uma fatia da corrupção. O *kalabule* (mercado negro) tornou-se uma prática normal, chegando em alguns momentos a concentrar cerca de 40 % das trocas comerciais nas grandes cidades.

Com a desmoralização dos partidos e políticos civis, os militares assumiram o controlo do país desde 1966. Acabaram também eles próprios por ficar envolvidos no mesmo processo de desagregação. Hoje, as Forças Armadas estão divididas horizontalmente. Os oficiais graduados, na sua grande maioria estão identificados com a corrupção. Logo após o primeiro golpe do então tenente Jerry Rawlings, em Junho de 1979, foram fuzilados três militares que ocuparam a presidência, entre eles o general Acheampong, bem como quase 20 outros oficiais também acusados de corrupção. O outro sector das forças Armadas é formado por jovens suboficiais e sargentos que participaram activamente no golpe de Junho de 79 e que se mostram revoltados com o grau de desagregação a que chegou o Exército. Esses militares são profundamente moralistas, nacionalistas — embora sem ideologia definida — e, em alguns momentos, deixam-se envolver pelo passionalismo. Eles contam com as simpa-

tias gerais da população e estão unificados no combate radical à aliança civil-militar que governou o país nos últimos 15 anos.

## A bancarrota económica

Mas o aspecto mais crítico da realidade do Gana está no terreno económico. Como o boicote externo frustrou os planos de industrialização e reforma agrária propostos por Nkrumah, a estrutura produtiva do país permaneceu atrelada à dependência comercial com o exterior. Nas duas últimas décadas, o Gana deixou de ser o primeiro exportador mundial de cacau para ocupar hoje um melancólico terceiro lugar, atrás da Costa do Marfim e do Brasil. Os cacauzeiros do Gana têm mais de 25 anos de vida, e a sua produção é hoje equivalente a apenas 50% de um pé com 15 anos de idade. Enquanto no Brasil, por exemplo, a produção cacauzeira atinge a média de duas toneladas por hectare, no Gana esse índice é de apenas 600 quilos. Isso fez com que as exportações caíssem de um total de 400 mil toneladas, há 10 anos, para apenas 240 mil toneladas na safra 79/80.

A redução das exportações agravou o *déficit* na balança comercial com o exterior, a ponto do país só sobreviver hoje à custa de empréstimos externos. No momento, as vendas de cacau totalizam apenas 30% das receitas do governo, enquanto os produtores recebem 5% do preço obtido nas exportações. A dívida externa do Gana gira em torno dos oito mil milhões de dólares, uma cifra elevadíssima para as dimensões da economia do país. O *déficit* do orçamento nacional cresceu 10 vezes nos últimos sete anos. E, em consequência, a inflação atingiu a cifra recorde de 140%, havendo produtos, como o arroz, que registaram uma alta de preços no valor de 400% nos últimos dois anos.

O salário mínimo oficial é de quatro «cedis» (moeda nacional que vale hoje US\$ 0,30) por dia, embora se julgue que cerca de 30% da força de trabalho ganhe menos do que isso. Um pão custa 20 cedis, um ovo

dois e meio a três, uma caixa de fósforos custa dois cedis e uma garrafa de cerveja não sai por menos de 11 cedis. Com isso, é praticamente impossível a um trabalhador médio sustentar a sua família com o salário mínimo. O Gana, que sempre se orgulhou de ser um país sem problemas de pobreza absoluta, enfrenta agora a fome endémica em vastas regiões do norte, perto da fronteira com o Alto Volta.

## O caos interno

O descabro administrativo e o saque aos recursos públicos promovido durante os 15 anos de regime militar deixaram também um saldo trágico na estrutura sócio-económica do país. O serviço público está virtualmente paralisado. Todos os hospitais têm escassez de remédios e em muitos deles falta água há vários meses. Diversas escolas secundárias não funcionam porque não há dinheiro para alimentar os alunos, que, na maioria dos casos, só frequentam as aulas para poderem comer. O sistema rodoviário está intransitável em 60 % das estradas. Os comboios só transportam um terço da sua capacidade de carga. Os voos domésticos estão reduzidos a metade por falta de peças de reposição em aviões e aeroportos. A empresa estatal de cabotagem *Black Star* existe apenas no papel porque os seus três navios foram penhorados por dívidas.

Tamale, a segunda cidade do Gana, não tem um sistema regular de fornecimento de água há mais de um ano. A cidade também está isolada em matéria de comunicações telefónicas e só é servida por aviões da *Ghana Airways* uma vez por semana. Em Accra, a capital, a gasolina custa o equivalente a 5 dólares o litro no mercado negro. A lata de óleo de cozinhar, que custava meio cedi em 74, está hoje 40 vezes mais cara.

A trágica situação económica do país provocou a intensificação do êxodo para o exterior. Com um índice de desemprego calculado em 20%, cerca de um milhão de pes-

soas, numa população total de 10 milhões, emigraram para países vizinhos. Em Lagos, capital da Nigéria, existe um bairro chamado Agege, onde vivem cerca de 150 mil ganenses. Na Costa do Marfim moram actualmente 300 mil pessoas que deixaram o Gana nos últimos três anos.

### Desvalorização igual a golpe

Este é o saldo deixado pelos regimes militares e pela desorientação económica do governo civil de Hilla Limann. Sem ter mais de onde tirar dinheiro, os militares apelaram para o Fundo Monetário Internacional. Nada menos de seis missões do FMI estiveram no Gana desde 1979 tentando obrigar o governo Limann a desvalorizar o cedi, despedir funcionários públicos, limitar gastos sociais e aumentar as exportações. Traduzindo, por outras palavras, o receituário clássico do FMI, cuja principal consequência, a curto prazo, é sempre o tornar ainda mais difícil a vida do trabalhador. Desvalorizar o cedi significa aumentar o preço das importações, elevando consequentemente o custo de vida. Extinguir projectos sociais significa aumentar o desemprego. E para o Gana isso é simplesmente impossível, dada a dramática situação do país. Todas essas condições foram impostas para garantir um empréstimo total de mil milhões de dólares para saldar compromissos urgentes. O próprio Hilla Limann chegou a advertir que «a desvalorização do cedi significa um golpe de Estado». E foi isso o que aconteceu no último dia do ano de 81.

O capitão Jerry Rawlings, apesar da sua pouca idade e da sua inexperiência como político, mostrou aos participantes da Conferência dos Países Não-Alinhados, em Cuba, em 79, ter consciência das causas do subdesenvolvimento e dependência económica do Gana. Na ocasião, ele apresentou-se como um adepto incondicional da reaproximação com os demais países do Terceiro Mundo, rompendo com a tradicional posição pró-europeia e pró-americana dos regimes militares anteriores no seu país. Agora, uma



O Aspecto da capital do Gana, Accra

das suas primeiras preocupações após assumir novamente o poder foi restabelecer relações diplomáticas com a Líbia, rompidas há um ano pelo ex-presidente Limann.

### O novo regime

Mas o grande problema de J. J. é formar uma equipa de assessores económicos e políticos. No golpe de

tem  
mes  
e ac  
natu  
való  
naçã  
fina  
inde  
-mã  
xar.  
...  
poe  
ant  
out  
bro  
vect  
mer  
text  
via  
nida  
Arq  
130  
poés  
pass  
perc  
grar  
épico  
ano  
cont  
sacr  
riqui  
sang  
noni  
nela  
do r  
suje  
Amé  
lumi  
língu  
com  
hom  
bran  
alien  
nov  
pativ  
vida  
para  
-dig  
-pov  
espe  
inún  
ram  
...  
Ago  
...  
men  
dade

Junho de 79, Rawlings teve a sua acção dificultada pelo espontaneísmo e passionalismo de muitos jovens oficiais que se mostravam mais interessados em castigar os corruptos do que em reorganizar a estrutura económica e social do país.

Não há a menor dúvida de que a luta contra a corrupção será a prioridade imediata do novo governo. Além de punir os culpados, a equipa de Rawlings precisa repetir o feito de 79 quando, em três semanas, conseguiu elevar em 400% as receitas do governo com o pagamento de

impostos. O medo dos especuladores com a ameaça de fuzilamentos e castigos corporais em público fez com que logo depois do golpe de 79 se formassem filas enormes nos postos de arrecadação do governo, que antes viviam às moscas porque a sonegação de impostos era uma prática corrente. Mas mesmo que agora seja possível uma normalização desse sector, isso será insuficiente para reerguer a combatida economia do Gana, arrasada pelos regimes anteriores.

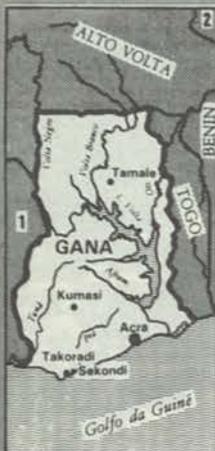
Tem-se como certo que Jerry Rawlings vai procurar atrair para o

seu governo o sector político que permaneceu fiel às ideias de Kwame Nkrumah. Este é o caso de pessoas como Kodjo Addison, membro da Escola Ideológica de Winneba, onde eram formados os quadros políticos do CPP. Gyan-Apenteng, dirigente da Guarda Revolucionária Kwame Nkrumah, Kofi Ghapson, Johny Hansen e S. O. Lamptey também devem assessorar o novo regime. Entre os militares jovens, o nome em ascensão é o de Kodjo Tsikata, um velho amigo de Rawlings, que foi submetido a uma sistemática perseguição pelos militares que apoiavam o governo Limann.

Na área sindical, Rawlings deve contar com o apoio da influente central sindical do Gana que reúne cerca de meio milhão de filiados. As direcções dos dois maiores sindicatos, os da Agricultura e da Indústria, serão provavelmente derrubadas por pressão das bases, que consideram os seus líderes anteriores comprometidos com o regime deposto.

Mas, além das enormes dificuldades internas, o novo governo deve contar com uma forte oposição dos meios económicos capitalistas. A atitude adoptada por norte-americanos e europeus, logo depois do golpe do dia 31 de Dezembro, revela uma indisfarçada inclinação ao boicote. A manobra parece esboçar-se com a tentativa de caracterizar o novo governo como violento e arbitrário. Também foi sintomática a ênfase dada ao restabelecimento das relações diplomáticas com a Líbia e as insinuações do Departamento de Estado norte-americano sobre uma nota da agência Tass a respeito da mudança de governo em Accra.

O certo é que, Jerry Rawlings é, no momento, a única pessoa com capacidade para salvar o Gana do colapso. Ele herda um país destruído económica e politicamente após um quarto de século de frustrações. E este não é só um problema do Gana. Quase todos os países africanos que chegaram à independência na década de 60, viveram e vivem ainda os mesmos percalços, determinados por uma decisão que rompeu a tutela política mas manteve, até hoje, a dominação económica.



**Gana**

## Um país em números

**população:** 11.320 mil habitantes

**etnias:** akan (44%)  
mole-dagbani (16%)  
ewé (13%)  
outros (27%)

**religião:** cristãos (40%)  
cultos tradicionais (38%)  
muçulmanos (12%)

**analfabetismo:** 70%

**população urbana:** 30%

**Forças Armadas:** 20 mil homens

**Rendimento per capita:** 380 dólares anuais, em 1977

**língua oficial:** inglês

## Do sonho de Nkrumah ao fracasso de Limann



Nkrumah



Hilla Limann

A República do Gana vai comemorar no dia 6 de Março, 25 anos de independência. É a primeira ex-colónia africana a completar um quarto de século de existência autónoma desde o início do processo de descolonização em massa iniciado pelas potências coloniais europeias no início da década de 60. A antiga possessão inglesa da Costa do Ouro não teve uma existência fácil nos últimos 25 anos e de certa maneira é um caso típico das dificuldades herdadas por todas as ex-colónias africanas.

A independência do Gana foi o resultado da luta de Kwame Nkrumah pelo direito à autodeterminação. Nkrumah venceu três eleições consecutivas em 1951, 54 e 56 antes que os ingleses acabassem por reconhecer que o país era ingovernável sem a participação directa do então líder máximo do CPP (*Convention People's Party* — Partido da Con-

venção do Povo). No dia 6 de Março de 1957, a Coroa Britânica decretou a independência do Gana, e o doutor Kwame Nkrumah assumiu imediatamente a chefia de um governo cuja estrutura era uma cópia do sistema parlamentarista inglês.

O líder do CPP pôs de imediato em prática um projecto nacionalista cuja meta principal era a rápida criação de uma infra-estrutura industrial para o país. Esse projecto entrou em choque com os interesses dos exportadores britânicos que não aceitavam a hipótese do Gana deixar de ser um país dependente e importador de bens manufacturados. As pressões cresceram e Nkrumah foi obrigado a mudar a Constituição em 1960, substituindo o parlamentarismo britânico por um regime republicano presidencialista. Era a única forma de concentrar poderes para tentar forçar a industrialização.

Submetido a fortes pressões, o

CPP começou a enfrentar tensões internas já que não era um partido homogéneo do ponto de vista ideológico. No esforço de atingir a independência, Nkrumah liderava uma frente de grupos políticos. O projecto da industrialização consumiu boa parte das reservas monetárias herdadas da era colonial e que foram utilizadas em obras como a barragem de Akosombo, no rio Volta. A agricultura foi relegada a um segundo plano, ao mesmo tempo que os bancos estrangeiros estrangulavam o governo Nkrumah ao dificultar a concessão de novos empréstimos para obras de infra-estrutura.

### O cerco externo

O conjunto de factores internos (queda do consumo, alta dos preços, divergências políticas, queda das exportações tradicionais e pressões sobre o Governo), reflexo do cerco externo dos credores e financiadores europeus, minaram a base política de Kwame Nkrumah que, no entanto, mantinha um enorme prestígio entre as populações pobres que o chamavam de *Osagyefo* (o redentor) e entre os demais países do Terceiro Mundo. Nkrumah definia-se como socialista, marxista e cristão e foi um dos precursores do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Em 1966, um grupo de oficiais do Exército, fortemente influenciado pelos ingleses, dá um golpe de Estado derrubando o regime presidencialista de Nkrumah, para instaurar uma Junta Militar de oito membros, chefiada pelo general J.A. Ankrah. Os golpistas proclamaram-se anti-comunistas, formando o NLC (*National Liberation Council* — Conselho de Libertação Nacional) que foi rapidamente reconhecido por todos os governos que antes haviam boicotado os planos nacionalistas de Nkrumah. O Fundo Monetário Internacional (FMI) autorizou imediatamente os créditos pedidos e que até aí estavam congelados.

tem  
mes.  
e ac  
natu  
valé  
naçé  
fina  
inde  
-mã  
xar.

poé  
ante  
outr  
bro  
vect  
mer  
text  
via  
nida  
Arq  
130  
poét  
pass  
perc  
gran  
épico  
ano  
cont  
sacr  
riqui  
sang  
nont  
nelo  
do n  
sujet  
Amé  
lumi  
lingt  
com  
hom  
bran  
alier  
nové  
pativ  
vida  
para  
-dig  
-pov  
espe  
inúm  
ram

Ago

men  
dade



**Kofi Busia (em cima à esquerda), o general Acheampong (em cima à direita) e o general Akuffo vítimas e autores de uma sucessão interminável de golpes**

O dinheiro vindo dos bancos europeus e norte-americanos permitiu que os militares introduzissem uma nova Constituição em 1969 e fossem realizadas eleições que levaram Kofi Busia à chefia do Governo. Os tecnocratas do novo regime aplicaram o receituário clássico do FMI, com despedimentos em massa de funcionários públicos, desvalorização do *cedi* (moeda nacional), fim de subsídios e liberalização total da economia. Quase três mil operários foram despedidos antes que Busia, no seu furor autoritário, investisse até mesmo contra as próprias Forças Armadas, cujo orçamento foi reduzido em quase 45 %.

No dia 13 de Janeiro de 1972, os militares deram um novo golpe de Estado, instalando no poder o general Ignatius Acheampong. Além de Busia, caiu também a Constituição de 1969. O novo presidente resolveu impôr um contraditório «governo de união», sem partidos e inspirado em confusas idéias corporativistas, que pretendia unir soldados e eleitores. No plano económico, a tónica posta na indústria e obras de infra-estrutura foi abandonada definitivamente. A prioridade era a exportação agrícola, o que atendia aos interesses dos grupos económicos europeus, para os quais o Gana deveria ser sempre um fornecedor de matéria-prima (cacau e, em menor escala, ouro) e um dócil importador de ma-

nufacturados. Nesse esquema, o país jamais conseguiria atingir um mínimo de autonomia económica.

### A sucessão de golpes

Acheampong foi mais repressivo que o seu antecessor. Adoptou a política popularmente conhecida como *yentua* (não pagaremos) para todas as disputas salariais. A corrupção generalizou-se paralelamente ao aumento do preço mundial do cacau. O contrabando fez fortunas enormes na aristocracia civil e militar. Em 76, começou a violência de rua, o que não foi suficiente para impedir que o regime militar montasse uma grotesca farsa em torno da realização de um plebiscito sobre o sinistro «regime de união». Os resultados da votação foram ignorados e os militares anunciaram os seus próprios números, aprovando, em Março de 78, a proposta oficial por 54 % dos votos. Três meses mais tarde, Acheampong foi obrigado a renunciar sendo substituído pelo ministro da Defesa, general Fred Akuffo.

No começo de 1979, o Gana passou a ter uma nova Constituição, a quarta da sua conturbada história. Completava-se o ciclo de experiências políticas frustradas. O modelo constitucional inglês, implantado no acto da independência, foi derrubado em 60 por Nkrumah e substi-

tuido pelo sistema presidencialista centralizador. Em 69, os militares implantam o regime autoritário inspirado no corporativismo, que sobreviveu dez anos até ser trocado pelo sistema liberal do tipo norte-americano.

A Constituição de 1979 era tão estrita que, mesmo copiando modelos liberais estrangeiros, conservava, no entanto, o toque local autoritário. Os militares do Gana impuseram cláusulas que tornavam virtualmente imutável o novo texto constitucional. Mas apesar de se cercarem de todas as garantias possíveis, os generais não conseguiram impedir um novo golpe de Estado, a única solução institucional não prevista na Constituição. O tenente Jerry Rawlings, liderando oficiais de baixa patente revoltados com a corrupção entre a alta cúpula do exército e dos políticos, sacode o país de alto a baixo na madrugada do dia 4 de Junho de 79 com um movimento moralizador. Centenas de generais, coronéis, empresários, funcionários públicos e políticos são presos. Muitos são fuzilados no meio da satisfação popular pelo castigo imposto aos corruptos. Rawlings conquista uma enorme popularidade, mas percebe que ele e os suboficiais que o apoiam não têm a preparação suficiente para manejar os complicados mecanismos do poder político e económico. Resolvem então convocar eleições, que são realizadas no dia 16 de Junho e que levaram à vitória um ex-diplomata que passou a maior parte da sua vida fora do Gana. Hilla Limann e o seu Partido da Frente Popular apresentaram-se como herdeiros de Kwame Nkrumah, facto que lhes deu uma cómoda maioria parlamentar e a expectativa de que o país finalmente poderia resolver os seus problemas.

Foi uma expectativa frustrada logo nos primeiros meses. Limann esqueceu rapidamente o discurso nacionalista de Nkrumah e adoptou o liberalismo económico clássico. Propôs-se resolver a dramática crise económica do Gana sem romper com a dependência externa e o resultado foi um novo impasse. □

### A rebelião popular

*Numeiry cede ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e enfrenta manifestações de protesto gigantescas, reprimidas com a ajuda das tropas egípcias*

Beatriz Bissio



Manifestações em Cartum

**A**S balas que ceifaram a vida do presidente Anwar el Sadat no espectacular atentado do dia 6 de Outubro de 1981, parece terem ricocheteado e atingido também a presidência em Cartum, a alguns milhares de quilómetros de distância do Cairo.

A capital do Sudão, passou então a viver dias agitados. Negociava-se com o Fundo Monetário Internacional um crédito de 220 milhões de dólares destinados a saldar dívidas anteriores com credores estrangeiros. Com uma reduzida margem de manobra devido à crise económica, o presidente Gaafar Numeiry acei-

tou as recomendações do FMI: desvalorização da libra sudanesa, redução dos subsídios aos combustíveis, açúcar e outros produtos de primeira necessidade, contenção dos aumentos salariais...

Uma total renovação do gabinete acompanhou a assinatura do acordo com o Fundo; os novos ministros — uma fachada renovada para impor uma antiga receita — propuseram-se incentivar os investimentos norte-americanos e britânicos além de favorecer o crescimento da actividade privada. Enfim, a fórmula de sempre.

Assim como em 1978, quando

Numeiry começou a aplicar a linha económica do Fundo, o povo lançou-se à rua com palavras-de-ordem antinorte-americanas e condenações à política do FMI, exigindo o fim do regime ditatorial. Em várias cidades do país, casas comerciais foram incendiadas assim como sedes de instituições estrangeiras, enquanto se enfrentava as forças de segurança com «cocktails molotov».

A par desses distúrbios sociais, intensificavam-se os problemas regionais entre o norte muçulmano e o sul animista e cristão, que nos anos 60 detonaram uma guerra civil com

tem  
mes.  
e ao  
natu  
valo  
naçã  
fina  
inde  
-mã  
xar.  
  
poet  
ante  
outr  
bro  
vect  
men  
text  
via  
nida  
Arq  
130  
poét  
pass  
perc  
gran  
épico  
ano  
cont  
sacr  
riqui  
sang  
nont  
nelo  
do n  
sujet  
Amé  
lumi  
lingt  
com  
hom  
bran  
alier  
novo  
pativ  
vida  
para  
-dig  
-pov  
espe  
inúm  
ram  
  
Ago  
  
men  
dade

um saldo de quase um milhão de vítimas. Numeiry tinha recebido, nesses dias, uma carta de 17 dirigentes sulistas que se opunham à intenção governamental de fragmentar a região autónoma. (A autonomia do sul foi a fórmula encontrada para pôr fim à guerra civil graças a um acordo firmado em Addis Abeba em 1972). Nela, esses dirigentes anunciavam a criação de um Conselho de Unidade do Sul do Sudão, com o propósito de enfrentar o projecto de divisão da região em três áreas autónomas, o que debilitaria o seu peso diante do governo central de Cartum.

Com um custo de três mortos e muitos feridos, foram reprimidas as manifestações em Juba, capital do sul; cinco dos subscritores do acordo foram detidos.

Num clima de instabilidade política e sob o impacto da morte de Sadat, o general Numeiry dissolveu a Assembleia Nacional (Parlamento), o governo da região sul e a Assembleia do sul, nomeando o major general Gosmallah Abdalla Rasas como governador da região meridional.

#### A rectaguarda egípcia

Neste quadro, Numeiry necessitaria mais do que nunca do apoio de seu aliado, Anwar el Sadat. Ele ajudara-o a manter-se no poder face aos levantamentos populares que, em 1971 e 1972, enfrentaram a traição do presidente sudanês aos postulados nasseristas com os quais havia justificado o golpe de Estado que o levou ao poder em 1969. Em 1975 e 1976, foi também decisivo o apoio egípcio para frustrar várias tentativas golpistas da oficialidade nacionalista, que contaram com amplo apoio popular e serviram de desculpa para amplas depurações nas forças armadas.

Naqueles difíceis anos para o chefe de Estado sudanês, de novo Sadat foi em seu auxílio, tendo ambos firmado um Pacto de Defesa Mútua mercê do qual há actualmente 15 mil efectivos egípcios em território sudanês, executando tarefas repressivas juntamente com a polícia de Numeiry. Também egípcia é a guarda pessoal do presidente. Na

opinião dos opositores, «Numeiry já não confia nos seus compatriotas, a tal ponto que prefere ter a sua vida mais íntima sob custódia dos soldados egípcios.»

Porém, apesar das depurações e dos fuzilamentos, Numeiry não pôde evitar uma nova tentativa de golpe em 1981, frustrado por um delator.

A 26 de Janeiro desse ano, Numeiry exonera subitamente o general Abdal Majed Khalis dos seus cargos de vice-presidente, ministro da Defesa, comandante chefe das Forças Armadas e secretário-geral do partido único do Sudão, União Socialista (oficial). A medida foi interpretada nos círculos políticos do Médio Oriente como a mais séria depuração nas fileiras do exército, pois além da importância do próprio general Majed Khalis a sua destituição foi acompanhada pela destituição de 22 oficiais que foram forçados a passar à reserva. Segundo o jornal *Al-Nahar*, a acção de Numeiry destinou-se a conjurar uma nova tentativa de golpe de Estado originada no exército. «Numeiry vive a solidão do poder e depois do atentado que matou Sadat, tem os seus dias contados», é o que acham alguns opositores ao regime, entre-



Numeiry: um especialista em sobreviver a tentativas de assassinatos e Golpes de Estado

vistados recentemente por **cadernos do terceiro mundo**.

Na opinião dos líderes oposicionistas exilados, «o exército sudanês sente-se orgulhoso da sua origem camponesa e popular. Nunca apoiou totalmente Numeiry na sua guinada de oposição ao nacionalismo árabe. Rebelou-se quando o presidente sudanês apoiou as negociações de Camp David e sentiu-se ferido quando Gaafar Numeiry introduziu no país as tropas egípcias para conterem as rebeliões populares que as forças armadas sudanesas não queriam reprimir». Esse exército sofreu uma dura repressão interna e sentir-se-ia humilhado pelo isolamento do seu país no contexto árabe e africano.

Subordinado à política do Egipto, o Sudão ofereceu também facilidades militares aos Estados Unidos. Naquele momento, o diário *Al Rai Al Aam*, do Kuwait, comentou: «Numeiry está praticamente a pedir aos norte-americanos que ocupem o país.»

E Washington não ficou insensível diante de tanta demonstração de servilismo. Cem milhões de dólares em assistência militar e outro tanto em ajuda económica devem chegar a Cartum no decorrer deste ano.

O Sudão passou a ser usado como ponta-de-lança das agressões e provocações contra a Líbia. Em Outubro passado, apesar de todos os levantamentos populares, Gaafar Numeiry encontrou condições para enviar tropas para a fronteira comum com aquele país. Certamente que, para além de servir a campanha de Washington contra o regime nacionalista de Kadhafi, Numeiry via nessas provocações fronteiriças uma forma de desviar a atenção nacional dos graves problemas internos.

#### A época pós-Sadat

Depois das primeiras incertezas, foi-se tornando claro — no mundo árabe tal como a nível internacional — que o presidente egípcio Hosni Mubarak só introduziria diferenças de matiz na política interna e externa do seu país.

Para dissipar qualquer dúvida, num dos seus primeiros actos como presidente, Mubarak enviou o ministro dos Negócios Estrangeiros Kamal Hassan a Cartum, com uma carta confidencial para Gaafar Numeiry.

Os Estados Unidos também se pronunciaram rapidamente, comentando que o atentado contra Sadat confirmava a importância estratégica do Sudão para a política de Washington. E entre os primeiros compromissos para 1982 da carregada agenda do ministro da Defesa egípcio, general Abdel Halim Abu Ghazala, figurava a visita oficial ao Sudão com o objectivo de «consolidar a cooperação militar entre os dois países». Ghazala não se limitou a uma estadia protocolar mas visitou, também, várias guarnições sudanesas acompanhado de uma delegação de oficiais egípcios de alta patente.

No mês de Dezembro, já havia estado em Cartum o primeiro vice-presidente e comandante das forças armadas egípcias, o general Abdul Majid Khalid.

Em 1982, as manifestações começaram cedo, inicialmente nos meios estudantis. A 5 de Janeiro, Gaafar Numeiry fechou todas as escolas do país «para proteger os bens e manter a ordem»; a 8 de Janeiro, fechou definitivamente a Universidade Nacional. Nesse mesmo dia, confrontamentos de rua em Cartum, terminaram com um civil morto, sete polícias feridos — um deles, gravemente — um estudante ferido a tiro e 65 detidos, entre eles, 50 estudantes.

A 13 de Janeiro, as manifestações iniciadas na capital tinham-se estendido a todo o país, com distúrbios nas cidades meridionais de Juba e Au, assim como nas de Porto Sudão, Merawi, Atraba, Madani, Hosty e Rufaa, ao norte; motins e pilhagens por toda a parte. Osul, agitado pelo conflito regional, junta-se às rebeliões contra as medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional.

A 14 de Janeiro, produziram-se 30 mortes na cidade meridional de Malakal, mais quatro em Rufas e

Com Sadat, a «retaguarda egípcia» apresentava-se mais forte para Numeiry



duas em Karima. A 16 de Janeiro, noticia-se outra tentativa de golpe de Estado. Numeiry teria escapado, embora ferido por dois tiros, segundo a agência líbia Jana. A situação apresentava-se tensa nas fileiras do exército. Oficialmente, nada disso é reconhecido, mas as agências de notícias falam de profundas divergências entre os comandos militares.

A 17 de Janeiro, o presidente Numeiry — talvez para desmentir as notícias sobre o atentado — convoca os homens de negócios e políticos do país para «analisarem juntos os graves acontecimentos», nos quais — segundo a versão oficial — «comunistas e membros do clandestino Partido Baas (o ramo sudanês desse partido pan-árabe que governa a Síria e o Iraque) manipularam estudantes e procuraram mobilizar o povo para derrubar o governo». No entanto, o diálogo proposto era limitado: não se discutiria a política económica, porque ela «é imodificável».

### O que mudou em 1982

Numeiry é especialista em sobreviver a tentativas de assassinato e golpes de Estado. Isso talvez o leve a confiar demasiadamente na sua boa sorte.

Ele aplicou a política monetarista em 1978 e conteve as manifestações populares. Apoiou Sadat na sua arriscada política da aliança com Israel e sufocou as rebeliões dos jovens oficiais. Abriu o país à estratégia militar de Washington para a região e é protegido pela guarda pretoriana enviada por Sadat. Aparentemente, nada tem a temer.

No entanto, como político realista que é (ou não teria sobrevivido tanto), Numeiry não ignora que a posição de Mubarak no Egipto não

estará muito sólida enquanto o Cairo insistir na estratégia de Camp David, rejeitada amplamente pelas massas árabes. Por outro lado, no plano interno, a actual situação do Sudão é muito diferente da de 1978. Naquele ano, Numeiry pôde impor a política do Fundo Monetário porque contava com a trégua e o clima de distensão política criado pela amnistia parcial que ele concedeu em 1977, no chamado «processo de reconciliação nacional».

Hoje, a oposição está novamente na semi-clandestinidade, sob a direcção de Sherif-el Hindi, presidente da Frente Nacional Sudanesa. Em torno da Frente, formalizou-se uma aliança oposicionista que, segundo porta-vozes daquela coligação, alcançaria 80% dos votos numa eleição realmente democrática, tendo a Frente Nacional Sudanesa reconhecido que está a coordenar as suas acções com a Frente Nacional Egípcia, encabeçada pelo general Chazli. O facto das oposições egípcia e sudanesa terem começado a trabalhar em conjunto dará, sem dúvida, uma maior efectividade à luta política em ambos os países.

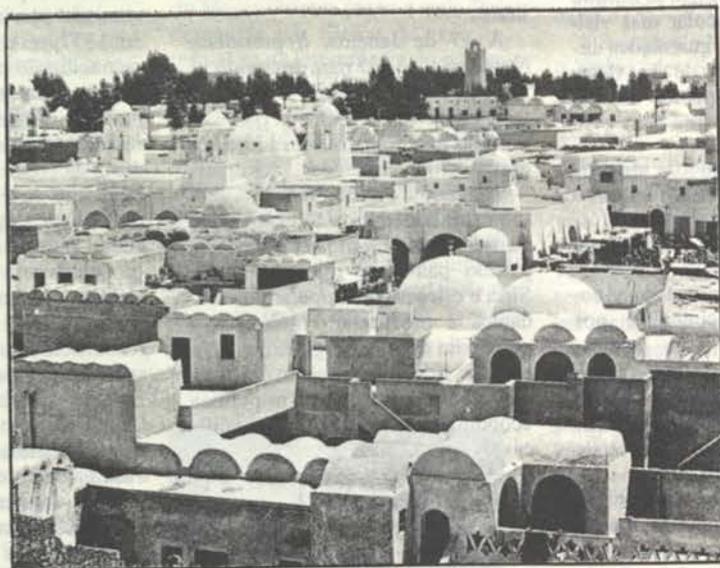
Nos últimos anos da década de 70, os partidos oposicionistas ainda tinham a ilusão de mudar o regime a partir de dentro. Agora, declaram na sua plataforma política que só a queda de Numeiry poderá levar o país a um regime democrático e ao restabelecimento dos direitos individuais.

Todos esses elementos, a que se junta o desgaste natural de um regime de força com mais de 13 anos de exercício de um poder ditatorial num país com forte tradição nacionalista (que vem dos 50 anos de luta contra os ingleses), levam a pensar que Numeiry vai precisar de uma boa dose de sorte nos próximos tempos. □

## FLN altera política económica

*O Comité Central da Frente de Libertação Nacional (FLN) decide incentivar o investimento privado dentro do planeamento económico nacional, embora mantendo a hegemonia do sector estatizado*

Said Madani



**A**S resoluções da sexta sessão bienal da Frente de Libertação Nacional (FLN) indicam uma importante modificação de direcção na política económica da Argélia, já que abrem um maior espaço ao sector privado.

Essa a conclusão que se pode extrair dessa importante reunião, concluída a 24 de Dezembro passado. Embora, à primeira vista, se trate de um conjunto de decisões aparentemente contraditórias, o Comité Central da FLN aprovou uma resolução no sentido do governo implementar uma política orientada para o estímulo e a orien-

tação das empresas privadas, que passarão agora a desenvolver as suas acções num quadro definido, para além de disporem de diversas garantias. Nesse sentido será estabelecido um novo código de investimentos e criada uma «instância nacional». Ambas as iniciativas apontam para o mesmo objectivo: o de incentivar, no quadro do planeamento nacional, os investimentos privados. A nova definição do sector privado é a seguinte: «não será um substituto do sector público nem um seu competidor, mas sim o seu complemento». No entanto, ao mesmo tempo que eram aprovadas

estas novas resoluções sobre política económica, afirmava-se a necessidade de «consolidar e ampliar o lugar estratégico que o sector socialista deve ocupar como instrumento determinante da administração e organização da economia e como motor fundamental do desenvolvimento económico e do progresso social».

Dai que a generalidade dos observadores considere que é imprescindível entrar em linha de conta com um factor tão importante em África o tempo; na realidade, para apreciar as mudanças e avaliar de que forma

tem  
mes  
e ao  
natu  
valo  
naçã  
final  
inde  
-mã  
xar.

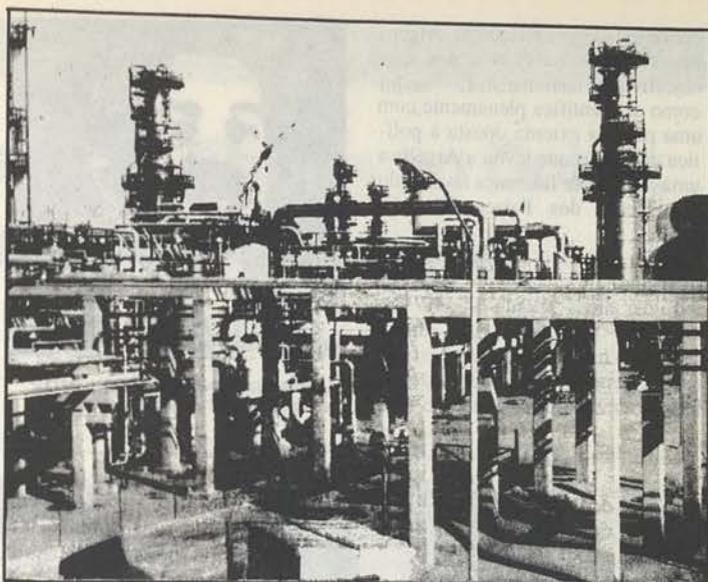
poet  
ant  
outr  
bro  
vect  
men  
text  
via  
nida  
Arq  
130-  
poét  
pass  
perc  
gran  
épic  
ano  
cont  
sacr  
riqu  
sang  
nont  
nelo  
do m  
sujet  
Amé  
lumi  
líng  
com  
hom  
bran  
alien  
nova  
pativ  
vida  
para  
-dig  
-pov  
espe  
inúm  
ram

Ago

men  
dade



O presidente Benjedid (em cima à esquerda) tem-se mostrado um apaziguador das diferentes tendências no seio da FLN e um defensor intransigente das conquistas da Revolução



estas afectarão o modelo económico actualmente vigente, haverá que aguardar até serem conhecidas as modalidades de aplicação das directrizes recentes. E embora estas permitam uma maior e mais estável participação da empresa privada, há que contar que no âmbito do partido único e do governo argelino coexistem diversas alas que apresentam concepções diferentes sobre o papel que empresários privados e Estado devem desempenhar. Há mesmo quem interprete a alusão à importância que continuaria a caber ao sector socialista como uma concessão aos partidários da supremacia estatal dentro de um importante pacote de resoluções que, no geral, favorece as posições da ala defensora de uma relativa liberalização da economia.

#### Os afastados do Comité Central

Actualmente, o sector estatal argelino é responsável por quase dois terços do Produto Nacional Bruto (PNB). Consequência de um sistemático avanço da esfera estatal, nomeadamente com a implementação do programa de reforma agrária e, a partir de 1971, quando o governo do falecido Houari Boume-

diene lança as bases da socialização económica que leva à nacionalização de importantes sectores, entre eles o do petróleo. Apesar disso, os sectores privados conservam mais de um terço do PNB, mantendo posições relevantes na agricultura, construção, comércio, serviços e artesanato, assim como em alguns ramos industriais, particularmente o têxtil e o de calçados.

O homem que, sob a presidência de Boumedienne, personificou essa orientação foi Belaid Abdesselam, ex-ministro da Indústria e Energia, que acaba agora de ser suspenso como membro do Comité Central da FLN por vontade expressa da maioria dos seus 200 membros. Não obstante a sua queda ser atribuída às acusações de corrupção administrativa que sobre ele pesavam, não deixa, contudo, de constituir um duro golpe para os adeptos da economia de Estado, cujo expoente máximo foi sem dúvida Abdesselam. Os que argumentam que essa sanção se deve apenas à moralização — uma das grandes bandeiras do presidente Chadli Benjedid, que parece na realidade decidido a aplicá-la a fundo — lembram que Abdesselam tinha sido afastado da administração pública imediatamente após a morte de Boumedienne e as-

sinalam que, juntamente com ele, foi também suspenso Abdelaziz Bouteflika, um dos líderes da tendência liberal, em oposição à estatizadora. Bouteflika, de 43 anos de idade, foi na sua época o mais jovem dos ministros de Negócios Estrangeiros do mundo, cargo que manteve durante 15 anos. Os que assim interpretam estas e outras sanções pessoais afirmam ainda que, após terem sido afastados do Comité Central, Bouteflika, Abdesselam e outros ex-funcionários de alto nível poderiam ser submetidos a processos por irregularidades administrativas.

#### A linha centrista

Certo, porém, é que após esta sessão do Comité Central ficou consagrada a hegemonia do centrismo nacionalista, a tendência mais importante dentro da FLN (onde existe também uma tendência da esquerda marxista dividida num mosaico de diversas tendências). Linha centrista que, refira-se, dentro do leque revolucionário da FLN, encarnada por Benjedid e contando com apoio decisivo nas Forças Armadas, teve êxito em acalmar as divergências entre os diferentes sectores da sociedade e do partido. Ela defende a

tem  
mess  
e ao  
natu  
valo  
naçã  
final  
inde  
-mã  
xar.  
poet  
ante  
outr  
bro  
vect  
men  
text  
via  
nida  
Arq  
130-  
poét  
pass  
perc  
gran  
épico  
ano  
conf  
sacr  
riqu  
sang  
nont  
nelo  
do m  
sujet  
Amé  
lumi  
líng  
com  
hom  
bran  
alien  
nova  
patív  
vida  
para  
-dig  
-pov  
espe  
inúm  
ram

continuidade em relação às origens insurreccionais da FLN e dos seus objectivos nacionalistas, assim como se identifica plenamente com uma política externa oposta à política de blocos que levou a Argélia a uma posição de liderança no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Eram crescentes as críticas a uma direcção política que, nos anos anteriores, havia levado a cabo um estatismo acelerado, cuja implementação foi considerada pouco eficaz e causadora de muitos dos problemas de produção que hoje essa



Abdelaziz Bouteflika, um dos agora afastados do Comité Central da FLN

nação da África do Norte enfrenta. E com esperança em aumentar a produtividade que as políticas agora delineadas apontam para o estímulo do sector privado, ainda que se preveja que elas não deverão afectar os sectores-chave e estratégicos do domínio do Estado, já que se trata de um património da revolução que é compartilhado por todos os expoentes nacionalistas. Apesar de tudo, inicia-se uma nova etapa económica cujos contornos seguramente demorarão a definir-se e que será objecto de delicados equilíbrios e compromissos no interior da FLN. □



As nossas publicações **cadernos do terceiro mundo** tiragem mensal de 90.000 exemplares e **guia do terceiro mundo** edição anual com cerca de 50.000 constituem pela difusão que conhecem e pelas animadoras perspectivas de expansão um veículo publicitário fortemente actuante.

Ago

## Dos «fantasmas líbios» ao Golan, passando pela Polónia

Neiva Moreira

**A** TÉ à véspera da crise polaca, o que estava em moda na Casa Branca eram os «terroristas líbios» que, tal como «à boa maneira» das séries da televisão norte-americana, se haviam infiltrado no país para matar Reagan. Não importa que os buracos de bala no corpo do presidente dos Estados Unidos não tenham sido feitos por atiradores árabes, mas por um norte-americano de nome, por sinal, bem inglês.

Com a fantasiosa novela do «complot líbio», o objectivo era outro: criar o suspense em torno de uma aparente ameaça de atentado para desviar a atenção da realidade interna, cada vez mais complicada e adversa aos planos da administração republicana. De passagem, forjava-se um clima internacional de suspeita contra a revolução líbia e o seu líder coronel Muammar Kadhafi, que tem tido a coragem de não transigir com os seus princípios, mesmo desafiando o poderio norte-americano.

A história do «comando suicida» caiu rapidamente no descrédito e mesmo no ridículo. A entrevista de Kadhafi à televisão norte-americana teve o efeito contrário ao esperado pelos que a planearam. O líder líbio desmontou com veemência e sarcasmo as fantasias do misterioso «atentado». Deixou o governo norte-americano entre dois fogos: ou apresentava as provas, o que não fez porque não as tinha, ou sua acusação perdia a credibilidade pública, o que acabou por acontecer.

### Informação e desinformação

A situação interna da Polónia entrou em ebulição quando nos Estados Unidos, a história dos «líbios infiltrados» já não dava para mais. Chegou na hora exacta, o que explica a formidável montagem da propaganda em torno do que se passava e até mesmo do que não se passava na Polónia. O comportamento dos meios de comunicação do mundo capitalista em face dos acontecimentos polacos dá para um livro — que seria bom fosse escrito pelos especialistas em-

penhados numa Nova Ordem Informativa Internacional — para que se possa analisar, sobre os dados, até onde, nos dias actuais, vai o poder da propaganda.

As notícias sobre a Polónia eram difundidas com tal velocidade que não deixavam sequer tempo ao menor raciocínio, já não diria sobre a veracidade, mas tão somente sobre a lógica dos acontecimentos.

Um dia, Lech Walesa estava preso e, «apesar do sigilo, sabia-se que estava sendo torturado». No dia seguinte, já «desaparecera». Porém, o enviado do Papa, monsenhor Poggi — que, pelo posto que ocupa de principal conselheiro do secretário de Estado do Vaticano, não deve ser muito amigo dos comunistas — desmentiu a informação. Segundo ele, Walesa, estava bem, e embora com residência fixa, recebia visitas e ouvia missa. Mas a propaganda não descansou um só minuto. Lançou, logo, o *flash* de que o líder do Solidariedade estava em greve de fome e, «segundo uma fonte confiável», havia tido um enfarte.

O bloqueio dos teletipos parecerá haver legitimado um certo tipo de notícias, extremamente confusas mas capazes de sensibilizar as pessoas desprevenidas. Eis uma dessas notícias: uma velhinha, entrevistada por um correspondente, embora pedindo que o seu nome não fosse citado, assegurou que dois soldados polacos que com ela falaram, tinham um tal sotaque russo que não deixava qualquer dúvida, eram do exército soviético, disfarçados de polacos. Ou essa outra: um sueco que chegou à Noruega no «último barco» (um detalhe convincente), disse (sempre pedindo reserva sobre a sua identidade) que um holandês seu conhecido que acabava de regressar de Gdansk, soube por um francês amigo de um operário dos estaleiros «Lenine» (importante dar a localização do «facto») que a soldadesca do general Jaruzelski estava a massacrar os trabalhadores.

Ainda é cedo para ter uma avaliação correcta do que se está a passar realmente na Polónia. Isso não significa que a crise que ali se desenvolve não seja grave e que, no meio da propaganda, não haja notícias verdadeiras. Como não poderá ser grave uma situa-

ção em que operários, que se definem como socialistas, se levantam em greve contra um governo que também se proclama fiel ao socialismo? É evidente que, quando isso ocorre, há algo de errado que deve ser combatido e corrigido.

### Manter as conquistas

Tanto o general Jaruzelski como os dirigentes do partido que emitiram opiniões recentes insistem em que as conquistas de democratização do regime, pelas quais lutaram tanto o Solidariedade como as próprias bases do Partido Operário Unificado Polaco (POUS) serão mantidas e aprofundadas. Em várias oportunidades, eles acentuaram que na nova Polónia há campo para a actuação dos sindicatos independentes e que o desafio imediato era evitar a guerra civil, salvar o país do caos económico e depurar as próprias fileiras de um partido que viu parte da sua cúpula corroida pela prepotência e a corrupção. Não se sabe ao certo quantos dirigentes comunistas foram presos, mas conhecem-se 100 nomes da alta hierarquia do partido e da administração que compartilham as prisões com activistas sindicais que o regime considerava empenhados numa transformação política mas numa conspiração para derrubá-lo.

Nesse quadro, não poderão restar dúvidas de que o Solidariedade foi um factor no esforço de muitos em favor da participação e da democracia interna, que são a essência do socialismo e devem ser condição para a sua realização plena. Embora as agências noticiosas ocidentais omitam esse dado, conhece-se que grande parte dos seus associados se proclama socialista e reivindica uma economia autogestionária que, por essência, deve ser anticapitalista. Uma pesquisa no Solidariedade, pouco antes da crise, revelou que a esmagadora maioria dos seus membros optava pelo socialismo.

Com certo optimismo se pode então adrihtir que as forças políticas e sociais maioritárias e as mais representativas que participam dessa complexa etapa da vida polaca se empenham e se batem pelo socialismo. No actual contexto, parece afastada a possibilidade de que a Polónia retroceda ao capitalismo agrário da pré-guerra ou mesmo ao capitalismo «modernizante». Esse tempo passou.

Naturalmente que a análise da situação polaca — as causas da actual crise e suas projecções presentes e futuras — não poderá ser feita no clima passional e com a precariedade de elementos que resultam da proximidade dos factos e do estado de emergência. Mas

um dado fundamental é já evidente: não houve a intervenção militar soviética, desejada e sonhada pelos Estados Unidos.

Seria ingénuo idealizar a União Soviética distante dos acontecimentos que se desenrolam na Polónia. Este país é, hoje, uma fronteira geoestratégica vital à segurança do campo socialista do mesmo modo que o foi para a Rússia dos czares. E não terá sido por outra coisa o empenho dos Estados Unidos em vulnerar, primeiro politicamente e, depois, militarmente, uma barreira cuja superação lhe permitiria alcançar o próprio coração do dispositivo defensivo do bloco socialista.

Daí que se possa concluir, com um exame mesmo superficial do comportamento do governo norte-americano neste episódio, que a estratégia da Casa Branca foi traçada a partir da certeza da invasão soviética. Se há hoje um sector frustrado e decepcionado com o facto de os tanques soviéticos não terem entrado na Polónia, este será o grupo belicista da Casa Branca, do Departamento de Estado e do Pentágono. O pacote de medidas económicas adoptado por Reagan contra a URSS confirma essa interpretação. É uma decisão destinada a demonstrar que a crise polaca não é um assunto interno da Polónia, mas um problema especificamente soviético e que a URSS, e não o regime de Varsóvia é que deve ser punida pelo que ocorre naquele país.

Apesar das pressões de Washington, os seus aliados ocidentais e o Japão têm resistido em dar o seu apoio às sanções. O destino dessas represálias será ficarem sem efeito ou serem tão amenizadas que se tornarão inócuas. Porque se fossem levadas a sério, sem a participação da Europa Ocidental e o Japão, os efeitos negativos sobre a URSS seriam mínimos. Porém, em contrapartida, teriam consequências muito graves para sectores poderosos da indústria norte-americana. A perda do mercado soviético agravaria a recessão nos Estados Unidos e geraria mais desemprego. Por outro lado, abriria aos competidores japoneses (em rápida ocupação do mercado internacional) e aos europeus as grandes encomendas soviéticas.

### Entre a irracionalidade e o interesse

Porque agiu assim o sr. Reagan? Em primeiro lugar, não se pode desconhecer que há uma forte dose de irracionalidade no comportamento da sua administração. Quando uma pessoa, uma instituição ou um

temp  
mess  
e ao  
natu  
valo  
naçã  
final  
inde  
«mã  
xar.

poet  
ant  
outr  
bro  
vect  
men  
texto  
via  
nida  
Arq  
130-  
poét  
pass  
perc  
gran  
épico  
ano  
conf  
sacr  
riqu  
sang  
nont  
nelo  
do n  
sujet  
Amé  
lumi  
língu  
com  
homo  
bran  
alien  
novo  
pativ  
vida  
para  
«dig  
«pov  
espe  
inúm  
ram

Ago

men  
dade

## Mahmud Darwish

Estado é «anti» já tem, à partida, muito condicionado o seu campo de acção. E Reagan é, essencialmente, «anti»: anti-soviético, anti-socialista, anti-movimentos de libertação, anti-trabalhadores. Estará assim dependente do que faça de bom ou de mau a URSS para que, tendo que ficar contra, saiba como vai proceder. É possível que Reagan não tenha tido condições de se libertar dessa engrenagem perigosa. O que é um risco, pois hoje serão represálias económicas, amanhã poderá ser a guerra.

No entanto, há hoje um certo consenso de que as sanções anti-soviéticas têm uma explicação para além da mera irracionalidade. O objectivo final seria o sistema de gasodutos que a URSS vem construindo, e que, quando pronto, abastecerá cerca de 30% do gás dos países do Mercado Comum Europeu. A pressão de Reagan para que os alemães e japoneses não entregassem as máquinas e os tubos já vendidos teria essa explicação. Do mesmo modo, certa tecnologia de ponta cuja venda está atada aos contratos.

O argumento dos norte-americanos é aparentemente lógico mas não é real. Para a sua estreita visão das relações internacionais, os aliados ocidentais comprometeriam a sua segurança dependendo do combustível dos Urais. Ora, grande parte do sul dos Estados Unidos consome o gás argelino. Por outro lado, os poços de petróleo soviéticos não estarão mais «seguros» para os europeus do que os poços árabes – dos quais os EUA recebem mais da metade do petróleo que importam – e que estão ao alcance das represálias palestinas, em caso de uma guerra total.

### A crise de amor pelos polacos

Há um aspecto nessa súbita «crise de amor» do sr. Reagan pelos direitos operários na Polónia, que deve ser considerado. Não terá havido nos Estados Unidos um governo mais anti-operário que o actual. É recente a brutalidade com que foi reprimida a greve dos controladores de voo, quase todos sumariamente despedidos. Mais de 300 mil trabalhadores – grande parte eleitores republicanos – desceram às ruas para protestar contra as medidas do governo que afectavam direitos que a classe havia conquistado no começo do século.

Mas não foi só o sr. Reagan. Governos patronais como o da sr.<sup>a</sup> Thatcher na Inglaterra passaram a defender na Polónia o que negam aos trabalhadores dos seus países. No Brasil, autoridades – que aquiesce-

ram na condenação de líderes operários de São Paulo simplesmente porque dirigiram uma greve geral – e meios de comunicação que aprovaram essa flagrante injustiça, ou silenciaram convenientemente, todos estão agora em luta pelos direitos operários... mas na Polónia. E que dizer da greve de apoio ao Solidariedade, decretada (e fracassada) pelos partidos de direita do Panamá, pelo Conselho Nacional da Empresa Privada e o Sindicato de Indústrias, gente sabidamente reaccionária e anti-operária?

E que dizer da política norte-americana com os *chicanos* (mexicano-norte-americanos) os porto-riquenhos, os negros, perseguidos e discriminados nos Estados Unidos? Quando a crise polaca estava no auge, 795 haitianos estavam presos e em greve de fome em Forte Allen, em Porto Rico, como desesperado protesto contra o facto de emigrados políticos terem sido confinados num campo de concentração sem mínimas condições de vida digna. Nos Estados Unidos, 150 mil trabalhadores latino-americanos, 115 mil dos quais mexicanos, já viram a sua expulsão decretada pelo serviço de imigração desse país.

E como encararão essa política farisaica da Casa Branca os cubanos, granadenses e nicaraguenses ameaçados permanentemente de invasão e vítimas de um injusto bloqueio económico? Se Washington defende a autodeterminação dos polacos, por que não faz o mesmo com os salvadorenhos, 30 mil dos quais morreram o ano passado lutando pela autodeterminação que os norte-americanos negam? Como considerar sério que se exija que os soviéticos «deixem os polacos em paz» quando os Estados Unidos mantêm mais de 2.000 bases espalhadas pelo mundo quase todas destinadas a vigiar e a ameaçar a União Soviética?

É evidente que esta não é a posição dos que, mesmo nos Estados Unidos, como na Polónia e no mundo, lutam pela liberdade dos povos, mas de todos os povos e não apenas de uma parte deles.

### Golan: um acto de gangsterismo

No meio da crise polaca o sr. Begin decidiu ocupar as colinas do Golan (ver editorial) alegando puras razões militares. Foi um acto de gangsterismo internacional que violou todas as regras da convivência entre os povos, as leis da guerra e desafiou a consciência do mundo.

Para o seu golpe, Begin aproveitou uma dupla oportunidade. Primeiro, enfermo, com uma fractura no fémur, imaginou que ninguém poderia pensar que, da

sua cadeira de rodas, estivesse a maquirar a incorporação daquele território árabe sírio. Segundo, sabia bem, que, metida na crise placa, a Casa Branca limitar-se-ia a gestos simbólicos de protesto vazio contra a ocupação do Golan.

O cálculo de Menahem Begin estava correctíssimo. O governo norte-americano reagiu verbalmente ao acto de pirataria anti-Síria, aprovando no Conselho de Segurança uma moção que, para não ser vetada, já havia sido previamente adocicada, de maneira a neutralizar os seus efeitos práticos. Também adiou a vigência do pacto de assistência recíproca com Israel, uma iniciativa de escasso valor objectivo, pois, com ou sem tratados, os Estados Unidos são o suporte político, financeiro e logístico e o verdadeiro arsenal de Israel.

Paulo Francis, correspondente da «Folha de São Paulo» nos Estados Unidos, escreveu a propósito: «A fúria de Reagan contra a violência polaca é curiosamente contrastada com a brandura que descreve a última aventura imperialista de Israel, a anexação do Golan sírio, já condenada por 15 a zero no Conselho de Segurança da ONU, seguido da suspensão do acordo estratégico EUA-Israel, que só existia no papel. Reagan, na mesma entrevista em que chamou os russos de 'vagabundos covardes' teve a cara-de-pau de dizer que apesar da anexação do Golan, o processo de paz Médio Oriente está em curso. É Cómico».

Os árabes não se iludem sobre a falta de seriedade com que a Casa Branca se opõe ao acto de Begin, considerando a sua posição um mero expediente para «uso externo», necessário para cobrir a difícil situação em que ficou o governo egípcio de Mubarak. O jornal *Al Bayan*, de Dubai, no Golfo Árabe, classificou de «farsa» os protestos de Reagan. Em editorial, o *Al Fajr*, diário de Abu Dhabi, capital dos Emiratos Árabes, foi mais incisivo: «A declaração de condenação a Israel emitida pelo governo norte-americano é somente uma peça teatral similar à que apresentou quando Israel bombardeou a central nuclear do Iraque em Junho passado». E acrescentou: «Os Estados Unidos não poderiam opôr-se ao plano israelita porque ele é parte do plano de colonização mundial que se desenvolve para a exploração predatória da riqueza da região árabe».

O diário árabe tem razão. Seria ingénuo pensar que os Estados Unidos são uma coisa e Israel outra. Naturalmente que há «nuances» nos objectivos estratégicos de cada um, mas é muito mais sólido aquilo que os une do que aquilo que os separa. A Casa

Branca não deve estar empenhada em estabelecer um *Eretz Israel* (do Eufrates, ou seja, do Iraque, ao Nilo, o que quer dizer Egipto). Do ponto de vista económico e militar, do mesmo modo que Begin considera aquela área seu campo de expansão, Washington actua como se a mesma fosse o seu *lebensraum*, ou seja, o seu espaço vital. No fim, dá no mesmo, pois só através da substituição do domínio árabe da região pela implantação israelita seria possível a consecução desses ambiciosos objectivos.

### Mais do que a retórica

Será que, além da retórica verbal, os árabes não entenderão o que os espera e o que devem fazer para mudar o destino do projecto imperialista para a região?

Na verdade, importantes avanços se registaram desde que foi derrubada a monarquia do rei Faruk pelo movimento dos capitães de Nasser, e um novo surto de nacionalismo árabe, apoiado em grandes riquezas económicas, vem despertando as massas árabes e mudando, inclusive, a fisionomia política de alguns governos.

Mas esses avanços estão aquém do que seria necessário para enfrentar os perigos que rodeiam a nação árabe no seu conjunto. O facto de a Casa Branca ter entre os árabes, a quem combale, aliados como a Arábia Saudita, Marrocos ou o Egipto, é uma contradição fundamental, que debilita os esforços de unidade.

O bombardeamento do reactor iraquiano e, agora, a incorporação do Golan, estão a provocar alguns movimentos unitários que abrem aos árabes uma nova esperança. O reatamento das relações entre Líbia, Iraque e Arábia Saudita é o fruto dessas novas realidades, mas seria esperar muito que os sauditas possam ir mais além que algumas concessões em favor da luta unitária contra Israel. Mas a verdade é uma só: enquanto houver árabes que acreditem poder ser inimigos de Israel e sócios das empresas norte-americanas, a unidade será aparente e não terá força para criar uma sólida frente de confrontação com os inimigos da causa árabe.

O fundamental, no turbilhão da propaganda dirigida, é não perder a perspectiva da luta fundamental. Nos mapas escolares, Trípoli, a capital da Líbia, está longe das alturas do Golan, como Manáqua parece muito distante de Varsóvia. Mas quando se consegue olhar sem os condicionamentos da propaganda, pode-se ver que todos estão mais perto uns dos outros do que aquilo que realmente parece. □

## Mahmud Darwish, a poesia num pedaço do inferno

*Um dos mais importantes poetas palestinos da actualidade conta porque escreve e como faz da sua arte uma arma política*

**N**ÃO sei porque escrevo. Acho que continuo a fazer poesia porque sinto que através do que escrevo me torno um homem livre. Para mim, escrever é uma forma de me libertar. Em geral os escritores escrevem por razões egoístas, para provarem a si próprios que têm o direito de existir. Se escrevo, logo existo, pensam muitos deles».

Mahmud Darwish, palestino, exilado, 39 anos, consagrado no seu país e no exterior, enquanto se entrevistava com os *cadernos do terceiro mundo*, pensava no seu actual país, o Líbano, de onde chegavam notícias angustiantes sobre atentados e combates. Ele acabava de fazer uma viagem pela América Latina, enquanto na sua terra aumentavam os síndios de um recrutamento das hostilidades militares. A todo o momento, a dura realidade do Líbano misturava-se com as questões literárias.

«Estamos a viver em cima de um vulcão. A guerra está em toda a parte. Já não existem mais espaços para nós, os civis, no Líbano. A vida tornou-se um campo de batalha. Eu, por exemplo, sou editor de uma revista de poesia e literatura, onde publicamos pequenos contos, entrevistas e artigos literários. Mas diga-me sinceramente, acha possí-

*...«Decidi arriscar  
o meu destino  
e a minha sorte.  
Resolvi ser poeta  
e lutar com a  
minha arma, a poesia»*

vel editar poesia debaixo de bombas?

«Desejo confessar que na minha poesia nunca incentivei a luta armada. Mas ela reflecte uma relação orgânica entre o homem e o seu mundo. O meu país é um pedaço do inferno, com a sua população martirizada, presa ou violentada. Nestas condições, a expressão poética desta realidade torna-se muito forte e até mesmo próxima do sofisma. O leitor encontrará nesta forma de descrever a realidade palestina, um acto de amor ao meu povo. Eu sou a multidão numa só voz. Na Palestina, ninguém está longe do fogo e da guerra».

### A poesia como arma

Mahmud explica que a sua poesia

se baseia em regras clássicas e em formas musicais antigas, mas com uma estrutura moderna. «Estudei intensivamente inglês, francês, grego e espanhol, lendo textos de poesia moderna. Depois propus-me integrar todos os elementos recolhidos nos poetas desses idiomas para chegar a uma combinação!»

Mahmud acha difícil catalogar os seus poemas por assuntos ou temas. «Mesmo quando falo de economia, faço os números dançarem», diz ele. «Porque o mais importante da minha poesia é a musicalidade. Trabalho com fórmulas muito clássicas, embora a poesia actual seja sumamente livre».

*Quais os poetas da língua espanhola de que se sente mais próximo? E em francês ou inglês?*

— Sem dúvida de Garcia Lorca, Rafael Alberti, António Machado e Pablo Neruda. Em francês, de Paul Éluard, e em inglês, de T.S. Elliot. Publiquei três livros em prosa. Um é uma espécie de autobiografia da minha geração. A minha experiência foi toda ela colhida sob a ocupação israelita. Este livro foi algo muito especial. É talvez muito mais rico do que a minha poesia, porque tem mais força dramática. É algo que não posso repetir outra vez, porque misturo a investigação com histórias, mostrando a tristeza quotidiana que vivi na minha infância. Escrevi o meu primeiro poema quando fui castigado pelo governo militar israelita. Foi uma opção talvez «histórica» na minha vida. Descobri que a poesia era uma responsabilidade. Se eu brincava com as palavras, outros poderiam brincar com o meu destino a partir delas. Compreendi que escrever era sofrer; era assumir na vida o que escrevemos no papel. Não escrever significava fugir. Eu fugiria dos castigos, mas o meu coração viveria escravo.

*Quantos anos tinha você quando resolveu assumir a sua poesia?*

temp  
mess  
e ao  
natu  
valo  
naçã  
final  
indê  
«mã  
xar.  
  
poet  
ante  
outro  
bro  
vect  
men  
texto  
via a  
nida  
Arqu  
130-  
poét  
pass  
perç  
gran  
épico  
ano  
conf  
sacr  
rique  
sang  
nont  
nelo  
do n  
sujei  
Amé  
lumi  
língu  
com  
home  
bran  
alien  
novo  
pativ  
vida  
para  
«dig  
«pov  
espet  
inúm  
ram

— Catorze anos. Decidi lutar. Decidi arriscar o meu destino e a minha sorte. Resolvi ser um poeta e tornar-me um combatente com a minha arma, a poesia. Optei por não frequentar a Universidade. Desde então a minha poesia tem causado escândalo entre as forças da repressão. Nenhuma polícia gosta dos meus versos. Mas, em compensação, as pessoas do povo sabem de cor o que eu escrevo.

*Dentro da Palestina ocupada?*

— Dentro e também fora. Isso demonstra que a minha poesia reflecte uma experiência pessoal. A

minha infância e juventude são iguais à biografia do meu povo. Eu era criança quando a tragédia da ocupação israelita forçou o êxodo dos palestinos. Não estava consciente do que isso significava. Fui uma vítima inocente, pois fui obrigado a deixar o meu país e a viver em campos de refugiados. Mas eu era um daqueles que nunca deixou de pensar no regresso. Depois de viver como refugiado durante dois anos, procurei a forma de entrar de novo no meu país, mas fui preso pela polícia de Israel. Fui expulso para o Líbano. Tentei de novo. E desta vez

obtive o direito de viver no meu país, mas logo descobri que pertencia a outro tipo de refugiado. Daquelles que são estrangeiros dentro da sua própria Pátria. Não tinha nacionalidade. Não era palestino, nem libanês e muito menos israelita. Só existia um território ocupado. Quando tinha que viajar, recebia um salvo-conduto. Entretanto, qualquer judeu do mundo podia obter a nacionalidade israelita. A discriminação indignou-me. Um dia fui a um juiz para pedir um passaporte. Disse que tinha nascido naquela terra, antes da chegada dos israelitas. O

## Um exilado na sua própria terra

**M**AHMUD Darwish nasceu em 1942, na pequena vila de Al-Birwa, na Palestina. Recorda-se sempre da sua longa peregrinação, aos seis anos de idade, até às colinas do Líbano, quando a sua aldeia foi arrasada, durante a ocupação da Palestina.

Quando regressou, na sua própria Pátria e foi conduzido para a Galileia, onde se concentrava a maior parte da população árabe, reduzida à condição de «minoría». E nesses anos que começa a manifestar-se a vocação poética do jovem Mahmud, que na sua adolescência já organizava leituras colectivas dos seus poemas em praças públicas e centros urbanos. Assim foi-se tornando conhecido e surgiram os primeiros convites para visitar outras vilas e povoados árabes, na costa palestina. Em reuniões sociais e encontros culturais promovidos pelo *Rakah*, a fracção árabe do Partido Comunista de Israel, o novo poeta passou a ser a atracção principal. Os seus versos líricos impregnavam-se profundamente do legado cultural árabe, com um conteúdo político actual. Uma simbiose de tradição oral poética e uma nova linguagem, genuína manifestação de uma forma de auto-afirmação cultural palestina.

Darwish desobedeceu muitas vezes às limitações que lhe foram impostas, foi detido e posto sob prisão domiciliar. Mas a censura já não era eficaz. Antes mesmo que os seus poemas fossem publicados (o que ocorreu pela primeira vez quando Darwish tinha 18 anos e cursava o último ciclo do ensino secun-

dário) a população árabe já os recitava de memória.

Também começou a crescer a sua reputação internacional, e os seus versos foram traduzidos para o inglês, francês, alemão, italiano, holandês, hebreu, polaco, japonês, russo, espanhol, português, dinamarquês, etc..

Em 1969, Darwish ganhou o Prémio Internacional de Poesia «Lotus». Dois anos mais tarde, teve que exilar-se pelas contínuas pressões a que era submetido pelas autoridades israelitas. Mas o período que permaneceu na Palestina ocupada foi suficiente para deixar atrás de si uma nova geração de «poetas da resistência».



Ago

men  
dade

homem ouviu-me mudo. Não recebi nenhuma resposta nem o passaporte.

### A minha história é a história da opressão

«A minha história na Palestina ocupada, é a história do racismo, da discriminação e da opressão. Durante quinze anos não me deixaram sair de Haifa. Durante dois anos estive sob prisão domiciliar. E todos os anos era enviado para a prisão sem nenhum motivo. Descobri então que esta opressão era a glória e o poder da minha poesia. A chamada sociedade civilizada tem medo da poesia».

*Você viveu em Israel de 1950 a 70. Porque decidiu abandonar o país?*

— Depois de viver vinte anos no meu país ocupado, senti que diminuam as possibilidades de actuar junto da minha gente, particularmente depois da guerra de 1967, quando parte do Egipto, Síria e Jordânia passaram a viver sob ocupação. Nesses anos, começava a surgir a voz dos primeiros palestinos que convocavam o povo para se incorporar na revolução(\*). Senti que esse apelo me tocava no sangue, e não podia deixar de me incorporar. Assim, vi-me obrigado a deixar o meu país, mas não fui de férias para o mundo árabe, antes me incorporei na Revolução Palestina. Chamei a isso «sair para regressar», porque não temos outro caminho.

Eu já era muito conhecido, particularmente depois da derrota de 1967, que foi uma derrota em todos os campos. Diziam que eu era a esperança da jovem poesia palestina. Mas não creio em heróis individuais. Considero-me parte de um movimento, e quando escreveram essas coisas sobre mim, contestei com um artigo que intitulei «Salvem-me do seu amor».

(\* Mahmuud refere-se ao início da luta armada por grupos palestinos clandestinos, que depois passaram a integrar a OLP. A data do início da luta armada, 1.º de Janeiro de 1965, é conhecida como «Revolução Palestina».



*Qual a sua actual actividade?*

— Estou dividido entre duas vidas e não estou satisfeito. Por um lado, a minha actividade diplomática na Liga Árabe, num cargo de assessor cultural, para o qual fui designado e aceitei por ser um pedido directo de Yasser Arafat. É uma tarefa que considero muito importante, mas me exige contínuas deslocações a Tunes e viagens pelo mundo. Tenho também responsabilidades como director da revista *Al Karmel*. Creio que cheguei a uma etapa da minha vida em que necessito de trabalhar mais intensamente no campo da literatura e deixar pouco a pouco as tarefas diplomáticas.

*Mas talvez que essas responsabilidades lhe dêem a oportunidade de divulgar melhor a sua própria literatura e a realidade de seu povo...*

— Sim, em certa medida, mas sinto que uma reafirmação da produção literária poderá contribuir mais para desfazer essa visão distorcida que o mundo tem de nós, os árabes. Tive uma experiência reveladora quando viajei à Itália no ano passado para receber o Prémio Mediterrâneo de Poesia.

Falei diante de um auditório cheio e os assistentes italianos ficaram as-

sombrados por eu não ter mencionado nada da luta política, e durante todo o tempo lhes ter falado da poesia europeia contemporânea, no seu próprio idioma. E com conhecimento profundo. Quer dizer, para eles, como árabe, eu não podia ter a erudição refinada de conhecer a fundo a poesia europeia. Porque no seu estereotipo, nós, os árabes, somos só petróleo. Não temos cultura, andamos em camelos. Somos vítimas do sistema de propaganda norte-americana que nos tira a identidade e nos reduz a esquemas. Árabes: petróleo e tâmaras; Brasil: carnaval, praias e mulheres exuberantes; México: um povo preguiçoso que dorme sentado sob um cacto à sombra de um enorme *sombreiro*; Japão: gueixas, transistores e o sol nascente.

Uma forma de demonstrar que os árabes são um povo com uma cultura profunda, e que entre os árabes, nós, palestinos, temos a nossa expressão cultural própria, é dedicar-me plenamente à minha produção literária. Esse é o meu desejo. Mas quando um povo está em guerra, poucas vezes podemos satisfazer os desejos individuais. E o peso da responsabilidade histórica diante do momento que nos tocou viver impõe-se a todo o resto. □

## Canção ingênua sobre a Cruz Vermelha

*Se todos os homens,  
em todos os países,  
têm braços que carregam  
o pão  
a esperança  
e um hino nacional  
porque razão, pai,  
comemos galhos de carvalho  
e cantamos quando chega a hora,  
poemas tristes*

*Pai  
estamos bem, estamos protegidos  
à sombra da Cruz Vermelha  
quando se esvaziam os sacos  
de farinha  
a Lua torna-se pão diante  
dos meus olhos  
Por que, pai, transformaste  
meus gritos, minha fé  
em migalhas, em queijo amarelo  
nas tendas da Cruz Vermelha*

*Oh, meu pai  
acaso o bosque de oliveiras  
nos protegerá quando vier a chuva  
podem as árvores substituir  
o fogo para nós  
e o luar  
poderá derreter a neve ou queimar  
os fantasmas da noite  
Faço-te milhões de perguntas  
e, em teus olhos,  
sinto um silêncio de pedra  
Responde-me pai  
tu és meu pai  
ou por acaso me tornei  
filho da Cruz Vermelha  
Oh, meu pai  
às flores brotam à sombra da Cruz  
os rouxinóis cantam  
E porque dinamitaram então  
a minha casinha*



*e por que, pai, sonhas com o sol  
quando chega o crepúsculo  
e me chamas, me chamas muitas vezes  
quando sonho com doces e uvas secas  
das tendas da Cruz Vermelha  
Privaram-me do meu baloiço  
pisaram o meu pão na lama  
e minhas pestanas na poeira  
tiraram-me o cavalo de madeira  
obrigaram-me a pôr o fardo  
nas costas de meu pai  
a suportar o peso das noites  
Ah, quem fez arrebentarem em mim  
rios de fogo  
quem me tirou a virtude das pombas  
sob as bandeiras da Cruz Vermelha*

## Observações sobre a canção

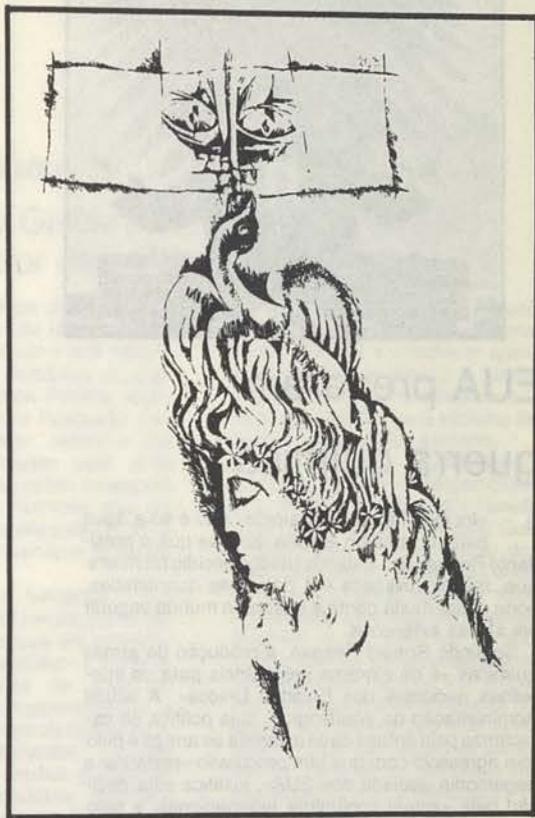
Tiraram-te o cavalo de madeira  
Isso não importa  
resta-te a estrela  
filho  
Oh, flor de vulcão,  
pulsação do meu punho  
observo em teus o nascer  
do futuro  
vemos mais longe que os demónios  
que fazem um profeta de uma criança  
Diz com os que rezam:  
-Eu não te peço uma carga leve  
Oh, Deus meu,  
dá-me costas poderosas-  
Tiraram-te uma porta  
para te darem furacões  
Abriram uma ferida  
para te darem uma manhã  
destruíram uma casa  
para que construas uma nação  
está bem... muito bem  
vemos mais longe que os demónios  
que fazem um profeta de uma criança

Diz com os que rezam:  
Eu não te peço uma carga leve  
oh, Deus meu,  
dá-me costas poderosas»

(De Final da Noite)

## Desafio

Prendam-me  
proibam-me os livros os cigarros  
tapem-me a boca com areia



a poesia é sangue  
a água dos olhos  
imprime-se com as unhas  
com as órbitas  
com as adagas  
Gritarei teu nome  
na prisão  
no banho, na pedraira  
debaixo do chicote  
sob a violência das correntes  
Um milhão de pássaros  
sobre os ramos do meu coração  
inventam o hino combatente

(De um apaixonado pela Palestina)



## EUA preparam guerra química

□ «Incolor, inodora e insípida» não é só a água pura. É também a arma química que o presidente Reagan dos Estados Unidos decidiu fabricar e que, mesmo utilizada em pequenas quantidades, pode matar muita gente e destruir o mundo vegetal em vastas extensões.

Segundo Ronald Reagan, a produção de armas químicas «é de extrema importância para os interesses nacionais dos Estados Unidos». A actual Administração de Washington, cuja política se caracteriza pela ênfase dada à corrida às armas e pelo tom agressivo com que tem procurado «restaurar a hegemonia abalada dos EUA», justifica esta decisão pela «actual conjuntura internacional» e pelo facto de não existir nenhum tratado que proíba o fabrico e armazenamento de armas químicas. Acontece, porém, que tem sido precisamente o governo norte-americano quem tem obstruído por sistema a conclusão de tal tratado.

As novas armas químicas, cujo fabrico foi agora decidido pelos EUA, são das mais letais e mais criminosas que podem conceber-se. Caracterizam-se pela sua elevada toxicidade, muito maior que a das anteriores. Para avaliar bem o grau de perigo de tais armas, basta que nos recordemos que cem mil pessoas morreram vitimadas por armas químicas durante a I Guerra Mundial e mais de um milhão ficaram estropiadas. No Vietname, onde os EUA deram largas à utilização dessas armas (largaram mais de cem mil toneladas sobre esse país) dois milhões de vietnamitas e dezenas de milhares de soldados dos EUA foram atingidos por essas substâncias tóxicas, que causaram a destruição total da vegetação numa extensão de 1,3 milhões de hectares e que fizeram perder por muitos anos a fertilidade do solo.

## Arroz – uma riqueza do Terceiro Mundo

□ O arroz é uma riqueza do Terceiro Mundo, que exporta dois terços do total desse cereal vendido no mundo e adquire 85 por cento das suas importações. Estes dados são revelados em relatório publicado no último número da revista «Desenvolvimento e Cooperação», editada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O rápido aumento da procura do arroz no Médio Oriente e na África, onde a produção deste alimento é escassa, e em alguns países do Extremo Oriente elevou as importações totais de arroz a mais de 10 milhões de toneladas por ano, em 1981.

Durante a década de 70, essas importações cresceram a um ritmo de 4,8 por cento ao ano.

As importações das melhores qualidades de arroz aumentam a ritmo elevado, sobretudo por parte dos países que não têm grandes problemas de divisas, como é o caso dos produtores de petróleo do Médio Oriente.

Também se registou um rápido aumento das exportações de arroz dos países em vias de desenvolvimento, os quais produzem sobretudo para satisfazer as necessidades de outros países da mesma área económica. O intercâmbio de arroz «Sul-Sul» abrangeu entre os anos de 1977 e 1979, 60% do total do comércio do arroz no mundo, cujo montante global ascendeu aos 6,1 milhões de toneladas. Estes números indicam que houve um claro aumento em relação ao período compreendido entre 1972 e 1974, durante o qual só 54% do arroz comercializado no mundo (num total de 4,3 milhões de toneladas) correspondeu a vendas efectuadas entre os países em vias de desenvolvimento.

O arroz parece ser, pois, um dos produtos agrícolas básicos sobre os quais o Terceiro Mundo pode ampliar a sua cooperação mútua. Também no domínio da «transacção triangular da ajuda alimentar» o arroz pode desempenhar importante papel.

O mesmo relatório da FAO apresenta perspectivas animadoras para a produção de arroz em dois países africanos – o Mali e a Serra Leoa – que têm possibilidades de vir a converter-se em exportadores.

No seu estudo, a FAO conclui que o arroz é um produto promissor para os acordos de tarifas preferenciais entre países industrializados e o Terceiro Mundo, problema que está a ser actualmente discutido numa comissão especializada da ONU. Segundo a FAO, as barreiras alfandegárias actualmente vigentes quanto ao comércio do arroz nos países em vias de desenvolvimento poderiam reduzir-se gradualmente, a fim de se conseguir uma melhor exploração conjunta do potencial proporcionado por um mercado mundial amplamente dominado pelo Terceiro Mundo, tanto pelas importações como pelas exportações.

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indé  
«mã  
xar.

poet  
antes  
outro  
bro  
vecto  
men  
texto  
via  
nida  
Arqu  
130-  
poét  
pass  
perc  
gran  
épico  
ano

conf  
sacr  
rique  
sang  
nont  
nelo  
do n  
sujei  
Amé  
lumi  
língu  
com  
home  
bran  
alien  
novo  
patív  
vida  
para  
«díg  
«pov  
espet  
inúm  
ram

Agos

men  
dade

## Santa Lúcia

### Crise política

□ Um governo de unidade nacional foi a solução encontrada na pequena ilha de Santa Lúcia (616 km<sup>2</sup>), nas Caraíbas, para superar a crise política até às eleições gerais que terão lugar no segundo semestre deste ano. O governo trabalhista do primeiro-ministro Winston Cenac renunciou depois de a Igreja ter exortado a procurar «uma solução pacífica e satisfatória» para a crise. A nova administração será constituída por quatro membros do Partido Trabalhista do ex-primeiro-ministro Cenac, três do Partido Operário Unificado, liderado pelo ex-primeiro-ministro John Compton, e um do Partido Progressista Trabalhista, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro, George Odum.

Os grupos de Compton e Cenac concordaram que o único representante dos progressistas trabalhistas será o novo primeiro-ministro interino. Trata-se de Michael Pilgrim, de 34 anos, que tem uma breve porém fulgurante carreira política.

O Parlamento será dissolvido em breve como preparativo para as próximas eleições. A crise irrompeu quando o partido oficial pretendeu aprovar uma emenda a uma lei que teria dado aos governantes 18 meses para declarar como haviam gasto os adiantamentos concedidos para a administração do Estado. A legislação de 1960, ainda em vigor, dá apenas o prazo de um mês para que a declaração seja feita. A medida motivou uma onda de protestos da oposição e os sindicatos decretaram uma greve geral que paralizou 80 % da força de trabalho do país. Exigia-se a renúncia do governo — o que veio efectivamente a acontecer — e a revogação da lei. Além disso, toda a actividade comercial foi paralisada os dois aeroportos da ilha foram fechados, assim como também os principais portos, e as comunicações internacionais ficaram suspensas.

## Guiné-Bissau

### Fundação Gulbenkian apoia sector da saúde

□ Na sequência da visita que, entre 8 e 15 de Janeiro último, a ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais da República da Guiné-Bissau, Carmen Pereira, realizou a Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian celebrou um acordo com aquele país onde aquela instituição define as acções que, durante o corrente ano, irá empreender naquele país em colaboração com os serviços de saúde guineenses.

Para 1982, a fundação — que como é sabido foi constituída ainda em vida daquele que era considerado o «rei do petróleo» e conta já algumas dezenas de anos de actividade — comprometeu-se a aumentar o número de bolsas concedidas a estudantes, pessoal médico e para-médico guineense em cursos de medicina, especializações e estágios em Portugal; a



reequipar e garantir a manutenção do sector de raio X do Hospital Simão Mendes e a fornecer apoio ao laboratório de Bissau; e, ainda, a financiar o envio de missões médicas polyvalentes para trabalho de campo naquele país africano.

Para além da Guiné-Bissau, também Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe têm beneficiado do apoio da Fundação Gulbenkian para a prossecução dos mais variados projectos, mas onde a saúde e a cultura têm tido nitida preferência. Segundo declarações recentes do dr. Victor de Sá Machado, um dos administradores da Fundação que mais se tem empenhado no estreitamento destas relações de cooperações com estes países africanos, iniciativas semelhantes serão dentro em breve implementados com a República Popular de Angola.

## ONU dá prioridade à Namíbia

□ O novo secretário-geral da ONU, o peruano Javier Pérez Del Cuellar, garantiu que dará prioridade imediata à solução do problema da Namíbia, tentando eliminar um dos últimos vestígios do colonialismo e do racismo na África. Pérez del Cuellar acaba de assumir o cargo de secretário-geral das Nações Unidas pelo período de cinco anos.

O diplomata afirmou que as críticas recebidas do governo racista sul-africano não afecta-

rão a sua firme posição a favor da independência da Namíbia. Pérez del Cuellar garantiu que o regime de Pretória acabará por verificar que a sua intransigência em aceitar eleições livres no território que ocupa ilegalmente se tornará improdutivo. afirmou ainda que esperava que os Estados Unidos, a Inglaterra, França, Canadá e Alemanha Ocidental possam convencer a África do Sul a tomar uma posição mais flexível.



## Estados Unidos Os velhos como cobaias

- Está a ter amplas repercussões na opinião pública norte-americana o documento da *Union Carbide Corporation* — uma importante transnacional com sede nos Estados Unidos — sugerindo que, na eventualidade de uma guerra nuclear, os velhos deverão ser os primeiros obrigados a sair dos refúgios, para se ver como reagem face à radiação. Com incrível frieza, o estudo afirma: «Os Estados Unidos terão melhores possibilidades de sobrevi-

vência a uma guerra nuclear se o peso da radiação for canalizado para aqueles que têm menos a perder, em termos de esperança de vida». O estudo foi realizado a partir de um contrato assinado pela transnacional com o governo dos Estados Unidos, que financiou o trabalho. Outra das recomendações estabelece: «O restante da população deveria permanecer pelo menos dois anos nos refúgios e depois nas áreas não-contaminadas».

Para os velhos, as regras a seguir seriam: «Comer os alimentos mais contaminados, ser os responsáveis pela obtenção de víveres e água, encarregar-se dos dejectos humanos e cadáveres, efectuar as plantações e colheitas».

Esse documento veio a público por intermédio do Centro de Informação da Defesa, um grupo com sede em Washington, que se opõe à política belicista de Reagan. As relações da actual administração norte-americana com a comunidade de pessoas mais idosas vem-se deteriorando nos últimos tempos por causa dos cortes estabelecidos nos programas de assistência social e atendimento médico, destinados fundamentalmente ao auxílio à velhice.

O director do Centro de Informação da Defesa, almirante reformado Gene La Rocque, por sua vez, declarou: «Em vez de estudar os meios de ganhar uma guerra nuclear o nosso governo deveria estudar a maneira de evitá-la». E acrescentou: «Evitar a guerra é o único meio de garantir que velhos e jovens do mundo inteiro sobrevivam».

## O mundo visto por Indira Gandhi

- «O meu país está reconhecido à União Soviética pela ajuda que este Estado lhe tem prestado em momentos decisivos», declarou a primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, em entrevista concedida à revista norte-americana «The US News and World Report». No entanto, Indira desmentiu que o seu país devesse ser considerado pró-soviético ou anti-Estados Unidos. Indira sublinhou que a amizade entre Nova Delhi e Moscovo em nada retira a independência da Índia para avaliar dos problemas internacionais e para tomar decisões na esfera da sua política externa.

Indira Gandhi lamentou que as relações entre o seu país e os EUA não fossem melhores, assegurando que a convicção de muitas chancelarias é a de que se verifica na política de Washington uma «viragem anti-União Indiana». Contudo — acrescentou — seria do interesse de ambos os países que se registasse uma melhoria das relações bilaterais.

Indira condenou a decisão norte-americana de enviar «caças» F-16 para o Paquistão, achando que o mais provável será esse país não utilizar tais aparelhos para fins pacíficos.

No tocante às relações sino-indianas, Indira assinalou alguns passos positivos no sentido da normalização, acrescentando que tudo agora está nas mãos de Pequim.

Interrogada sobre a intervenção americana nos Anos 60 no Vietname e a acção soviética de 1979 no Afeganistão, Indira recusou-se a considerar esses dois casos equivalentes, explicando que uma diferença substancial existe devido ao contexto geográfico dessas duas acções. Indira frisou que enquanto o Afeganistão tem extensas fronteiras com a URSS, os EUA tiveram que dar uma volta ao mundo para irem intervir no Vietname. Indira defendeu, porém, que as tropas soviéticas fossem retiradas do Afeganistão, condenando, ao mesmo tempo, as potências ocidentais por estarem a fornecer armas cada vez mais sofisticadas aos «rebeldes», dificultando assim a solução do problema.

Por fim, Indira explicou por que não condenou a acção soviética no Afeganistão: «Não condenamos a União Soviética, porque nesse caso teríamos que condenar também os EUA e muitos países que têm feito o mesmo ou muito pior noutros pontos do globo.»

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
naçã  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poet  
antes  
outro  
bro e  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nida  
Arqu  
130-  
poéti  
passa  
perce  
gran  
épico  
ano  
conf  
sacr  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amé  
lumi  
língu  
com  
home  
bran  
alien  
novo  
patív  
vida  
para  
«digi  
«pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

men  
dade

## Costa Rica

### Um novo presidente

□ Com 60 por cento dos votos expressos, um experiente político de 56 anos de idade, venceu as eleições da Costa Rica, que volta a ser governada pelos sociais-democratas, filiados na Internacional Socialista.

A vitória de Luis Alberto Monge nas eleições presidenciais não era esperada nem deixava de ser, embora as últimas sondagens tivessem indicado que ele seria o candidato com maiores possibilidades. No entanto, a apatia do eleitorado — descrente da acção das sucessivas administrações — parecia indicar que as hipóteses de Monge não eram muito maiores que as dos outros candidatos «fortes»: Echandi Jimenez, do «Movimiento Nacional», e Rafael Calderon Fournier, da «Unidad» (que vencera as últimas eleições, levando o presidente Carazo ao poder). O candidato da esquerda «Pueblo Unido», Roberto Gutierrez, estava à partida afastado da vitória.

A Costa Rica, um oásis democrático na América Central, país onde nem sequer existe exército regular, entrou em rápida degradação económica, havendo agora sérios receios de que a velha democracia parlamentar costa-riquenha venha a conhecer o destino de outros «oásis» anteriores na região.

A inflação, a quebra do valor da moeda nacional, a falência de centenas de empresas, o descrédito em que o governo caiu junto de instituições financeiras internacionais, as imposições do Fundo Monetário Internacional e a consequente agitação social: eis os problemas demasiado complexos com que o novo presidente terá de se haver.

Monge foi durante quase uma década secretário geral do Partido Libertação Nacional (social-democrata) e candidatou-se sem êxito às anteriores eleições presidenciais, em 1978.

Nos Anos 50, fundou, conjuntamente com «Pepe» Figueres, o partido onde actualmente milita e que há 30 anos vinha ganhando as eleições, em sucessivas vitórias, interrompidas apenas pelo ex-presidente Carazo, em 1978.

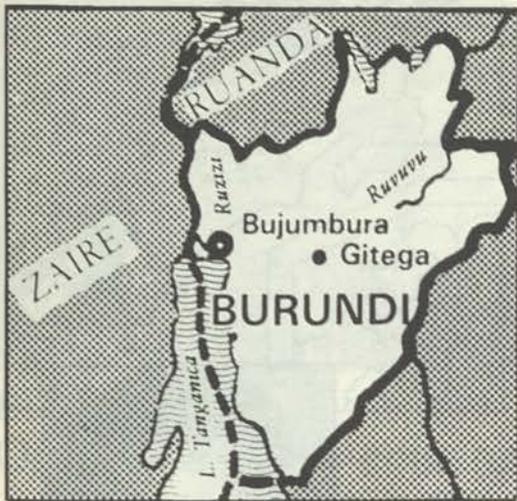
Durante a campanha eleitoral, Monge propugnou a aplicação de um programa económico de «regresso à agricultura», renegando a anterior orientação do seu partido nesta matéria. Foi ele, de facto, o impulsor da «substituição de importações», mas agora considera que a era do fomento da industrialização já passou à história. No âmbito de uma «economia aberta», propõem-se os sociais-democratas costa-riquenhos apoiar doravante a agro-indústria e as explorações rurais. A primeira parte do novo programa económico será imediatamente aplicada, a título de «cem dias de emergência» logo que, depois de



Alberto Monge

8 de Maio, Monge tome posse da presidência. As medidas desse primeiro plano visam fazer descer a inflação (que se cifra em 50%) e remediar as consequências da desvalorização da moeda (que diminuiu em 500%). Este primeiro plano poderá levar a fricções com as instituições internacionais de crédito, na medida em que visa retirar o peso da crise dos ombros das massas trabalhadoras, quando a inversa é que costuma ser decidida pelo FMI e pelos outros credores dos países como a Costa Rica.

Quanto à política externa, Monge, que sempre se tem apresentado como um «amigo dos EUA» propugna uma política independente, próxima das posições mexicanas. Censurando embora os EUA por se recusarem a encarar os factores sócio-económicos determinantes das crises de vários países centro-americanos (incluindo a Costa Rica), Monge não levou as suas críticas a ponto de condenar expressamente a acção dos EUA em El Salvador. Mas apontando a política mexicana como um caminho, é fácil de prever que em São José se ouvirá uma voz crítica da «ajuda» reaganista a El Salvador. Contudo, por agora tudo são incertezas. Uma só coisa é certa — a economia costa-riquenha está mal, e a única aspecto positivo da situação é a inexistência de um exército regular...



## Burundi Uma nova Constituição

□ Um dos 20 países mais pobres do globo, o Burundi, vai ter uma nova Constituição. Por meio de um plebiscito, a população manifestou-se esmagadoramente a favor da adoção de uma nova lei fundamental, demonstrando assim o amplo apoio que tem a administração do presidente Jean Baptista Bagaza entre a população.

De acordo com os resultados oficiais, 98 % dos votos foram de aprovação do novo texto constitucional, o terceiro que o país terá desde a sua independência da Bélgica em 1962.

O referendo deu o sinal verde ao presidente Bagaza para continuar o seu projecto de democratização com definições socialistas que se assemelham às da Tanzânia, sua vizinha.

Em Dezembro de 1979 (três anos depois de tomar o poder através de um golpe não sangrento), Bagaza anunciou a sua decisão de conduzir o país ao socialismo sob a condução da UPRONA, União para o Progresso Nacional. Agora, a nova Constituição amplia os poderes da UPRONA ao confirmar o sistema de partido único, e prevê a realização, em 1982, de eleições com sufrágio universal para uma Assembleia Nacional (Parlamento), além de assegurar a independência do Poder Judiciário, dar igualdade de direitos à mulher perante a Lei e garantir os direitos civis dos cidadãos.

Entre os méritos da administração de Bagaza que os analistas mais destacam está a transferência do poder dos militares para os civis, a reforma agrária — que garante terra para quem a trabalha — e a campanha contra a corrupção.

## Paraguai Stroessner em decadência

□ «O regime do general Stroessner entrou num retrocesso irreversível, acompanhado de uma profunda corrupção interna, que, na realidade, põe em risco toda a estrutura do seu governo». A afirmação foi feita pelo professor universitário e ex-secretário-geral do Sindicato de Trabalhadores da Educação do Paraguai, Luis Alfonso Resck, que também é fundador e presidente do Partido Democrata-Cristão do seu país.

Resck chegou a Quito, no Equador, depois de ser expulso do Paraguai. Aquele dirigente procura também solidariedade aos movimentos nacionais que lutam contra o que classificou de «uma das mais sinistras ditaduras da América Latina e do mundo».

O dirigente democrata-cristão afirma que no Paraguai, nos últimos anos, o «desemprego subiu consideravelmente, a ponto de o número de pessoas classificadas como 'trabalhadores independentes' (categoria disfarçada de subemprego) atingir já 41% da força de trabalho do país». Segundo Resck, a situação «levou os trabalhadores a organizarem-se em sindicatos independentes, num instinto de auto-sobrevivência. Estes sindicatos enfrentam a Confederação Paraguaia de Trabalhadores, totalmente subordinada ao regime».

Os trabalhadores rurais também se estão a organizar em «Ligas Agrárias», porque são os mais atingidos pela crise económica, estando inclusive sujeitos a formas mais trágicas de repressão, como é o caso de massacres promovidos por agentes do governo.

A resposta da oposição a Stroessner no plano político foi dada pela aliança dos partidos democráticos denominada «Acordo Nacional» e integrada pelos partidos Revolucionário Febrerista, Liberal Radical, Autêntico, Movimento Popular Colorado e Democrata-Cristão. O seu objectivo, explica Resck, é «derrubar o regime ditatorial e instaurar uma autêntica democracia republicana».

As reivindicações mais concretas do Acordo Nacional são: o fim do estado de sítio, liberdade de todos os presos políticos e sindicais, amnistia ampla e constituição de um poder judiciário independente. Os quatro partidos democráticos também exigem uma nova lei eleitoral «que impeça a fraude e garanta a vontade popular, a supressão do monopólio do governo sobre a Imprensa, o fim da censura, e a defesa intransigente da soberania nacional face às ameaças do imperialismo».

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro e  
vector  
mens  
texto  
via a  
nidade  
Arqu  
130-  
poeti  
passa  
perce  
grano  
épico  
ano  
confl  
sacra  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Améri  
lumin  
língua  
com  
home  
bran  
alien  
novo  
pativ  
vida-  
para  
«digi  
«pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

men  
dade

## Moçambique Persistem os ataques sul-africanos

□ O governo de Moçambique revelou que, durante os meses de Dezembro e Janeiro, a Força Aérea da África do Sul violou 11 vezes o espaço aéreo moçambicano, nas províncias de Maputo, Gaza e Manica. Segundo informações do programa «Voz de Combate», organizado pelas Forças Armadas moçambicanas, estas violações tiveram como objectivo fornecer armamento e ajuda material aos grupos contra-revolucionários pertencentes ao autodenominado Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (MNR), uma organização com sede na África do Sul e empenhada em promover actos terroristas contra o governo de Maputo.

No dia 4 de Dezembro, um avião sul-africano sobrevoou, por duas ocasiões, a região de Goba, na província de Maputo, perto da fronteira entre Moçambique e a Suazilândia. Oito dias depois, incidente semelhante ocorreu na foz do rio Limpopo, na província de Gaza. E no dia quatro de Janeiro, dois aviões e um helicóptero sul-africanos sobrevoaram, por diversas vezes, a região de Ponta do Ouro, em Manica, na fronteira entre Moçambique e a República Sul-Africana.

A «Voz de Combate» afirmou que essas violações foram comprovadas, havendo a quase certeza de que muitas outras também ocorreram sem ter sido possível prová-las. O MNR tem promovido vários atentados e sabotagens, cujo principal objectivo tem sido evitar a integração económica entre Moçambique e o Zimbábue. Os dois países estão empenhados em aumentar as trocas económicas e criar um sistema de desenvolvimento coordenado para reduzir a hegemonia da África do Sul na região austral do continente africano.

Nyerere



Arap Moi



## África Uma nova zona de comércio

□ Nove países da África Oriental e Austral decidiram constituir uma «zona de preferência comercial» (ZPC), que, se obtiver êxito, após um processo de transição, deverá transformar-se num mercado comum regional.

Os países que firmaram o acordo em Lusaka (Zâmbia), em 21 de Dezembro, são: as Ilhas Comores, Djibuti, Etiópia, Quênia, Malawi, Maurício, Uganda, Somália e Zâmbia. Outros governos representados em Lusaka, que não subscreveram o tratado mas não descartaram a possibilidade de o fazer mais adiante, foram os de Angola, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zimbábue. Os restantes países da região que não compareceram à reunião foram Madagascar, Moçambique, as Ilhas Seychelles e Tanzânia.

Estava previsto que a conferência fosse de nível presidencial, no entanto só compareceram os chefes de Estado do Quênia, Somália, Suazilândia e Uganda, além do presidente anfitrião, Kenneth Kaunda. Lusaka será a sede da ZCP.

O tratado responde à necessidade generalizada de se criarem instrumentos de intercâmbio e cooperação aos níveis regional e continental e terá vigência a partir do início deste ano. Os objectivos principais são: a) promover o comércio inter-regional; b) reduzir gradualmente as barreiras alfandegárias; c) estabelecer mecanismos comuns de pagamentos e compensações; d) facilitar o trânsito entre os países signatários.

Os objectivos a longo prazo consistirão no desenvolvimento de sistemas de comunicação e de transporte e o fomento da cooperação nos sectores industrial e agrícola. Além disso, foi prevista a criação de um Banco para o Comércio e o Desenvolvimento.

Segundo os observadores, a colocação em prática dos mecanis-

mos da ZCP levará vários anos. A estrutura económica desses países, quase todo sumamente dependentes das potências capitalistas a nível económico, é uma barreira ao intercâmbio regional. A escala continental, o intercâmbio interafricano representa apenas cinco por cento do total.

Um factor que influencia profundamente a economia dos países da região é a dependência destes em relação à República Sul-Africana (RAS). Três pequenos países da África Austral – Botswana, Lesoto e Suazilândia – por razões geográficas encontram-se muito vinculados à RAS, com a qual estabeleceram um acordo alfandegário e deverão realizar consultas para tornar compatível a sua participação neste acordo e na ZCP. Fontes da conferência disseram que os três países deveriam aderir ao tratado nos primeiros meses deste ano.

Uma limitação importante derivou da surpreendente ausência da Tanzânia, que havia participado os trabalhos preparatórios do tratado, iniciados há três anos no âmbito da Comissão Económica para a África, com sede em Addis-Abeba (Etiópia). A Tanzânia mantém fechadas as suas fronteiras com o Quênia desde 1977, quando se dissolveu a Comunidade da África Oriental, um organismo de intercâmbio regional do qual ambos os países faziam parte. A divergência entre as duas nações não foi resolvida e como a ZCP exige a abertura das fronteiras dos seus membros, supõe-se que foi esta a razão da ausência da Tanzânia e que o governo de Dar-es-Salam não deverá aderir à ZCP até que se solucionem o problema bilateral.

A não participação da Tanzânia, que tem uma posição estratégica preponderante, diminui as possibilidades potenciais da ZCP, e afecta particularmente o Quênia, que pretendia utilizar as facilidades de trânsito para recuperar os mercados que perdeu desde 1977.



Oliver Tambo,  
líder do ANC

**Aniversário do ANC** – O African National Congress (ANC), movimento de libertação que luta contra o sistema de apartheid vigente na África do Sul, comemorou no passado dia 8 de Janeiro o 70.º aniversário da sua existência. O ANC foi criado em 1912, em Bloemfontein, por africanos que viram impedida pela minoria branca qualquer forma de participação no Parlamento da recém-criada União da África do Sul. Nestes 70 anos, o ANC tem lutado corajosamente não só contra o regime de *apartheid* da África do Sul como pelos direitos inalienáveis de todo o povo africano.

**Argentina abandona Não-Alinhados** – «A Argentina não está identificada nem com a origem histórica, nem com as condições sociais do Terceiro Mundo». Com estas declarações foi empossado no cargo de ministro de Relações Exteriores da Argentina, o sr. Nicanor Costa Méndez, que substituiu o chanceler Oscar Camillón. Enquanto salientava que o aspecto fundamental da política externa da Argentina será «a manutenção de boas relações com os Estados Unidos», Costa Méndez acrescentou: «As nações do Terceiro Mundo não pertencem nem à raça branca nem à religião cristã». Com isso, ele pretendeu fundamentar a sua posição de não vincular a Argentina a esse conjunto de nações. Dias mais tarde o governo de Buenos Aires tornava pública a sua intenção de abandonar o Movimento de Países Não-Alinhados.

A Argentina ingressou no grupo dos Não-Alinhados durante o governo de Héctor Cámpora, em 1973, e gozava do estatuto de membro pleno da associação.

**Violência** – Importantes medidas de segurança foram tomadas pelas forças sírias em localidades onde a Irmandade Muçulmana – grupo de origem religiosa e militância antigovernamental – tem uma intensa actividade. Severas medidas foram implantadas em Damasco e nas zonas de Alepo e Hama, duas importantes cidades da Síria setentrional, cenário de sangrentos enfrentamentos nos últimos três anos. O governo desmentiu as notícias de um suposto golpe de Estado.

**Lista Negra** – Segundo dados de porta-vozes árabes, 126 empresas norte-americanas foram incluídas na «lista negra» no ano passado, além de 47 empresas da Alemanha Federal e 39 companhias britânicas. As mesmas fontes indicam que 69 navios e petroleiros são boicotados pelo «Bureau Árabe de Apoio ao Boicote», devido às suas transacções comerciais com Israel. A «lista negra» das empresas que negociam com Telavive foi criada pelos governos árabes depois da ocupação, por parte de Israel, do Sinai, Cisjordânia e Golan.

**Transnacionais** – A transnacional norte-americana *General Dynamics*, fabricante dos caça-bombardeiros *F-16* – dos quais a Venezuela se propôs adquirir 24 unidades – e a empresa *Westinghouse* estariam a financiar as actividades das «Nuevas Tribus», uma missão norte-americana que, segundo denúncias, está encarregada de recolher informação estratégica sobre as ricas jazidas minerais nos territórios do sul do país.

Segundo denúncias de funcionários da Universidade Central da Venezuela, os missionários norte-americanos «não representam nenhuma Igreja reconhecida, vestem uniformes militares e contam com grandes recursos materiais e financeiros enviados dos Estados Unidos». O organismo utilizaria a população indígena como «instrumento para os seus propósitos, explorando a boa-fé do movimento evangélico venezuelano». Segundo o sociólogo Alejandro Luzardo, existem provas suficientes para determinar a expulsão de «Nuevas Tribus» já que «a missão viola sistematicamente a Constituição nacional».

**Ajuda** – A Junta civil-militar democrata-cristã de El Salvador recebeu no mês de Janeiro passado, uma ajuda financeira oficial dos governos da Venezuela e da Argentina, num montante de 57 milhões de dólares. A contribuição venezuelana inclui 20 milhões para reforçar a balança de pagamentos de El Salvador e 22 milhões em créditos para projectos de desenvolvimento. A Venezuela decidiu também prorrogar a ajuda financeira equivalente a 30% das suas vendas de petróleo a El Salvador. A Argentina concedeu um crédito de 15 milhões de dólares para a importação de maquinaria e outros bens de capital.

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nidae  
Arqu  
130-  
poéti  
passa  
perce  
granc  
épico  
ano  
confl  
sacri  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
stujei  
Améri  
lumin  
língua  
com  
home  
branc  
alien  
novo  
pativ  
vida-  
para  
«digi  
«pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

men  
dade

**Agua Minadas** – O governo do Iraque avisou todas as linhas de transporte marítimo que mantêm os seus navios distantes do sul do Golfo Árabe, minado há 16 meses, no início da guerra com o Irão. Segundo o comandante da marinha iraquiana, a área foi declarada zona proibida para todo o tipo de embarcações pelas Forças Armadas do seu país.

**Nova Constituição** – A comissão legal constituída pelo lémen do Norte e o lémen do Sul para redigir um projecto de Constituição a fim de unificar ambos os países já terminou os seus trabalhos. O documento passará agora ao Conselho Iemenita, órgão criado depois da decisão política de unificar os dois lémen, após o que será discutido no Parlamento de ambos os países. O projecto da Constituição deverá ser aprovado através de um referendo.

**Presidente** – O presidente da República de Bangladesh, Abdus Sattar, acumula, também, agora o cargo de presidente do Partido Nacional que governa este país. Importantes personalidades do partido também se candidataram ao cargo, como Khaleza Zia, viúva do ex-presidente Ziaur Rahman, assassinado em Maio do ano passado. Porém, no último momento, todos retiraram as suas candidaturas «em função dos altos interesses nacionais», a favor de Abdus Sattar.

**Monopólio da informática** – Cerca de 30% de todos os computadores do mundo estão concentrados nos seis países mais ricos, enquanto que mais de metade das informações computadas estão «armazenadas» em máquinas de uma só companhia, a norte-americana IBM. Este monopólio *sui-generis* atinge até mesmo países como a Suécia, cujas informações básicas sobre população, actividade económica, impostos etc., estão guardados num computador em Cleveland, Ohio, Estados Unidos. Também o Canadá enfrenta o mesmo problema. As informações bancárias e creditícias dos canadianos estão concentradas em computadores em Nova Iorque e Chicago. Até mesmo a França depende também dos computadores norte-americanos. Os dados sobre o orçamento nacional francês, por exemplo, estão «memorizados» nos EUA.

**Violação de direitos** – A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recebeu ultimamente 108 denúncias sobre crimes e violações dos direitos e liberdades dos trabalhadores em 41 países. Entre as mais graves figuram assassinatos e atentados contra dirigentes sindicais na Guatemala e El Salvador. A OIT pediu ao governo militar do Chile informações sobre as acções judiciais empreendidas contra diversos dirigentes sindicais e sobre despedimentos durante uma greve legal.

**Numeiry no mercado negro?** – O presidente do Sudão, Gaafar Numeiry, e o seu ministro de Assuntos Sociais, Mahammad Idris, estariam envolvidos num escândalo de mercado negro – segundo a agência Líbia JANA. Antes de decretados os recentes aumentos do açúcar e na farinha, ambos teriam armazenado grande parte desses produtos, que agora estão a vender com lucros fáceis de adivinhar.



**Campanha de vacinação** – Cem países do Terceiro Mundo, em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estão a levar a cabo um gigantesco programa de vacinação que engloba 45 milhões de crianças. Esta campanha visa diminuir os casos de invalidez, causada no Terceiro Mundo sobretudo pela difteria, sarampo, tosse convulsa, tétano, poliomielite e tuberculose, doenças que podem ser erradicadas mediante vacinação. Exemplo das vantagens da vacinação na infância é-nos fornecido pela Nicarágua, que, graças a esse esforço, já conseguiu reduzir em 60 % os casos da poliomielite e de 20 mil para dois mil os casos de malária. Recorde-se, a propósito, que a Nicarágua, depois da sua intensa campanha de alfabetização, consagra este ano especial atenção aos problemas da saúde.

**Mercenários** – O jornal *The Sunday Telegraph*, de Londres, informou que o sultão Qabus, de Oman, enviou vários dos seus auxiliares à procura de mercenários com experiência para que integrem as suas forças armadas. A informação foi revelada por um estudante processado por se opor ao recrutamento de mercenários.

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
naçã  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro e  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nidae  
Arqu  
130-  
poéti  
passa  
perce  
granc  
épico  
ano  
confl  
sacri  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com  
home  
branc  
alien  
novu  
pativ  
vida-  
para  
-digi  
-pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

men  
dade

98

EDIÇÕES PORTUGUESAS EM

# ÁFRICA

em  
co-edição  
com o INALD



**A SEMENTE  
NA AREIA**  
Volodia Teitelboim

O Chile através da clarividência política e do rigor literário de um dos seus principais escritores.



**OS SINOS  
DE BASILEIA**  
Louis Aragon

O maior escritor francês vivo e o romance que inicia a sua fase realista.



**NU ENTRE LOBOS**  
Bruno Apitz

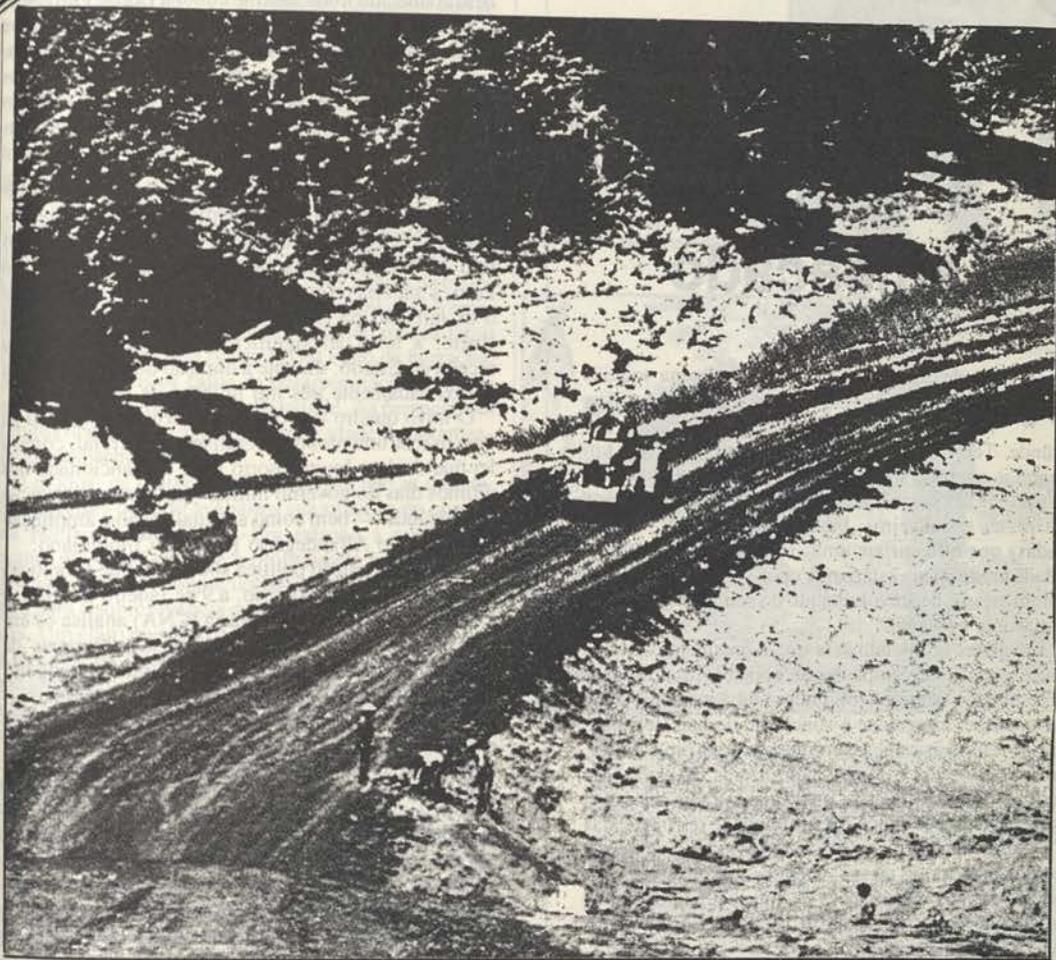
O grande romance da resistência nos campos de concentração Nazis. Uma criança é salva pela corajosa solidariedade dos presos.

**Os  
grandes êxitos  
em Angola  
como  
em Portugal**

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

especial

## A Amazônia peruana



*Tal como os brasileiros, também os peruanos estão seriamente preocupados com o futuro da sua parte da Amazônia.*

*Os mesmos processos de devastação indiscriminada, ocupação irracional e entrega incondicional a investidores estrangeiros foram postos em prática de um e outro lado da fronteira.*

*O jornalista peruano Roger Rumrill, um especialista em questões amazônicas, autor de várias obras, entre elas*

*«Os Condenados da Selva», diz o que está a suceder.*

## Um futuro ameaçado

**A** 24 de Junho de 1981, durante uma reunião internacional sobre a utilização dos recursos florestais, o presidente peruano Fernando Belaúnde Terry, denunciou à imprensa nacional um *complot* contra a utilização dos recursos naturais da Amazônia. Pessoas e instituições que respondem por interesses estrangeiros, baseadas em críticas «infundadas» que reflectiriam uma «total ignorância da realidade amazónica» estariam a opor-se aos projectos de colonização e desenvolvimento do seu governo para a Amazônia peruana.

Imaginou-se inicialmente que o presidente se referia à sistemática campanha de oposição do «modelo belaundista» de desenvolvimento da Amazônia. Posteriormente, chegou-se à conclusão de que Belaúnde não se referia às críticas internas aos seus projectos de colonização, aos contratos petrolíferos na Amazônia nem ao impacto do seu plano de estradas na selva sobre o meio ecológico e a propriedade territorial das Comunidades Nativas. Ele contestava principalmente as críticas externas ao seu «modelo», as quais criavam problemas nas negociações de financiamento com os organismos internacionais de crédito como o BID, AID e Banco Mundial.

As linhas básicas da actual política amazónica no Peru são similares às programadas há 15 anos no anterior governo de Belaúnde: o projecto nacional de «Conquista da Selva» ressuscita a tese da selva como uma colónia interna do Estado peruano ao admitir que a região é «uma solução para a maioria dos problemas do país».

O programa de Belaúnde anunciava modificações substanciais às leis sobre a Selva ditadas pelo anterior regime militar. Estabelecia-se a prioridade dos projectos rodoviários como a continuação da estrada margi-

nal, actualização e intensificação das políticas de liberalismo comercial através de isenções e incentivos fiscais e, naturalmente, a modificação das leis promulgadas durante o governo do general Velasco Alvarado, especialmente a lei de Comunidades Nativas e Desenvolvimento Agrário da Selva, pois — dizem — «dificulta bastante o desenvolvimento agrícola da Amazônia».

Belaúnde promulgou, em 17 de Novembro de 1980, o tristemente célebre Decreto Legislativo n.º 2, também conhecido ironicamente como a Lei de Promoção e Desenvolvimento Agrário que modifica o regime legal vigente para a Selva, provocando uma substancial transformação das condições operacionais da indústria florestal, da agro-indústria e do capital comercial, bem como da situação dos colonos e comunidades nativas.

Passado um mês (26 de Dezembro), o regime belaundista sanciona a lei do petróleo, denominada *Kuczynski*, que concede vantagens de isenções e de outro tipo às transnacionais petrolíferas que operam no Peru, a maioria na região amazónica do país. Segundo o ex-ministro da Economia e Finanças, Javier Silva Ruete, a nova lei significará «uma diminuição na receita do Estado, durante a duração dos contratos, de aproximadamente três mil milhões de dólares».

O novo quadro da Amazônia peruana completa-se com os instrumentos de liberalismo comercial, como a lei que declara Iquitos porto livre — sancionada nos últimos dias do governo militar mas com a aprovação de Belaúnde — bem como a actualização e ampliação do Convénio Alfandegário Peruano-Colombiano.

Tomando posição política sobre a Lei de Promoção e Desenvolvimento Agrário, a 9 de Janeiro de 1981, a Confederação Nacional Agrária (CNA) analisa os envoltórios da lei sobre os recursos florestais da Amazônia: «Abrem-se as portas ao capital estrangeiro — particularmente às empresas transnacionais — para a exploração em grande escala da pecuária, o que não servirá o mercado interno mas o internacional, resultando na irreparável perda dos recursos naturais que serão devastados...».

«Desta forma, ao invés de levar em conta os interesses das futuras gerações de peruanos que necessitarão desses recursos, a lei abre caminho para a sua ruína, transformando as florestas em territórios ocupados pela propriedade privada transnacional. Além de desmantelar a nossa economia, põe-se em risco a nossa segurança nacional».

No relatório dirigido ao chefe do organismo regional de desenvolvimento de Loreto, a Federação Campesina de Maynas, cujas bases são 30 pequenos povoados dos distritos de Las Amazonas, Indiana, Mazán, Iquitos e Fernando Lopes da Província de Maynas, solicitam o cancelamento das licenças de exploração florestal predatórias e das licenças de pesca comercial.

Para os camponeses amazónicos, a situação chegou a um ponto extremo porque «a devastação dos nossos recursos naturais está a causar graves desequilíbrios

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
naca  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nida  
Arqu  
130-  
poéti  
passa  
percu  
granc  
épico  
ano  
confl  
sacri  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com  
home  
branc  
alien  
novo  
pativ  
vida-  
para  
«digr  
«pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

ment  
dade

98

não só ecológicos como também sociais. Muitas famílias desesperadas optaram pelas cidades à procura de melhores condições de vida, rompendo os laços familiares e a tradicional vida comunitária nos nossos povoados, limitando o desenvolvimento rural dos povos no seu conjunto».

Num seminário sobre a utilização dos recursos naturais da Amazônia, os peritos da Universidade Nacional Agrária, Jorge Malleaux Orjeda e Marc Dourojeanni Riccardi, concordaram na afirmação de que os projectos de colonização impulsionados pelo plano rodoviário do regime colocam em perigo não só a preservação dos recursos naturais, a flora e a fauna, como também a vida do povo indígena, que recebe o maior impacto de todos os programas de desenvolvimento da região. «Os povos indígenas da Selva estão em processo de liquidação e extermínio, mas ainda há tempo de salvar essas culturas», disse Malleaux Orjeda.

A vida do povo indígena amazónico é um drama sem fim, em todas as épocas da história peruana. Mas essa situação chegou a limites que só podem ser comparados aos acontecimentos mais negros da época da borracha. Embora não sejam sangrentas as formas de extermínio de hoje, nem por isso são menos fatais do que as carnificinas ocorridas no ciclo da borracha. São inumeráveis os casos de desapropriação de terras nativas desde a ascensão de Belaúnde. As perspectivas futuras dependerão apenas da capacidade de organização e resistência do povo.

Lúcidos, os indígenas da Amazônia não se iludem. São precisos quando avaliam a sua situação no quadro da política belaundista. «Em relação à política do actual governo referente à propriedade territorial dos povos indígenas, denunciámos o perigo que ela significa para a sobrevivência das nacionalidades amazónicas. Um claro exemplo dessa grave ameaça histórica é a violação da Constituição política e da Lei de Comunidades Nativas que protegem e reconhecem o direito das comunidades indígenas da Amazônia à propriedade das terras.

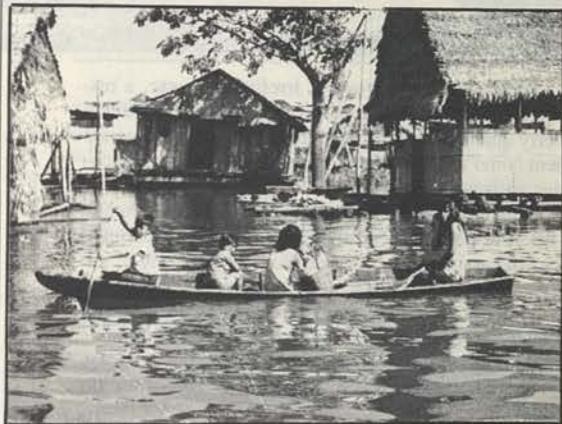
Devido a interesses do actual governo, esse direito é negado na prática, porque não existe nenhum desejo do Estado em prosseguir a demarcação dos territórios comunais que, em grande número, ainda aguardam esse instrumento legal.

Outra evidência das intenções da política do actual governo para com os povos indígenas da Amazônia peruana é o declarado propósito de «reduzir os territórios das Comunidades Nativas».

### Complot internacional

Segundo as evidências existente, esse sólido questionamento nacional não preocupa Belaúnde. Muitas vezes o governo tem-se mostrado surdo e insensível às críticas. O «complot internacional» a que Belaúnde faz alusão diz respeito principalmente ao grande número de denúncias, manifestos, declarações e cartas

O projecto do presidente Belaúnde Terry (ao lado) abriu a Amazônia peruana à penetração dos grandes interesses económicos, alterando de forma radical o equilíbrio ecológico da floresta. As consequências da mudança em termos de paisagem são já evidentes. No campo económico, as alterações são imprevisíveis



que circulam no exterior e que reflectem a situação desesperada do povo indígena diante da ofensiva dos projectos agro-industriais, rodoviários e de colonização que são as peças do modelo de desenvolvimento da Amazônia.

Organizações como a *Survival International*, *Amnesty International*, *International Work Group for Indigenous Affairs* e o *Tribunal Russel*, entidades internacionais que militam activamente na defesa dos povos indígenas ameaçados na Amazônia sul-americana e em outras regiões do mundo, têm enviado relatórios, cartas e denúncias às Nações Unidas, aos Parlamentos europeus e norte-americanos, às instituições financeiras como o Banco Mundial, a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), a FAO e outras entidades que habitualmente financiam a execução dos chamados «projectos de desenvolvimento» no Terceiro Mundo.

A pressão dessas denúncias colocou em estado de

temp  
mess  
e ao  
natur  
valor  
nã  
final  
indep  
«mã  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nidac  
Arqu  
130-  
poéti  
passã  
percu  
grand  
épico  
ano e  
confl  
sacri  
rique  
sang  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com  
home  
branc  
alien  
novos  
pativ  
vida-  
para  
-digr  
-pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

ment  
dade

98

alerta essas instituições de crédito. Como instrumentos do aparelho financeiro internacional sob controle do imperialismo, os seus fundos são destinados, por um lado, a alimentar a ilusão do desenvolvimento pela via assistencial, por outro — e aqui repousa o essencial da estratégia — a garantir a dependência das nações subdesenvolvidas e a sua hipoteca aos países industrializados, através da colonização tecnológica, dos «modelos de desenvolvimento» de acordo com os interesses das corporações transnacionais e dos interesses creditícios.

Ao mesmo tempo, essas instituições não querem imitar a política do *big stick*, sobretudo depois da campanha mundial organizada pelo imperialismo sobre a defesa dos «direitos humanos», quando os EUA fizeram uma espécie de *mea culpa* com a intenção de «lavar o rosto». Por isso impõem certas condições de carácter «social» ou «ecológico» na concessão de recursos financeiros.

Maior paradoxo: são os próprios organismos internacionais, instrumentos do imperialismo, que impõem condições «humanas» ao desenvolvimento.

#### As «condições» do imperialismo

Vários exemplos provam, irrefutavelmente, a responsabilidade técnica e política do governo Belaúnde Terry quanto à entrega dos recursos naturais peruanos bem como a sua indiferença diante da sorte das minorias nativas.

O melhor exemplo é o chamado Projecto Pichis-Palcazu, na selva central do país. O governo peruano e a AID assinaram, em 27 de Novembro de 1980, um convénio para a realização de um projecto de desenvolvimento sócio-económico no vale dos rios Palcazu e Pichis, com um investimento global de 100 milhões de dólares. Parte dessa quantia, 70 milhões de soles (moeda peruana), foi antecipada na assinatura do convénio.

A tónica principal do projecto assenta na rentabilidade das terras que serão ocupadas e cultivadas pela migração provocada pelas novas estradas. Grandes empresas agro-industriais farão destas terras «paraísos produtivos» para alimentar a população de Lima (a capital do Peru). As Comunidades Nativas, os pequenos colonos fixados precariamente na região, a debilidade das terras e a carência do eco-sistema não têm quase importância para o regime.

A própria AID teve de lembrar ao governo Belaúnde que se esquecera de considerar no projecto Pichis-Palcazu o destino dos milenários habitantes dessas terras — os *Campa* e os *Amuesha* —, quando a região fosse atravessada pelo asfalto das estradas e ocupada pelos complexos agro-industriais encarregados de devastar a selva para a alimentação das grandes cidades do país. Foi então encomendado um estudo

(\*) moeda peruana. Um dólar corresponde a 450 soles.

sobre o impacto sócio-ecológico do projecto na vida do povo indígena aos antropólogos Hector Martinez e José Fonseca.

A mesma ideologia que inspira o projecto Pichis-Palcazu orienta a execução do Projecto Especial *Huállaga Central y Bajo Mayo*, que conta com o apoio financeiro de 25,5 mil milhões de dólares oriundos da área do imperialismo. Ele abre as portas da Selva Alta do Peru — concretamente o Departamento de San Martín — em condições mais que liberais ao grande capital.

Outro exemplo: sectores lúcidos da opinião pública norte-americana, entre eles membros do Congresso e ecologistas, opõem-se a um projecto de erradicação das plantações de coca com o uso de desfolhantes no vale de Huállaga, prevendo o impacto do plano, não só sobre a flora e a fauna da região, como também sobre a vida humana devido ao emprego de substâncias letais. Para a execução desse projecto, que abrange uma superfície de 1 milhão e 52 mil hectares, o governo peruano solicitou a ajuda financeira de diversas instituições, entre elas a AID e a *Internacional Narcotic Makers*. Segundo informações conhecidas, pôs-se em causa a possibilidade da AID conceder recursos da ordem de 52 milhões de dólares a um projecto de duvidosa eficácia.

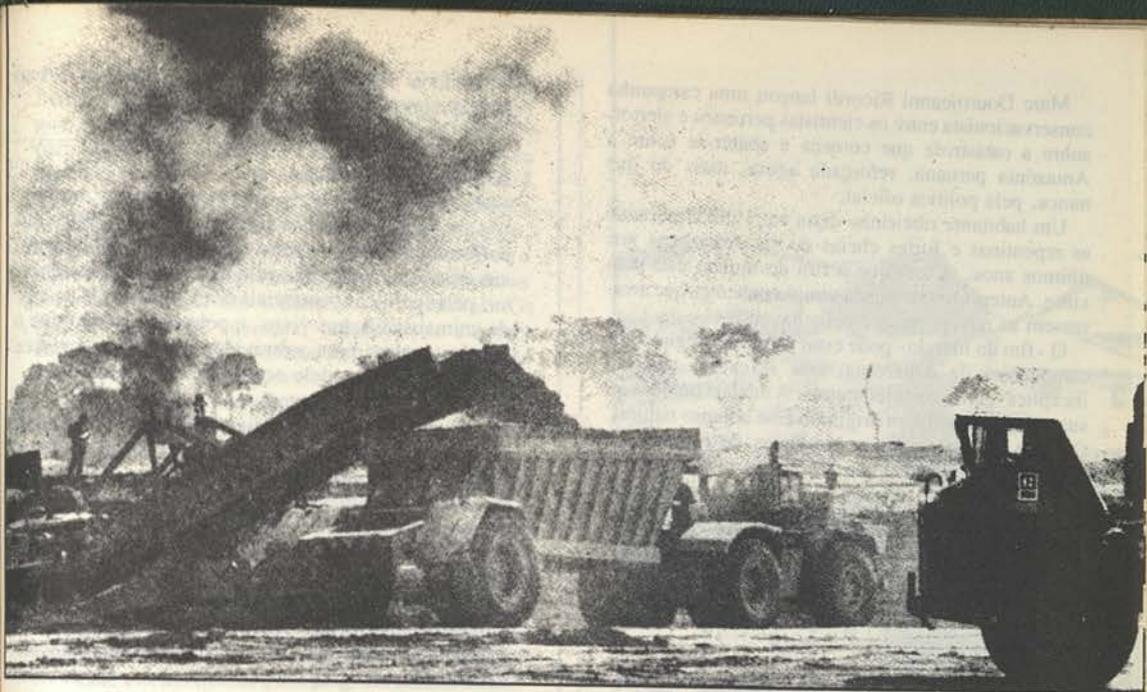
Este o «complot internacional» referido por Belaúnde. São essas condições «humanistas» de desenvolvimento impostas pelas instituições financiadoras que têm aborrecido o presidente Belaúnde, levando-o, inclusive, a afastar-se da sua habitual formalidade retórica. Obviamente, o Presidente da República do Peru não gosta que as organizações internacionais dirigidas pelo imperialismo lhe dêem lições de bom comportamento nacionalista.

No entanto, o *complot* internacional do imperialismo contra os povos indígenas da Amazônia e contra os recursos naturais do Peru existe realmente. Mas não é — como afirma Belaúnde — um *complot* «contra a utilização dos recursos naturais da Amazônia», antes uma monstruosa aparelhagem criada para o roubo organizado de todos os recursos da região em favor das transnacionais.

O custo social e ecológico desse roubo sistemático anuncia-se como um novo apocalipse na Amazônia. Vejamos os seus devastadores efeitos.

#### O custo social e ecológico do *complot*

Os que hoje anunciam esse novo apocalipse dos recursos naturais do planeta em geral, e da Amazônia em particular, não são, segundo afirma o regime peruano, pessoas «sem conhecimento» ou «ignorantes da realidade amazónica». O cientista norte-americano Lee M. Talbot é um dos que chama a atenção para a questão. Director geral da União Internacional para a Conservação da Natureza, denunciou, na Terceira Conferência sobre o Comércio Internacional das Espécies Animais e da Flora em Via de Extinção, reali-



zada em Nova Deli (Índia), em Fevereiro de 1981, que entre 15 a 20% das espécies vegetais e animais desaparecerão da Terra nos próximos 20 anos, caso persista o actual ritmo de devastação.

Dois relatórios recentes da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos confirmam a fria e terrível previsão de Talbot. «Se o actual ritmo de devastação prosseguir, as húmidas selvas tropicais desaparecerão do mundo em 50 anos. Como consequência, poderiam advir mudanças no clima da Terra, além do desaparecimento de muitas plantas e animais. Dessa forma poderia perder-se todo o potencial científico e tecnológico nele contido. Pior do que isso, não se conhece ainda o funcionamento do sistema dos bosques tropicais em ambiente aquático e terreno», assinala um dos relatórios. Todavia, 80% das florestas tropicais hoje arrasados com o objectivo de satisfazer a insaciável procura de conforto dos países industrializados situam-se nas regiões amazónicas do Peru, Brasil, Bolívia, Colômbia e Venezuela, além das selvas da Indonésia, Malásia, Gabão e Zaire.

Warwick Kerr, especialista em ecologia e director do Instituto Nacional de Pesquisas Amazónicas do Brasil, previu que, ao actual ritmo de devastação da floresta tropical, dentro de 30 anos o imenso oceano verde que ainda é a Amazônia vai-se transformar num deserto vermelho. Ficção científica? Não parece, se se afeirar o ritmo geométrico da exploração, especialmente na Amazônia brasileira, onde a fúria do progresso arrasou mais de um milhão de quilómetros de floresta.

Outro ecologista, Herald Sioli, previu o fim do mundo. A devastação da Selva Amazónica aumentará o conteúdo de gás carbónico da atmosfera provocando

o aumento da temperatura em dois graus no Equador, e quatro nos pólos. Imensas massas de gelo ir-se-ão derreter aumentando o nível dos oceanos em 35 cm. Pelo menos uma quarta parte da Terra, — as regiões costeiras — pode submergir devido ao novo dilúvio universal provocado pela destruição da selva amazónica.

Na Amazônia peruana, o custo social e ecológico do projecto económico e político do regime «belaundista» não é menos catastrófico. Segundo um relatório publicado em Lima, «a exploração indiscriminada que inclui a queima criminosa da selva e uma exploração inadequada da madeira, estão a transformar a selva húmida de San Martín, numa área seca, ameaçando transformar essa parte da Amazônia em deserto. Cada dia que passa é maior o calor, chove menos, diminui o volume de água dos rios e, o que é mais grave, aumentam os conflitos sociais como consequência de uma legislação florestal injusta. O colono é levado ao desespero, porque deixa de ser proprietário da madeira para construir o seu casebre e da lenha para cozinhar os alimentos. Os concessionários arrasam tudo, e se não são estes é o Estado que destrói o que sobrou.

Políticos conservadores que há pouco tempo silenciavam esta situação, agora já erguem a voz. O deputado do APRA, Arturo Chumbe Vargas, denunciou a exploração irracional dos recursos madeireiros no departamento de San Martín, «por empresas apenas interessadas em cada dia cortar mais árvores». Disse também aquele parlamentar que, diariamente, saem de San Martín para Iquitos e Lima uns 20 camiões com 10 mil pés quadrados de madeira.

temp  
messa  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
«mãe  
xar.

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecto  
mens  
texto  
via a  
nidac  
Arqu  
130-  
poeti  
passã  
percu  
grand  
épica  
ano  
confl  
sacri  
rique  
sangi  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com  
home  
brand  
alien  
novo  
pativ  
vida-  
para  
-digr  
-pov  
esper  
inúm  
ram

Agos

ment  
dade

98

Marc Dourojeanni Ricordi lançou uma campanha conservacionista entre os cientistas peruanos e alertou sobre a catástrofe que começa a abater-se sobre a Amazônia peruana, reforçada agora, mais do que nunca, pela política oficial.

Um habitante ribeirinho dizia em 1980 lembrando as repentinas e fortes cheias do rio Amazonas nos últimos anos: «Creio que o fim do mundo está próximo. Anteriormente nunca vimos enchentes que arrasassem as nossas casas e colheitas».

O «fim do mundo» pode estar próximo, segundo os camponeses da Amazônia, mas as causas não são inexplicáveis nem sobrenaturais. A mão do homem e a sua paixão destruidora originam esse colapso natural. O corte de mais de cinco milhões de hectares de floresta, mudou o sistema hídrico da região amazônica. Os cientistas demonstram que os índices pluviométricos não aumentaram. As grandes chuvas que caem sobre as desmatadas encostas da selva morrem rapidamente em direcção aos leitos fluviais, provocando a erosão das fracas camadas protectoras dos solos. Antigamente, quando havia florestas, as águas eram retidas pelas árvores e raízes.

### Impacto em cadeia?

A devastação da floresta, produz reacções em cadeia. O solo muito frágil, como a maior parte do solo amazónico, sofre rápida erosão ao perder a sua cobertura florestal. A perda da floresta implica portanto a destruição dos solos. Num país com apenas 0,2 hectares de terra por habitante, trata-se de uma verdadeira calamidade.

A desmatagem das encostas aumentou nos últimos anos não só as enchentes mas também os *huaiicos* (deslizamentos de terra) com arrastamento e destruição de estradas e povoados, além das perdas humanas e materiais, para já não falar no não-abastecimento das cidades e consequente aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Os efeitos em cadeia continuam. As águas caem sobre solos sem cobertura florestal arrancando sedimentos que se vão depositar no leito do rio, o que provoca enchentes por elevação do leito do rio com a formação de bancos de areia, alterando, por conseguinte, o curso dos canais fluviais.

Por este motivo, ultimamente, barcos de média e grande tonelagem encontram cada vez maiores dificuldades em navegar nos rios amazónicos. Também por isso, aumentam anualmente os acidentes e naufrágios de consequências dolorosas.

A devastação da floresta compromete também outros projectos e realidades. Por exemplo, o futuro hidroenergético da Amazônia e dos países da região parece ameaçado. Estima-se que 85% do potencial hidroenergético do Peru se baseia na utilização dos cursos de água da encosta da selva. Acontece, porém, que as centrais geradoras de energia eléctrica necessitam de água limpa. Os aluviões de água turva, em que

se estão a converter os rios da encosta da selva, impediriam a concretização dos projectos.

### A destruição da fauna

A fauna é outro dos elos da cadeia biológica que sofre a iminência da ruptura e agonia. Esta fauna tem a sua existência ameaçada pela destruição do seu *habitat*, pelas políticas comerciais de exportação de peles e de animais silvestres vivos, e pela perseguição que o homem realiza para sobreviver à escassez crónica produzida pelo modelo económico transnacional.

Segundo Dourojeanni, entre 1965 e 1976 foram exportados da Amazônia cinco milhões de peles de *sajinos*, *huanganas* (\*) e veados. Durante o mesmo período foram exportados dois milhões de animais vivos, 76% dos quais macacos. Deve-se ainda acrescentar o contrabando de peles que, pelo menos, pode até igualar as cifras oficiais da exportação, além da caça de subsistência.

Apesar das aparências, a natureza amazónica não é infinita. Em trabalho recente, o sociólogo uruguaio Daniel Vidart assinala: «Os solos são pobres e desmineralizados, mas graças à permanente chuva e ao calor — 25º centígrados com uma variação de 3º — a selva pode reciclar os fracos, porém bem aproveitados, nutrientes no seu delicado laboratório foto-sintético e radicular que supre as carências e inverte os processos. Pode-se dizer que a gigantesca vegetação da *Hylea* é o luxo da miséria.»

O mesmo se pode dizer em relação à fauna. A zoomassa da fauna amazónica, bem como a biomassa da flora, é pequena se comparada à zoomassa de outras selvas. Segundo Dourojeanni, enquanto na selva do Zaire se produzem 2240 quilos de carne de herbívoros por hectare e no Quênia 1600 quilos por hectare, na selva amazónica peruana consegue-se apenas 200 quilos por hectare. Este volume seria significativo, mas acontece que 180 quilos do total são formados por animais de solo, ou seja, ácaros, formigas e todo o tipo de invertebrados. Portanto, em 200 quilos de zoomassa amazónica por hectare, só 20 são aproveitáveis pelo homem.

Uma das características mais marcantes da fauna amazónica é a sua variedade, o que não constitui, como se poderia imaginar à primeira vista, grande vantagem para o homem, porque mais de um milhão são insectos e 1200 aves pequenas.

A importância da fauna e da pesca na alimentação popular é fundamental; 80 a 85% da sua base é constituído por carne silvestre e peixe. Apesar disso, as políticas estatais não dão nenhuma importância à criação da fauna silvestre. O mesmo ocorre com os programas de conservação da fauna ictiológica. Pelo contrário, o investimento estatal orienta-se antes para o desenvolvimento da pecuária que tem um papel insignificante na alimentação popular.

(\*) Animais da selva peruana

O boom petrolífero iniciado em 1970 teve influência decisiva na vida social e económica da região, com efeitos, inclusive, na fauna e na flora. A partir de então, a paisagem amazónica — como na época da borracha — sofreu feridas dolorosas. Junto à tecnologia de prospecção do petróleo veio também a necessidade de abertura de estradas e acampamentos. Surgiram também os pedidos de abastecimento para o exército de operários que invadiu a selva. No início, as empresas importavam toneladas de conservas. Os operários, porém, enjoados, recusaram-se a comer mais enlatados. Para satisfazer os hábitos alimentares dos trabalhadores e aproveitar o baixo custo com oferta imediata, as empresas organizaram brigadas de caçadores alcinhados na Amazônia de *mitayeros*, pois «onde põem o olho, põem a bala».

Nem sequer o decreto da Lei Florestal e da Fauna Silvestre, promulgado a 13 de Maio de 1975 pelo governo do general Velasco Alvarado, conseguiu frear a onda devastadora.

A sorte da fauna ictiológica não é melhor. Os sedimentos que descem dos declives e das beiras devastadas provocam a turvação dos rios reduzindo o oxigénio da água e causando a morte dos peixes.

Este círculo mortal estende-se com maior velocidade às selvas do Departamento de Madre de Dios. Lá, os que correm atrás do ouro, estão a arrasar com *bulldozers* as matas e terras agrícolas na beira dos rios Madre de Dios, Carene, Colorado, Tambopara e Inambari.

O ciclo petrolífero afectou também a fauna ictiológica. Lagos e pequenos rios tributários sofreram os efeitos de uma pesca indiscriminada, inclusive com o uso de poluentes e dinamite. O futuro é ainda mais sombrio. Uma fuga de petróleo na complexa rede de tubos poderia ser uma catástrofe para a vida aquática amazónica. Por outro lado, a pesca comercial para abastecer as cidades amazónicas coloca em risco a biomassa aquática. Este maior consumo de peixe é devido, tanto ao crescimento da população por nascimentos e migração, como à política agrária e produtiva regional que demonstra a sua incapacidade em abastecer a procura alimentar.

As comunidades Shipibas do rio Ucayali, na região lacustre da Amazônia, estão dispostas a lutar até à morte para defender as fontes de sobrevivência, diante da ofensiva da pesca comercial que saqueia a riqueza com a utilização de sofisticada aparelhagem de pesca.

Segundo estatísticas de 1975 do Instituto Nacional de Planificação (INP) do Peru, a pesca contribui com 42.5% das proteínas consumidas na região. Cifra importante se comparada com os 4.4% da carne de boi e 4.8% da de aves. Além disso, a «pesca oferece emprego a quase toda a população rural, cuja produção é de subsistência, enquanto o excedente vai para as cidades».

O modelo liberal-importador que transnacionaliza a economia peruana nunca será uma solução para o problema alimentar do povoador amazónico. Porque



os presuntos ingleses, os queijos holandeses, as sardinhas espanholas e toda a sofisticada importação alimentar para consumo da burguesia regional e nacional não chega ao povo. Daí o peixe ser hoje como amanhã a base fundamental da alimentação popular. A defesa deste recurso é central na luta popular. Está sendo organizada a resistência contra a devastação maciça, a poluição, a irracionalidade dos projectos de instalação de fábricas de farinha de peixe na Amazônia. Como também se está a organizar a pesquisa, fundamental para o conhecimento dos ciclos de migração e desova, bem como para a racionalização e um maior conhecimento tecnológico da pesca e da criação artificial de peixes.

#### A Natureza morre, o homem agoniza

«Os indígenas da Amazônia peruana suportam, desde a chegada dos espanhóis, a acção opressora da sociedade colonial e temos visto a destruição de muitos povos e culturas por efeito dessa acção. Além da ocupação das nossas terras e recursos, tentou-se destruir as nossas próprias vidas, língua, e tradições.

temp  
messe  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
«mãe  
xar. :

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecte  
mens  
texto  
via a  
nidac  
Arqu  
130-  
poéti  
passã  
percu  
grand  
épico  
ano d  
confl  
sacri  
rique  
sangt  
nonte  
nelo  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com t  
home  
branc  
alien  
novi  
pativ  
vida-  
para  
-digr  
-pov  
esper  
inúme  
ram r

Agos

ment  
dade

98

Desde então, a nossa resposta tem sido firme. Os levantamentos e protestos dos nossos povos contra a opressão têm sido frequentes ao longo da História. A resistência de Juan Santos Atahualpa, que retardou em cerca de um século a penetração colonizadora da selva central do país, marca um momento significativo nas lutas dos nossos povos», denunciam os indígenas da Amazônia peruana em manifesto entregue à opinião pública mundial na Primeira Reunião Amazônica de Assuntos Indígenas, realizada em Puyo, Equador, em 1981.

Segundo o documento, a sociedade republicana não melhorou a sorte do indígena. «As atrocidades da época da borracha perduram na nossa memória», aponta o manifesto.

Para os indígenas do Peru, o governo do presidente Belaúnde não tem nem vontade nem interesse em continuar a demarcação e registo das terras comunais, apesar do que tem sido dito oficialmente, sobretudo nos foros nacionais e internacionais.

Segundo as próprias estatísticas oficiais, apenas 341 comunidades nativas com 11 327 famílias tinham recebido os títulos de propriedade. Se, em média, cada família tem 5 membros, a população beneficiada seria de 56 635 pessoas. Ou seja, menos de 28% dos 220 mil nativos da Amazônia peruana são proprietários legais das suas terras. Mas não é apenas a privatização da mata virgem que paralisa o registo das terras dos índios. É também, e sobretudo, o novo boom madei-



Construção de um oleoduto na floresta amazônica peruana

reiro, que hoje atravessa toda a selva, o responsável pela transformação da legislação que reconhece os direitos do povo nativo numa clássica «letra morta».

### Retalhar as terras comunais

Durante anos as 21 comunidades que integram a Central Ashaninka realizaram ações no sentido de conseguirem o registo. Com os planos e todas as exigências técnicas já cumpridas, veio uma «ordem de cima» determinando a revisão dos planos por supostos «erros técnicos». Evidentemente, a disposição de rever os planos coincide com a instalação das empresas madeireiras nessa rica região, e com a presença de colonos andinos que se preparam para tomar de assalto as terras comunais.

«Apenas 3 das 21 comunidades foram finalmente registadas, quatro expedientes anulados e o resto paralisado. As invasões foram primeiro dos colonos e depois dos madeireiros que estão às portas das nossas terras. Face a isso só nos resta estarmos prontos para a defesa», advertiram dramaticamente os dirigentes *ashaninka*.

«Outra evidência da actual política governamental para os povos indígenas da Amazônia peruana encontra-se na declarada intenção de reduzir as extensões territoriais das comunidades nativas», afirma ainda o manifesto indígena. Segundo o ministro da Agricultura, é preciso «frear o acelerado registo feito pelos governos anteriores, porque nessa marcha forçada exagerou-se na concessão de terras às comunidades nativas, prejudicando os interesses de outros peruanos». Por outras palavras: retalhar e diminuir ainda mais as terras comunais.

Com a maior naturalidade, o chefe do INFOR (Instituto Nacional Florestal e da Fauna), engenheiro José Luis Prato Mathews, propõe como solução do problema indígena uma fórmula que teria envergonhado os «barões da borracha»: «concentrar os chamados *campas* numa área de 40 mil hectares que abrange a Comunidade Nativa de Cutibireni, tomando como base o plano adjunto em redor da Missão Franciscana, cuja boa influência constatamos».

Certamente para José Prato, como para outros tecnocratas e burocratas que agora têm nas mãos o destino do povo nativo, a vida do indígena amazônico *campa*, *amuasha*, *shipibo*, *machiguenga*, *aguaruna*, etc., é medida com os mesmos critérios de rentabilidade usados pelos devastadores da floresta e dos animais. Para esses sofisticados exploradores do século XX, a selva amazônica é uma mina para saquear imediatamente. O amanhã não existe senão na imaginação e nos sonhos dos ecologistas, poetas, revolucionários de toda a gama e dos defensores das culturas nativas e recursos naturais.

A fauna silvestre e aquática morre neste caos organizado. O milenar habitante deste universo resiste, rebelde-se, mas agoniza. O paraíso amazônico está-se a transformar num inferno para os seus ocupantes.

# DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



## SNEDE

★ Desenvolve a sua actividade de acordo com as modernas técnicas de planeamento, de organização e de gestão. Dispõe de um quadro de técnicos qualificados e treinados no estudo e concretização de Projectos nos Países em Desenvolvimento.

★ Actua tendo em conta, com o realismo, o desenvolvimento das relações económicas com os novos países africanos suas características específicas e as directrizes do seu planeamento económico.

## ESTUDOS e PROJECTOS

★ Realiza estudos e implementa projectos nas áreas de:

AGRICULTURA  
PECUÁRIA  
SILVICULTURA  
PESCAS  
INDÚSTRIA  
CONSTRUÇÃO  
TURISMO

★ Executa trabalhos de organização, planeamento e gestão de empresas e de serviços públicos.

áreas de actividade: Portugal; Cabo Verde;  
Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe;  
R.P. Angola e R.P. Moçambique.

**SNEDE** Sociedade nacional de empreendimentos e desenvolvimento económico, sarl

av. fontes pereira de melo, 35-19.º B 1000 lisboa tels. 549043/549739/548177 telex: 13530 SNEDE P

## Um paraíso ilusório?

**N**O seu livro «Amazónia, um paraíso ilusório», a antropóloga norte-americana Betty Meggers revela-nos a precaridade do exuberante eco-sistema amazónico que, no curso da história e dos diferentes ciclos económicos, alimentou todos os sonhos de «eldorados» tropicais.

A ilusão continua de pé até aos nossos dias. Franco Venegas Hauxwell, um importante funcionário do Banco Mineiro do Peru, declarou recentemente que o potencial aurífero dos garimpos da Amazónia peruana é de 31 650 milhões de metros cúbicos, com um conteúdo de ouro metálico avaliado em 7 130 toneladas. Esse total, aos preços de mercado, vale actualmente cerca de 96 mil milhões de dólares, quantia que poderia financiar os projectos básicos do desenvolvimento agro-industrial do país.

Segundo a mesma fonte, 95% da produção nacional de ouro vem dos garimpos dos rios Inambari, Madre de Dios, Huaypetue, Caichive, Pachitea, Negro, Huállaga, Marañon, e seus numerosos afluentes. Quer dizer que, na Amazónia peruana, estariam concentrados recursos auríferos suficientes para converter os peruanos em sócios da fechada confraria de países que hoje guarda em bancos e depósitos subterrâneos, cerca de 63 800 toneladas de ouro. Esse total, que constitui as reservas mundiais acumuladas, funciona como tábua de salvação do sistema monetário internacional neste momento em que se vive «a febre do ouro e a crise geral do capitalismo».

Mas o ouro não é a única riqueza dos rios da Amazónia. Além da fauna piscícola, também a energia necessária ao desenvolvimento se encontra nos rios. Assim, segundo dados divulgados pelo vice-ministro de Minas e Energia, Fernando Montero Aramburu, cerca de 75% do potencial hidro-energético do país poderá ser gerado pelo aproveitamento dos rios Ene, Urubamba, Tambo e Huállaga. Isso torna-se particularmente importante, se atendermos

ao inexorável esgotamento das jazidas de petróleo e a constatação de que 66% da população peruana, especialmente a rural, não tem ainda acesso à energia eléctrica.

Também o frágil solo amazónico não escapa à ilusão de convertê-lo num fantástico celeiro de alimentos, como repetiu há pouco o presidente da República peruana, Belaunde Terry. De acordo com as estatísticas do ministério da Agricultura, a Amazónia peruana, que cobre 60% do território nacional e tem uma população de dois milhões de habitantes, conta apenas actualmente com 600 mil hectares dedicados à agricultura e pecuária. A produção mais importante em toda essa superfície corresponde, em primeiro lugar, ao arroz (180 mil toneladas métricas), milho (130 mil T.M.), feijão (10 mil T.M.) e carne (6 mil toneladas métricas).

Para transformar essa região no celeiro do Peru, segundo o vocabulário oficial, é necessário, em primeiro lugar, ocupar a Amazónia, que actualmente «é um vazio económico e social que tem de ser preenchido levando em conta o eco-sistema e as necessidades económicas das comunidades nativas». Para isso, devem ser cumpridos alguns requisitos básicos como: a concentração dos investimentos nas mãos do Estado, para que seja possível alcançar níveis operacionais dinamizadores; dar prioridade aos investimentos na produção de alimentos de grande consumo, induzindo o investidor privado a dirigir os seus esforços para a transformação da região da Selva.

Se forem aplicadas cabalmente essas três «regras de ouro» do ministro Ericsson, teríamos, a curto e médio prazo, uma produção de arroz, milho, feijão, azeite, açúcar e carne, nas seguintes quantidades:

	1985 (T.M.)	1990 (T.M.)
Arroz	400 000	600 000
Milho	200 000	320 000
Feijão	18 000	35 000
Azeite	20 000	120 000
Açúcar	50 000	300 000
Carne	35 000	100 000

Mas são as matas e o petróleo os maiores responsáveis pelo surgimento de mitologias a respeito do desenvolvimento económico da Amazónia, neste e no próximo século.

A maioria dos especialistas está de acordo quanto à potencialidade florestal da Amazónia, embora nem sempre haja unanimidade sobre a quantidade de biomassa da mata tropical e sobre a qualidade dos solos.

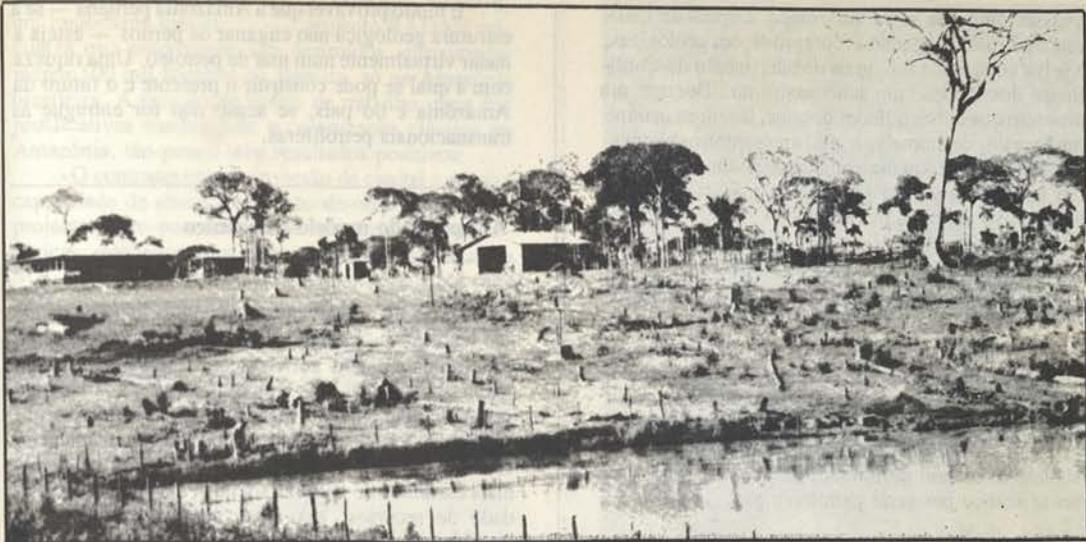
Marc Dourojeanni, professor da Universidade Rural de La Molina (Peru), uma autoridade em recursos naturais amazónicos, assinalou várias vezes que uma das mistificações mais perigosas sobre a Amazónia é apresentar a região como um paraíso de fertilidade e de riqueza, com capacidade para resolver todos os problemas económicos e alimentares do país. Atrás

tempo  
messe  
e ao  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
-mãe  
-xar. s

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecto  
mens  
texto  
via al  
nidad  
Arqu  
130-1  
poéti  
passá  
percu  
grand  
épico  
ano d  
confl  
sacri  
rique  
sangi  
nonte  
nelo e  
do m  
sujei  
Amér  
lumin  
língu  
com t  
home  
branc  
aliene  
novo.  
pativo  
vida-  
para  
-dign  
-pove  
esper  
inúme  
ram r

Agos

ment  
dade



dessa imagem de «paraíso ilusório», como nos fala Betty Meggers, esconde-se a ideologia liberal e conservadora que, na década de 60, apresentou a colonização da Selva como a alternativa para a Reforma Agrária, deixando intocável o *status-quo* da sociedade peruana.

A esse respeito, Dourojeanni afirma: «O solo caracteriza-se pela sua baixa fertilidade, existindo apenas cerca de 3% de superfície com plena capacidade para a agricultura, e outros 8% com capacidade para a pecuária. O resto serve apenas para a produção florestal, havendo uma parcela de 36% que não tem nem sequer utilidade para a produção de madeira. Dentro da categoria dos solos considerados aptos para a agricultura, o tipo encontrado na Amazônia é o mais pobre entre todos os classificados pelos agrónomos do mundo inteiro».

Jorge Malleaux Orjeda, também professor da Universidade de La Molina, especialista em colonização tropical, afirma que a Selva não tem potencial agro-pecuário e que os seus solos, como em praticamente todas as áreas tropicais do mundo, são muito pobres, com alta acidez e elevado teor de alumínio, uma substância tóxica para a agricultura. O milagre da exuberância da mata amazônica reside na luminosidade solar e na capacidade que as árvores têm de conviver com elementos tóxicos, fenómeno que não acontece com as pastagens e culturas agrícolas.

Para Orjeda, apenas 2,7% dos solos da Amazônia peruana possuem boa fertilidade, embora um outro especialista, Pablo Sánchez, perito em solos tropicais, afirme que essa percentagem pode chegar a 3%. Também o Departamento de Avaliação de Recursos Naturais (ONERN) concorda com a estimativa de 3%. De acordo com esse dado, a selva amazônica teria apenas dois milhões de hectares com plena aptidão para a agricultura intensiva.

### Potencial madeireiro

Dado que existem na Amazônia 45 milhões de hectares de matas e 8 milhões de hectares com potencial agrícola, dos quais apenas dois milhões aptos para a agricultura intensiva, foi estimado que há um stock actual de quatro mil milhões de metros cúbicos de madeira. Num futuro próximo, o Peru poderia estar a produzir 30 milhões de metros cúbicos de madeira por ano, duplicando na prática o produto nacional bruto do país.

«Não estamos, portanto, a falar de quantidades desprezíveis, mas sim de um recurso fundamental da nação e que é muitíssimo mais importante que as perspectivas agro-pecuárias da região. Ainda mais se levarmos em conta as consequências derivadas do uso intensivo dos recursos florestais através de indústrias químicas, como as de polpa, papel, álcool, plásticos, rações para o gado, entre outros, que se tornam possíveis graças à ciência, e também como resultado da crise mundial de energia fóssil», afirma o estudo do professor Dourojeanni.

Apesar disso, o futuro das matas amazônicas está ameaçado. Até agora foi impossível comprovar objectivamente que a mata tropical é um recurso renovável porque, pelo menos na Amazônia, não foi possível apresentar sequer um hectare reflorestado. Nenhuma instituição oficial ou privada emprestou até agora qualquer quantia para replantar em 50 ou 100 anos um hectare sequer da Amazônia peruana onde a mata tenha sido eliminada. Os juros de um crédito nessas condições seriam tão exuberantes quanto a própria mata original.

Mas o maior risco talvez não resida nesse aspecto, e sim na fome insaciável das transnacionais, que hoje estão ávidas por abocanhar a «galinha dos

ovos de ouro» da selva amazónica. Depois da mata, está o petróleo. Segundo as comprovações geológicas, a selva amazónica foi, antes do surgimento da Cordilheira dos Andes, um leito marítimo. Durante um processo que durou milhões de anos, foram-se acumulando restos de animais, argila, areia e outros elementos, até que essa imensa camada de sedimentos, pelo seu peso colossal, foi produzindo um afundamento progressivo da bacia marítima.

### Um laboratório natural

A enorme pressão a que foram submetidos os sedimentos enterrados gerou uma elevação da temperatura que, sob a acção do tempo, pressão e calor transformou os restos de vida orgânica marinha sepultados nos sedimentos. Desse modo, esse maravilhoso laboratório natural de milhões de anos de funcionamento acabou por gerar petróleo e gás.

Tanto o petróleo como o gás formados por meio desse processo, encontram-se geralmente dispersos. Porém, quer um quer outro acabam por se concentrar em determinadas áreas de forma sucessiva e natural, gerando pressão e calor que, por sua vez, prensam os elementos inorgânicos dando origem às rochas. Nesse processo, os poros das rochas estreitam-se e comprimem-se, expulsando as substâncias líquidas (água do mar, gás e petróleo) para zonas de menor pressão.

Assim, numa viagem que durou também milhões de anos, o gás e o petróleo foram subindo à superfície, seguindo o caminho dos poros das rochas. Mas nem todo o petróleo aflorou à superfície. Uma outra parte ficou retida nas rochas impermeáveis, que impediram a fuga do gás e do petróleo para o ar livre. São essas jazidas que as companhias petrolíferas estão a tentar encontrar através das sondagens e da técnica sísmica.

Uma vez determinada a origem marítima da bacia amazónica, e logo depois da descoberta de jazidas de petróleo nas selvas da Colômbia e do Equador, as companhias comprovaram que havia condições para a existência de rochas impermeáveis na Amazônia peruana. Começou, então, o ciclo petrolífero da década de 70, superando as limitações das explorações anteriores, na década de 60, que foram realizadas apenas nas margens de rios diante da impossibilidade de transportar por via aérea o equipamento para perfuração nas zonas de acesso mais difícil.

Dez anos depois de iniciado o ciclo petrolífero mais importante deste século na Amazônia peruana, foi confirmado pela Occidental Petroleum Co. que as reservas da Selva Norte, uma das cinco bacias petrolíferas da Selva, eram de mil milhões de barris. O total de reservas de todo país ascende a 850 mil milhões. A Amazônia, além disso, contribui (de acordo com as estimativas oficiais) com 68% do total da produção petrolífera nacional, ou seja 133 mil barris por dia.

É muito provável que a Amazônia peruana — se a estrutura geológica não enganar os peritos — esteja a nadar virtualmente num mar de petróleo. Uma riqueza com a qual se pode construir o presente e o futuro da Amazônia e do país, se acaso não for entregue às transnacionais petrolíferas.

### As opções do modelo amazónico

Desse sucinto levantamento dos principais recursos naturais da Amazônia peruana, surge a seguinte conclusão: existem suficientes recursos não só na região amazónica, mas também em toda a Amazônia sul-americana, para financiar o desenvolvimento harmónico e autónomo dessa imensa região tropical da América do Sul, que actualmente regista os níveis mais extremos de pobreza social. Pela sua potencialidade de recursos, essa área aparece no «olho da tormenta» das disputas hegemónicas pelo controlo dos recursos naturais em todo o planeta.

A segunda constatação é a de que as forças económicas e os diversos interesses nacionais ou internacionais envolvidos na Amazônia lutam por impor os seus próprios esquemas e modelos de aproveitamento ou desenvolvimento da região. O governo do presidente Belaúnde Terry acaba de pôr em marcha a maior ofensiva predatória da mata amazónica já alguma vez vista na história do Peru. Os especialistas dizem que o maior inimigo de uma mata virgem é a construção de estradas, a agricultura pecuária e o gado. Nessas condições, o actual governo, com o seu programa rodoviário, está a esboroar, na prática, todo o discurso teórico sobre a necessidade de preservar a Amazônia.

A política florestal extremamente liberal, através dos grandes contratos de extracção de madeira numa superfície de 200 mil hectares nas chamadas «Matas Nacionais», deixa a porta aberta a um abate indiscriminado de árvores. Além disso, como se diz na gíria, o «inferno está cheio de boas intenções», o que fica demonstrado pela apregoada boa vontade do regime no que se refere ao aproveitamento racional dos recursos da Amazônia, enquanto esse mesmo governo se orienta, nos seus actos, pela lógica irracional do capitalismo.

Até agora os sistemas sociais e económicos adoptados na Amazônia sul-americana fracassaram redondamente nos seus objectivos de desenvolvimento social. Tal é o caso do modelo brasileiro de desenvolvimento da Amazônia, exibido no Peru como um sistema a imitar.

Nem nas suas metas sociais e económicas, nem nas suas intenções de racionalidade ou equilíbrio no aproveitamento dos recursos naturais, pode o «modelo» brasileiro ser repogado e imitado. Sobre esse

tempo  
messa  
e ao s  
natur  
valor  
nação  
final  
indep  
-mãe  
xar. s

poeta  
antes  
outro  
bro d  
vecto  
mens  
texto  
via al  
nidad  
Arqu  
130-1  
poétic  
passá  
percu  
grand  
épico  
ano c  
confl  
sacri  
rique  
sangu  
nonte  
nelo c  
do pr  
sujeit  
Amér  
lumin  
língua  
com t  
home  
branc  
alien  
novo,  
pativ  
vida»  
para  
«dign  
-pov  
esper  
ínime  
ram n

Agos

ment  
dade

98

assunto, Françoise Sagan lembra que, em 1978, um importante funcionário do projecto RADAN calculava que anualmente são destruídos aproximadamente 100 mil hectares de floresta, só na Amazónia brasileira. A criação de fontes de trabalho, uma das justificativas usadas para a colonização clássica na Amazónia, tão-pouco teve resultados positivos:

«O contraste entre a inversão de capital e a baixa capacidade de absorção da mão-de-obra nos grandes projectos agro-pecuários tornou-se uma das características marcantes dos últimos anos. Na área da SUDAM foram criados 1,8 empregos novos por cada mil hectares de terra a um custo de dois mil dólares por cada emprego. Em alguns casos, cada novo emprego criado em projectos da SUDENE custou dezoito mil dólares. O projecto Jari criou 13 mil empregos numa área do tamanho da Bélgica. Esses resultados são uma aguda contradição entre os objectivos iniciais de colonização com ocupação da terra, em substituição da reforma agrária.»

Os mais importantes representantes do regime peruano, assim como do empresariado da Amazónia, continuam a reclamar uma política de zonas francas e liberalismo comercial «como foi feito pelo Brasil na sua parte da Amazónia». O ministro dos Negócios Estrangeiros peruano, Javier Arias Stella, no discurso de abertura da reunião sobre «Fronteras Vivas da Amazónia», em Setembro de 81, falava de uma sensação de «admiração e desengano» quando visitou Manaus, em 1980: «Admiração porque, em apenas 13 anos, a Zona Franca de Manaus conseguiu um grande impulso de desenvolvimento. E de frustração porque esse mesmo projecto de desenvolvimento poderia ter sido alcançado na Amazónia peruana se tivesse sido posta em prática a política do arquitecto Belaúnde.»

Como já assinalaram vários estudiosos da Universidade de Manaus, a Amazónia brasileira converte-se, a cada dia que passa, num enclave de importação, não apenas de bens de capital, mas principalmente de alimentos. Essa situação tornou-se mais evidente a partir de 1970, quando as importações da região ultrapassaram as exportações. Em 1974, a importação foi duas vezes maior do que as exportações, especialmente no sector de alimentos como carne, arroz e feijão.

A indústria amazónica brasileira produz apenas um por cento do Produto Nacional Bruto, o mesmo que a incipiente indústria da Amazónia peruana. As vantagens desse sistema, a julgar pelos seus resultados, não passa de uma ilusão, diante da qual sucumbiram interessada e voluntariamente governantes e empresários peruanos.

### Imposto petrolífero, para quê?

«No dia 16 de Setembro de 1971, os homens da Selva acordaram com uma nova esperança. Surgia a



Uma «ferida» causada pela erosão junto a uma estrada transamazónica

era do Ouro Negro. É preciso tomar cuidado para que o imperialismo não decrete outra vez uma nova catástrofe.» Foi isso que escrevemos, na época, em relação à descoberta de petróleo em Trompeteros, no início do ciclo petrolífero da década de 70.

As nossas referências são explícitas: tal como na época do «ouro negro» da borracha, o imperialismo também estava presente com o «ouro negro» do petróleo. Anteriormente, o imperialismo britânico converteu o trópico sul-americano num gigantesco cenário de violência e crime, especialmente contra o povo indígena. Agora, o imperialismo norte-americano recebe do regime «belaundista» o petróleo, para, possivelmente, repetir a mesma história.

O ciclo da borracha correspondeu à primeira expansão capitalista, que incorporou a Amazónia na economia internacional, convertendo-a num enclave fornecedor de borracha para a indústria automobilística que, por sua vez, alimentou a expansão industrial

dos europeus e norte-americanos no final do século XIX. O ciclo do petróleo corresponde à expansão do capital imperialista que pretende transformar o trópico sul-americano (com uma área de 7 milhões de quilómetros quadrados) numa área de reservas estratégicas controladas, como petróleo, bauxite, manganês, ferro, etc., etc., através de governos pró-imperialistas como o de Belaúnde Terry, e de projectos como o Pacto Amazónico.

### Efeitos catastróficos

O custo social de ambos os ciclos foi e continua a ser catastrófico para a Amazônia peruana. A chamada «febre da borracha» provocou o extermínio de muitas comunidades nativas, a desestruturação social e económica da região, e a instauração de um modelo extractivo mercantil que aprofundou as injustiças sociais e económicas na Amazônia.

O impacto social do ciclo petrolífero não é menos dramático, como já o apontávamos em 1973. Apesar de não existirem até agora estudos completos a esse respeito, pode-se adiantar que o ciclo petrolífero originou uma comoção social na Amazônia peruana: ele destruiu o sistema produtivo ao gerar uma intensa migração rural em direcção aos acampamentos petrolíferos, deixando como seqüela uma considerável baixa na produção agro-pecuária. E, o que é mais grave, a vida social e cultural da população amazónica sofreu mudanças de natureza irreversível, que terão repercussões definitivas no futuro da região.

Com efeito, assim como é impossível dissociar o ciclo da borracha da história passada e presente da Amazônia peruana, também é impossível pensar na Amazônia do futuro sem levar em conta o ciclo do petróleo. A defesa do petróleo é a última possibilidade de assentar bases para um desenvolvimento harmonioso e justo da região.

No dia 3 de Novembro de 1976, o governo do general Morales Bermudez, pressionado pela mobilização popular, promulgou um decreto-lei que no seu artigo primeiro determina o seguinte: «Fica estabelecida uma taxa de 10% *ad valorem* sobre a produção total de petróleo do Departamento de Loreto, durante 10 anos, cujo pagamento ficará a cargo da Empresa Pública Petróleos de Peru (PETROPERU).»

A burguesia regional, que enriqueceu nos últimos anos com a insenção tributária belaundista, e com as migalhas que deixa o capital transnacional petrolífero, quer que o dinheiro dessa taxa seja investido no desenvolvimento urbanístico e na criação de infra-estruturas para que os investimentos possam fluir mais livremente.

O povo, por seu lado, exige que os recursos oriundos dessa taxa tenham outro destino: satisfação

das suas necessidades básicas como educação, saúde, habitação, desenvolvimento do campo e de uma indústria básica de transformação dos recursos naturais. Quer dizer, um investimento orientado para o desenvolvimento regional e nacional.

Mas a burguesia, através do seu controlo sobre o Estado e conseqüentemente, também, sobre o aparelho administrativo regional, está a gastar o dinheiro de acordo com os seus interesses. Assim, nos anos 79 e 80, quase 60% dos recursos oriundos da taxa sobre a exploração do petróleo ficaram concentrados apenas na cidade amazónica de Iquitos, dando prioridade às despesas de curto prazo.

Essa demagogia custou caro ao povo da Amazônia. Um comandante militar anulou sumariamente um projecto pecuário de 120 milhões de soles (\*), sob a alegação de que «só os países ricos e desenvolvidos podem fazer pesquisas».

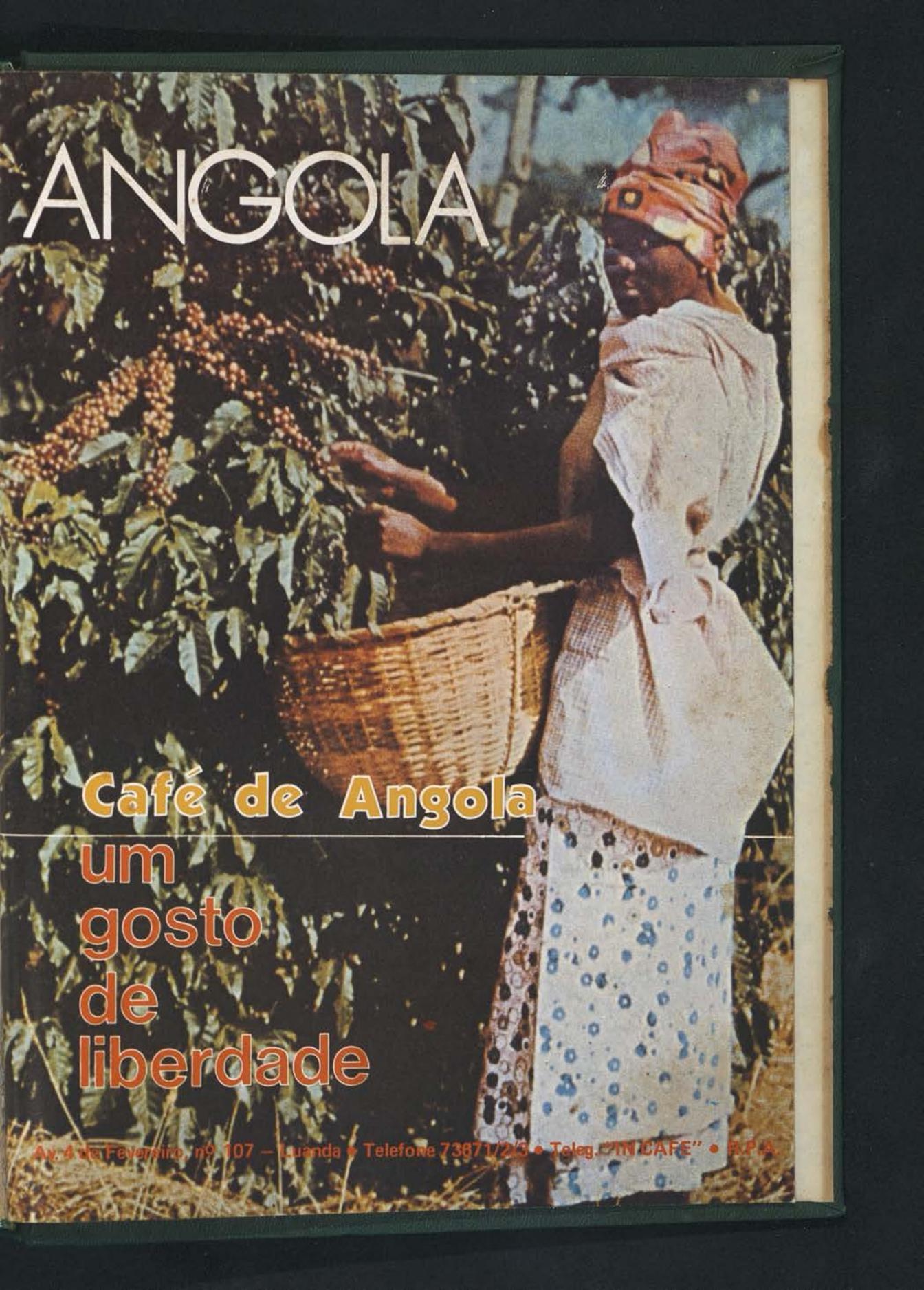
Em 1982, as coisas não serão melhores. De acordo com as novas normas de redistribuição e cálculo da taxa sobre a exploração do petróleo (fixadas pelo governo em Agosto de 1981), no ano de 82, os recursos originários dessa taxa devem alcançar 34 mil milhões de soles. Os especialistas regionais acham que, mesmo assim, esses recursos são insuficientes, principalmente tendo em conta que a inflação é de 50%. Segundo as mesmas fontes, os 34 mil milhões de soles serão distribuídos da seguinte maneira: 30% para o desenvolvimento rural; 15% para o desenvolvimento da área fronteiriça; e o resto para a construção de obras urbanas.

Pior do que a insuficiência de recursos, continua a ser a falta de um programa de investimentos em função dos interesses populares e do desenvolvimento regional. Isso traduz-se objectivamente na inexistência de estudos e projectos de investimento orientados para o desenvolvimento da estrutura produtiva florestal, agrária e industrial da região. As pressões políticas sobre a utilização desses recursos pesam mais do que a boa vontade de alguns funcionários da administração estatal.

O objectivo imediato da luta do povo de Loreto, e do resto da Amazônia, é o de extrair do Governo o total dos recursos obtidos pela taxa sobre o petróleo ou, pelo menos, uma inversão democrática desses recursos com vista ao desenvolvimento regional da Amazônia peruana.

A democratização desses investimentos passa indiscutivelmente pela regionalização dos benefícios oriundos da taxa sobre o petróleo extraído. Da mesma forma, a defesa do petróleo e de todos os recursos da Amazônia contra interesses estrangeiros e contra um governo dócil às transnacionais, passa pela regionalização das lutas populares, e também, em última instância, por um processo de luta nacional de libertação contra a dependência e a dominação. □

(\*) moeda peruana. Um dólar corresponde a 450 soles.

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

# ANGOLA

**Café de Angola**  
**um**  
**gosto**  
**de**  
**liberdade**

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola